

Enel Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
com o relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações dos resultados	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	23

Relatório da Administração - 2022

Enel Brasil S.A.

Relações com Investidores

Raffaele Enrico Grandi
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabio Romanin
Responsável por Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S.A. (ou “Companhia” ou “Enel Brasil”) submete à apreciação o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 PERFIL

Uma das maiores empresas privada do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil”) é uma holding de companhias que atuam nos segmentos de geração, conversão, transmissão e distribuição de energia, além de prestação de serviços. Com sede na cidade do São Paulo (SP), a empresa mantém operações em diversos estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, São Paulo, Piauí e Rio Grande do Sul. O Grupo Enel, por meio da Enel Américas S.A., sediada no Chile, detém 100% do Capital Social votante da Companhia (99,56% do capital total).

No segmento de Distribuição de energia, as concessionárias controladas pela Enel Brasil até o final de dezembro atendiam mais de 18 milhões de unidades consumidoras em 511 municípios nos estados do Ceará (Enel Ceará), Goiás (Enel Goiás), Rio de Janeiro (Enel Rio) e São Paulo (Enel São Paulo), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público. Após a conclusão da venda da CELG para a Equatorial, a quantidade de unidades consumidoras atendidas totalizam mais de 15 milhões em 274 municípios.

Em Geração, a Enel Brasil incorporou a Enel Green Power Participações em novembro de 2021, passando a controlar integralmente as empresas Enel com atividade de geração de energia elétrica no Brasil por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar. Após a incorporação, as empresas controladas pelo Grupo passam a contar com uma capacidade instalada combinada de mais de 5,0 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País.

A Enel X Brasil S.A, foi constituída em 18 de agosto de 2009, tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, e a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, tanto direta ou indiretamente relacionados com as atividades para o setor de energia elétrica quanto para outros setores da economia e do consumo em geral. A participação em outras sociedades não é o foco principal da companhia, embora conste em seu objeto social.

A Enel Brasil, até 31 março de 2023, é controladora da Enel Cien. A empresa atua no segmento de conversão e transmissão de energia, responsável pela operação de linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão e capacidade de conversão de 2.200 MW, que compõem a interconexão entre Brasil e Argentina. Em 16 de dezembro de 2022, a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA) foi nomeada, em leilão, vencedora do lote referente as linhas de serviço público de transmissão Garabi I e Garabi II. Desta forma, a Enel Cien continuará explorando esta concessão até 31 de março de 2023, data prevista para ocorrer a assinatura do contrato de concessão.

Conforme Fato Relevante divulgado em 29 de dezembro de 2022, a Enel Brasil finalizou a venda da totalidade de sua participação na distribuidora de energia elétrica brasileira CELG Distribuição S.A. – CELG D (“Enel Goiás”), com aprovação do Conselho da Administração da Enel Brasil e da Enel Américas e em conformidade com as condições usuais da ANEEL e do CADE. A partir dessa data a CELG passa a ser administrada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (“Equatorial”), subsidiária da Equatorial Energia S.A.

Em linha com o compromisso do Grupo Enel de zerar suas emissões de carbono até 2040 e com o plano da Enel de triplicar sua capacidade renovável global até 2030. A Enel está substituindo globalmente seu parque de geração térmica por nova capacidade renovável, além de alavancar a hibridização de renováveis com soluções de armazenamento. Desta forma, em 23 de agosto de 2022, a Enel Brasil finalizou a venda de 100% das ações patrimoniais da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (“CGTF”) para a Eneva. A Operação foi concluída

com o pagamento de R\$ 489,8 milhões após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia - Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado internacional financeiro, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023 - 2025 e em Fato Relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia Energética do Ceará ("Coelce"). Com objetivo de manter o mercado atualizado sobre o andamento do processo, a Coelce divulgou novo Fato Relevante em 09 de fevereiro de 2023, informando que deu início aos procedimentos de análise e prospecção para possível alienação do controle acionário da Companhia e que, oportunamente, avaliará manifestações de interesse.

A Coelce informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

Até o encerramento dessas demonstrações financeiras, não existe qualquer negociação de venda em curso, que estaria representado por um plano de venda provável.

2 PRINCIPAIS INDICADORES¹

Indicadores Operacionais Distribuição

	2022*	2021	Variação	Var. %
Energia Fomecida - Venda e Transporte (GWH) - Total	80.551	79.697	855	1,1%
Número de Consumidores Faturados	18.309.281	17.583.858	725.423	4,1%

* Incluindo Enel Goiás

Indicadores Operacionais Geração

	2022	2021	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	5.071	4.989	82	1,6%
Energia assegurada (Garantia Física) (MWm)	2.368	2.447	(79)	-3,2%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	16.608	12.713	3.895	30,6%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	28.997	29.574	(577)	-2,0%

Indicadores Operacionais Transmissão

	2022	2021	Variação	Var. %
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	-	0,0%
Energia Transmitida (GWh)	4.899	3.848	1.051	27,3%

Indicadores Operacionais Serviços

	2022	2021	Variação	Var. %
Pontos de recarga (unit)	3.011	1.180	1.831	155,2%
Pontos de iluminação Pública (mil)	102	20	81	399,0%
Painéis Fotovoltaicos (MWp instalado)	20	17	3	17,5%
Contratos de manutenção e reparo (mil)	158.567	33.961	124.606	366,9%

¹ Valores não auditados pelos auditores independentes.

Número de Colaboradores

	2022*	2021	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	8.766	8.868	(102)	-1,2%
Número de colaboradores parceiros	55.190	57.848	(2.658)	-4,6%
Total	63.956	66.716	(2.760)	-4,1%

* Incluindo Enel Goiás

Indicadores Patrimoniais

Consolidado	2022	2021	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	106.180.765	114.597.958	(8.417.193)	-7,3%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	44.142.836	41.229.230	2.913.606	7,1%
Valor patrimonial por ação (R\$)	41,97	44,65	(3)	-6,0%

Endividamento

Consolidado	2022	2021	Variação	Var. %
Dívida Bruta* (R\$ Mil)	24.418.770	24.631.385	(212.615)	-0,9%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	(4.410.225)	(4.543.932)	133.707	-2,9%
Dívida Líquida (R\$ Mil)	20.078.463	20.087.453	(8.990)	0,0%

* Os valores de dívida bruta estão considerando as contas de debentures, empréstimos e financiamentos do passivo circulante e não circulante, assim como o valor dos SWAPS na nota explicativa de riscos financeiros - instrumento financeiro derivativos

3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil - Consolidado

	2022	2021	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	75.658.493	78.770.734	(3.112.241)	-4,0%
Deduções da Receita Bruta	(26.137.942)	(27.646.992)	1.509.050	-5,5%
Receita Operacional Líquida	49.520.551	51.123.742	(1.603.191)	-3,1%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(41.375.194)	(45.378.871)	4.003.677	-8,8%
Perda com a venda de controladas	(4.414.906)	-	(4.414.906)	-
EBITDA (1)	6.628.589	7.879.573	(1.250.984)	-15,9%
Margem EBITDA	13,39%	15,41%	-	-2,02 p.p
EBIT (2)	3.730.451	5.744.871	(2.014.420)	-35,1%
Margem EBIT	7,53%	11,24%	-	-3,71 p.p
Resultado Financeiro	(3.603.737)	(2.427.371)	(1.176.366)	48,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.194.263)	(910.086)	(284.177)	31,2%
Lucro/(Prejuízo) Líquido	(1.067.549)	2.407.414	(3.474.963)	-144,3%
Atribuível aos acionistas controladores	(1.286.776)	2.280.415	(3.567.191)	-156,4%
Atribuível aos acionistas não-controladores	219.227	126.999	92.228	72,6%
Margem Líquida	-2,16%	4,71%	-	-6,87 p.p
Lucro/(Prejuízo) Líquido por ação (R\$)	(1,02)	2,62	(3,64)	-138,7%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida.

A receita operacional bruta de 2022 foi inferior a apresentada no ano de 2021 em 4,0%, devido, principalmente, ao segmento de distribuição. As maiores variações nesse seguimento foram decorrentes dos seguintes fatores: (i) redução de R\$5,5 bilhões relativo a ativo e passivo financeiro setorial como resultado de menor constituição de ativo regulatório no período em razão da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor; (ii) redução de R\$ 1,2 bilhão com a venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia como resultado, do menor PLD em 2022 e (iii) redução de R\$ 526 milhões na rubrica atualização do ativo financeiro da

concessão reflexo de uma menor inflação no período e das baixas relacionadas a proximidade das revisões tarifárias das Distribuidoras.

Os custos e despesas operacionais apresentaram um decréscimo de 8,8%, explicado, principalmente, por (i) menores custos em energia elétrica comprada para revenda, com uma variação de R\$ 5,2 bilhões em relação a 2021 em razão principalmente da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real em 2022 versus 2021; (ii) menores encargos do serviço de sistema em um montante de R\$ 1,0 bilhão devido ao menor nível de despacho por segurança energética relacionado com a melhora do cenário hidrológico em 2022; (iii) redução de R\$ 568 milhões na PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação duvidosa) explicado por ações realizadas ao longo do ano e (iv) redução de R\$ 158 milhões nos custos de encargos do uso do sistema de transmissão.

Devido principalmente a Perda com a venda de empresas controladas, o EBITDA consolidado da Enel Brasil alcançou R\$ 6,6 bilhões, valor R\$ 1,3 bilhões inferior ao apresentado em 2021 (R\$ 7,9 bilhões). Excluindo o efeito da venda, o EBITDA chegaria a 11,0 bilhões, um aumento de 40,2% em relação ao ano anterior.

O resultado financeiro fechou 2022 com uma despesa líquida de R\$ 3,6 bilhões, R\$ 1,2 bilhão superior ao apresentado no ano anterior (R\$ 2,4 bilhões), devido, aumento de encargos de dívida atrelados ao CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021), somado à um aumento dos desembolsos de novos empréstimos e emissão de novas debêntures para financiar investimentos e capital de giro.

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram um aumento de R\$ 284,2 milhões em relação ao ano anterior.

Em decorrência dos efeitos acima, com destaque para o impacto negativo da venda dos ativos no resultado, a Enel Brasil encerrou o exercício com um prejuízo líquido de R\$ 1,1 bilhão, uma diferença de R\$ 3,6 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 2,4 bilhão). Excluindo esse efeito, a Enel Brasil encerrou o ano com um Lucro de R\$ 3,3 bilhões, ou seja, crescimento de 37% vis-à-vis o mesmo período do ano anterior.

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Brasil atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Brasil em 2022 que contou com 163 ações, registramos o avanço geral de 105% no fechamento do ano, sendo avanço de 103% em metas ambientais, 107% em metas

sociais e 96% em ações para garantir ou aumentar a governança. Esses bons resultados demonstram um trabalho integrado entre diversas áreas da empresa no alcance de uma gestão sustentável e inclusiva.

Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da nossa companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 428 projetos desenvolvidos pela Enel Brasil em 2022 beneficiaram mais de dois milhões de pessoas, com um investimento de R\$ 190,4 milhões em 12 estados do país. Também foi gerado um valor de R\$ 50 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Em suas empresas de distribuição, e por meio do apoio de 809 líderes comunitários ativos, a Enel substituiu gratuitamente cerca de 20 mil geladeiras e 419 mil lâmpadas de clientes por meio de diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os vários projetos realizados pelos ativos de Distribuição e Geração, destacam-se:

Coleção Energia: É uma iniciativa que faz parte do programa Enel Compartilha Empreendedorismo e consiste no reaproveitamento de uniformes de eletricitistas da Enel e de empresas parceiras para produção de novas peças com valor comercial. A coleção de roupas e acessórios tem como base o reaproveitamento criativo de materiais, conhecido como upcycling. O projeto é realizado pelas distribuidoras nos estados de São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro. As costureiras participantes do projeto, que vem de uma situação de vulnerabilidade social, são capacitadas pelo programa Enel Compartilha Empreendedorismo, e a renda gerada com a venda das peças é repassada integralmente às mulheres desses grupos produtivos. De 2021 até o final de 2022, o projeto já beneficiou diretamente 342 pessoas e gerou R\$ 87,4 mil em renda para as empreendedoras. Ao associar moda e circularidade, a Coleção Energia gera benefícios nos três pilares do desenvolvimento sustentável e criando valor.

Hortas em Rede: Projeto desenvolvido pela Enel Distribuição São Paulo, que utiliza as faixas sob as linhas de transmissão da distribuidora para implantar hortas em áreas periféricas de grande concentração habitacional, na região metropolitana da capital. O projeto contempla três hortas no bairro São Mateus, e proporciona às comunidades do entorno oportunidades de trabalho, qualificação profissional e geração de renda por meio da comercialização dos produtos cultivados pelos agricultores. A inovação mais significativa do projeto é passar de um cenário de destruição de valor para um cenário de criação de valor compartilhado. Outro aspecto inovador diz respeito à inclusão social: mulheres e idosos, muitas vezes excluídos ou negligenciados no mercado de trabalho formal, são os grupos que mais se beneficiam das atividades de produção e comercialização das hortas. O projeto também proporciona uma melhoria na qualidade das pessoas, além de contribuir com o paisagismo local. De 2021 até o final de 2022, foram beneficiados 80 agricultores e 1.332 pessoas com o projeto, gerando mais de R\$ 820 mil em renda para os agricultores.

Programa de Eficiência Energética: Viabilizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Programa de Eficiência Energética visa a promover o uso mais eficiente da energia com a população e demais stakeholders da Enel, em sua área de concessão. Em 2022, a empresa investiu mais de R\$ 122 milhões nos diversos projetos que incentivam o uso eficiente da energia. Entre os principais indicadores, tivemos 974 mil beneficiados, representando uma economia de energia de 61.046,86 MWh ao longo do ano e com redução na demanda na ponta em 13.190,64 kW. A Chamada Pública de Projetos é uma das frentes do Programa destinada aos clientes dos segmentos de comércio e serviços, residencial, industrial, rural, serviço e poder público, e iluminação pública. Outro destaque vai para as iniciativas desenvolvidas com a população em situação de vulnerabilidade social. Em 2022, foram trocadas 20 mil geladeiras antigas por modelos novos com selo Procel A de eficiência. Também foram substituídas 419 mil lâmpadas comuns pelas de LED. O Ecoenel é outra iniciativa que contribui para a eficiência energética por meio da reciclagem de materiais. No ano passado, o programa

arrecadou 7.671 toneladas de resíduos e gerou R\$ 2,9 milhões em bônus na conta de luz de 46.090 mil clientes, o que representa uma economia de energia da ordem de 33.401,57 MWh/ano.

Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE): A ONEE 2022 é uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), coordenada pelo Instituto Abradee de Energia e com a realização de distribuidoras de energia elétrica que operam em 24 estados e no Distrito Federal. A Enel participou da edição de 2022 com todas as suas distribuidoras no Brasil, divulgando a iniciativa por meio do projeto Enel Compartilha Energia na Escola. A iniciativa promove a educação sobre o consumo consciente de energia elétrica para alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas de todas as regiões do Brasil. Professores foram capacitados para o tema e multiplicaram o conhecimento aos seus alunos. Ao longo da competição, os estudantes participam de diversas atividades, provas e desafios que contaram com o conceito da gamificação. Dentre os 22 mil estudantes premiados nos desafios, 23,6% das medalhas foram destinadas aos alunos de escolas que estão nas áreas de concessão das distribuidoras da Enel.

Enel Compartilha Oportunidade: O programa promove oficinas de capacitação e dicas de empregabilidade para jovens e adultos que desejam ingressar ou se recolocar no mercado de trabalho, e facilita a contratação desses profissionais por empresas parceiras. Em 2022, foram desenvolvidas duas frentes do programa nas distribuidoras da Enel, com foco na capacitação técnica para o setor de energia. Um dos projetos é a Escola de Mulheres Eletricistas, que consiste na capacitação técnica de mulheres, em situação de vulnerabilidade social, como eletricitistas de rede de baixa tensão. O projeto é realizado em parceria com o SENAI e tem como objetivo romper com o conceito de gênero predominantemente masculino da profissão de eletricitista, ampliar a diversidade corporativa e proporcionar oportunidades igualitárias para que essas mulheres possam atuar como eletricitistas na companhia e em suas parceiras. Outra iniciativa é o projeto Soldado Cidadão, que também promove curso técnico para eletricitista de rede, e é direcionado aos soldados que encerram sua trajetória no Exército e estão em busca de novas oportunidades de trabalho. Em 2022 foram capacitados 139 jovens e adultos pelo programa Enel Compartilha Oportunidade.

Enel Compartilha Cultura: O programa reúne iniciativas que têm como objetivo disseminar o acesso à cultura nas comunidades que vivem nas áreas de influência dos empreendimentos de geração através do patrocínio de escolas de dança, oficinas de contação de histórias, sessões de cinema e melhoria de acervos literários de escolas etc. Em 2022 tivemos 28.588 beneficiados, com 11 projetos em cinco estados, e destacam-se os projetos de Apoio às Tradições Indígenas em Pernambuco, Ilumina Piraju em São Paulo e Visitação ao Theatro José Alencar no Ceará.

- Apoio às Tradições Indígenas em Pernambuco: suporte dado para as festas dos indígenas das aldeias Pankararu e Entre Serras, que ficam na área de influência de Fontes dos Ventos II - 8.000 beneficiados;
- Ilumina Piraju: o projeto consiste na produção e instalação de enfeites natalinos e na organização de shows e festas de rua na cidade de Piraju. A decoração é feita com tapete reciclável - 5.500 beneficiados;
- Visitação ao Theatro José Alencar: o projeto baseia-se em atividades culturais e educativas dirigidas a alunos e professores do ensino fundamental público contribuindo para a fruição e difusão da arte e do conhecimento na exploração de um dos maiores patrimônios históricos e culturais - 1.408 beneficiados.

Enel Compartilha Atitude Verde: O programa reúne projetos de educação ambiental através do engajamento de professores, estudantes e população local em temas de relevância na região, como preservação da fauna, flora e do meio socioambiental nas áreas de influência dos empreendimentos de geração. Em 2022 tivemos 20.494 pessoas beneficiadas em 49 projetos distribuídos por 9 estados dentro do programa Enel Compartilha Atitude Verde, destacando-se:

- Turismo ecológico: projeto realizado em parceria entre a Usina (Mourão) e a administração do Parque Ecológico, que visa melhorar a infraestrutura para o turismo de lazer por meio da reforma da sinalização e do acesso às trilhas, além de aperfeiçoar as instalações do espaço de visitação na recepção do parque - 4.818 beneficiados;
- Programa de Educação Ambiental: ações junto às comunidades no entorno das plantas que visam criar condições para a participação dos diferentes atores sociais no processo de gestão ambiental, e na compreensão de seus papéis como agentes e cidadãos para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva - 8.062 beneficiados;
- Cinesolar: campanhas de educação ambiental sobre diferentes temas através de sessões de cinema utilizando tecnologia solar - 5.111 beneficiados.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDD): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

As empresas da Enel Brasil contam com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços e atividades. As empresas possuem as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno. A Enel Distribuição São Paulo possui ainda a ISO 55001 em gestão de ativos.

Certificação Top Employer:

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022:

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL:

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, conseqüentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

Prêmio Firjan:

A Enel Distribuição Rio foi a vencedora do Prêmio Firjan de Sustentabilidade, na nova categoria "Estratégias para Engajamento e Promoção da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", com o programa Enel Compartilha. A premiação destaca as melhores práticas e reconhece o aprimoramento dos processos produtivos, a implantação de projetos socioambientais e as iniciativas de cunho sustentável desenvolvidas pelas empresas do estado do Rio de Janeiro.

Acionistas	2022		2021	
	Ações	%	Ações	%
Enel Américas S.A.	1.047.081.539	99,56%	918.837.040	99,50%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,44%	4.618.298	0,50%
Outros	3	0,00%	3	0,00%
Total	1.051.699.840	100,00%	923.455.341	100,00%

7 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2022 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

8 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Nicola Cotugno	Diretor-Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque	Diretor Jurídico
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro	Diretora de Comunicação
Flávia da Silva Baraúna	Diretora de Serviços
Márcia Massotti de Carvalho	Diretora de Sustentabilidade
Gino Celentano	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Cristine de Magalhães Marcondes	Diretora Adjunta

Conselho de Administração	Membros
Presidente	Guilherme Gomes Lencastre
Vice-Presidente	Mario Fernando de Melo Santos
Conselheiro de Administração Titular	Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque
Conselheiro de Administração Titular	Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
Conselheira de Administração Titular	Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Hamilton Akira Kasaishi – CRC SP262983/O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Enel Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enel Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Enel Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.021.517	77.770	4.079.714	4.263.116
Títulos e valores mobiliários	5	18.867	6.319	330.511	280.816
Consumidores, concessionários e permissionários	7	-	-	8.339.959	10.351.493
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	-	-	74.462	604.820
Créditos especiais		-	-	-	149.403
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	272.897	271.760	565.722	916.232
Outros tributos compensáveis	9	11.500	31.778	2.446.233	3.069.885
Ativo financeiro setorial	11	-	-	-	2.000.397
Serviços em curso		-	-	608.041	586.750
Dividendos a receber		839.899	1.276.566	-	-
Debêntures, empréstimos e financiamentos	23	8.118.210	4.280.856	7.055.027	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	16.410	6.017	50.403	109.673
Ativos financeiros - contas a receber vinculados a concessão	6	-	-	62.611	66.031
Ativos mantidos para venda	13	-	-	343.573	-
Outros créditos	14	3.988.000	1.205.300	984.506	1.143.296
Total do ativo circulante		14.287.300	7.156.366	24.940.762	23.541.912
Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários	7	-	-	690.927	416.586
Créditos especiais		-	-	-	719.229
Outros tributos compensáveis	9	-	-	7.523.147	11.353.034
Cauções e depósitos	10	-	-	119.844	112.511
Ativo financeiro setorial	11	-	-	-	1.168.928
Depósitos vinculados a litígios	30	5.554	3.462	1.233.989	1.425.744
Tributos diferidos	34	742.686	770.360	4.116.050	4.991.533
Benefício fiscal das incorporações	12	-	-	1.882.395	1.958.380
Instrumentos financeiros derivativos	25	211.144	305.561	582.481	931.413
Debêntures, empréstimos e financiamentos	23	838.279	-	-	-
Outros créditos	14	162	2.104	140.829	150.354
Ativos financeiros - contas a receber vinculados a concessão	6	-	-	1.680.131	1.641.450
Ativo indenizável (concessão)	17	-	-	18.842.517	16.073.770
Ativo de contrato	20	-	-	3.691.180	5.115.359
Investimentos	16	34.123.870	38.470.657	-	-
Imobilizado	18	849.765	553.123	23.583.234	20.861.426
Intangível	19	1.021.997	833.112	17.153.279	24.136.329
Total do ativo não circulante		37.793.457	40.938.379	81.240.003	91.056.046
Total do ativo		52.080.757	48.094.745	106.180.765	114.597.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	21	1.880.425	1.564.002	8.658.945	12.089.200
Debêntures, empréstimos e financiamentos	23	1.418.323	1.385.459	6.321.297	5.215.542
Obrigações por arrendamentos	24	11.606	5.984	110.280	130.299
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	22	-	-	1.802.398	2.289.633
Salários, provisões e encargos sociais		57.293	48.169	327.223	368.079
Imposto de renda e contribuição social a pagar	26	-	67.211	378.769	260.291
Outras obrigações fiscais	26	329.520	194.201	1.277.043	1.556.289
Taxas regulamentares	27	-	-	769.351	880.182
Contas a pagar - acordo Eletrobras	28	-	-	354.801	375.145
Dividendos a pagar		1.021.000	997.610	1.030.895	1.028.297
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	31	889	-	187.866	186.871
Obrigações com benefícios pós-emprego	34	-	-	9.279	11.834
Instrumentos financeiros derivativos	25	269.190	53.707	588.716	228.531
Passivo financeiro setorial	11	-	-	211.849	-
Outras obrigações	29	50.675	1.208.582	1.123.794	2.682.826
Total do passivo circulante		5.038.921	5.524.925	23.152.506	27.303.019
Não circulante					
Fornecedores	21	-	-	-	406.086
Debêntures, empréstimos e financiamentos	23	2.555.575	2.176.953	17.470.137	20.173.807
Obrigações por arrendamentos	24	10.128	51.183	540.326	556.678
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	22	-	-	7.843.012	12.546.574
Outras obrigações fiscais	26	-	-	61.387	202.177
Tributos diferidos	35	-	-	236.865	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	34	-	-	6.766.339	7.294.070
Taxas regulamentares	27	-	-	155.877	174.961
Contas a pagar - acordo Eletrobras	28	-	-	58.058	363.777
Passivo financeiro setorial	11	-	-	640.266	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	31	3.436	2.491	3.000.748	4.021.458
Provisões para desmantelamento	31	-	-	29.200	32.618
Instrumentos financeiros derivativos	25	234.033	-	739.677	68.489
Outras obrigações	29	1.156.643	4.922	1.343.531	225.014
Total do passivo não circulante		3.959.815	2.235.549	38.885.423	46.065.709
Patrimônio líquido					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		38.070.269	32.387.634	38.070.269	32.387.634
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reserva de capital		2.471.243	2.471.243	2.471.243	2.471.243
Reserva de lucros		2.981.801	5.894.474	2.981.801	5.894.474
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(330.267)	(308.055)	(330.267)	(308.055)
		43.082.021	40.334.271	43.082.021	40.334.271
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel		-	-	697	667
Outros acionistas não controladores		-	-	1.060.118	894.292
		-	-	1.060.815	894.959
Total do patrimônio líquido		43.082.021	40.334.271	44.142.836	41.229.230
Total do passivo e do patrimônio líquido		52.080.757	48.094.745	106.180.765	114.597.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	36	-	-	49.520.551	51.123.742
Custo do serviço	37	-	-	(38.469.511)	(42.383.635)
Lucro bruto		-	-	11.051.040	8.740.107
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	37	-	-	(39.210)	(36.625)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	37	-	-	(993.994)	(1.572.906)
Despesas gerais e administrativas	37	(570.141)	(286.569)	(2.485.993)	(1.806.471)
Outras receitas e despesas operacionais	37	161.870	6.878	613.514	420.766
Total (despesas) receitas operacionais		(408.271)	(279.691)	(2.905.683)	(2.995.236)
Perda com a venda de controladas	16	(4.414.906)	-	(4.414.906)	-
Resultado de equivalência patrimonial	16	3.256.586	2.450.181	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(1.566.591)	2.170.490	3.730.451	5.744.871
Resultado financeiro	38				
Receita financeira		5.716.759	329.585	8.140.049	3.079.195
Despesa financeira		(5.338.991)	(394.889)	(11.743.786)	(5.506.566)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.188.823)	2.105.186	126.714	3.317.500
Imposto de renda e contribuição social	35				
Correntes		56	(67.211)	(1.322.644)	(932.342)
Diferidos		(48.655)	242.440	36.245	(10.149)
Incentivo fiscal		-	-	92.136	32.405
Lucro (prejuízo) líquido antes das participações minoritárias		(1.237.422)	2.280.415	(1.067.549)	2.407.414
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em Reais - R\$)		(1,18)	2,48	(1,02)	2,62
Atribuível aos acionistas controladores				(1.237.422)	2.280.415
Atribuível aos acionistas não controladores:				-	-
Demais acionistas do Grupo Enel				192	20
Outros acionistas não controladores				169.681	126.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.237.422)	2.280.415	(1.067.549)	2.407.414
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados				
Perda em instrumento financeiro derivativo	(141.085)	(61.074)	(209.579)	(63.073)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo de controlada	47.969	20.765	71.257	21.445
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo de controlada - Transferência de participações	-	-	(8.850)	-
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	(8.563)	(2.325)	(8.563)	(2.325)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(101.679)	(42.634)	(155.735)	(43.953)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	(9.415)	(53.445)	(10.170)	(47.773)
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada - Transferência de participações	-	-	(83.074)	-
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	3.201	18.171	3.458	16.243
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(6.214)	(35.274)	(89.786)	(31.530)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(107.893)	(77.908)	(245.521)	(75.483)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(1.345.315)	2.202.507	(1.313.070)	2.331.931
Atribuído a:				
Acionistas controladores			(1.345.315)	2.202.507
Demais acionistas do Grupo Enel			192	20
Outros acionistas não controladores			32.053	129.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Integralizado	Ações em tesouraria	Remuneração Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras Reservas	Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Acionistas controladores	Demais acionistas Grupo Enel	Acionistas não controladoras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.978.311	(111.025)	2.471.243	367.488	(7.346)	3.850.472	(385.434)	-	25.163.709	1.041	853.919	26.018.669
Incorporação societária	13.409.323	-	-	23.484	324.280	-	(35.711)	315.404	14.036.780	-	-	14.036.780
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	(15.838)	15.838	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.280.415	2.280.415	-	-	2.280.415
Perda atuarial líquida em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	(35.274)	-	(35.274)	20	126.979	91.725
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	35.274	(35.274)	-	(15)	3.759	3.744
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(40.309)	-	(40.309)	-	-	(40.309)
Constituição de reserva legal	-	-	-	130.584	-	-	-	(130.584)	-	9	(1.328)	(1.319)
Transferência de participações	-	-	-	-	-	-	(2.372)	-	(2.372)	-	-	(2.372)
Dividendos prescritos controladas	-	-	-	-	-	-	-	123	123	-	2.372	2.495
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	(406.132)	-	-	(406.132)	-	-	(406.132)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	(620.299)	(620.299)	-	-	(620.299)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	633.549	-	(633.549)	-	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	168.047	1	(45.932)	-	(43.038)	(88.969)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	1.192.075	-	(1.192.075)	-	(388)	(22.566)	(22.954)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	5.887	-	5.887	-	-	5.887
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(2.325)	-	(2.325)	-	-	(2.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.387.634	(111.025)	2.471.243	521.556	316.934	5.055.984	(308.055)	-	40.334.271	667	920.097	41.255.035
Aumento de Capital	5.682.635	-	-	-	-	-	-	-	5.682.635	-	-	5.682.635
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.237.422)	(1.237.422)	192	169.681	(1.067.549)
Perda atuarial líquida em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	(6.216)	-	(6.216)	-	(496)	(6.712)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	6.216	(6,216)	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	-	-	-	-	-	-	(136.306)	-	(136.306)	1	(2.017)	(138.322)
Transferência de participações	-	-	-	-	-	-	(60.643)	-	(60.643)	-	(27)	(60.670)
Dividendos prescritos controladas	-	-	-	-	-	-	-	335	335	-	-	335
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	(1.021.000)	-	-	(1.021.000)	-	-	(1.021.000)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(633.549)	-	-	(633.549)	20	103.493	(530.036)
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	172.477	-	172.477	-	-	172.477
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	7.346	(21.832)	-	(335)	(14.821)	(183)	(130.613)	(145.617)
Absorção do prejuízo por Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	(1.243.638)	-	1.243.638	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	10.823	-	10.823	-	-	10.823
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(8.563)	-	(8.563)	-	-	(8.563)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.070.269	(111.025)	2.471.243	521.556	324.280	2.135.965	(330.267)	-	43.082.021	697	1.060.118	44.142.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.237.420)	2.280.415	(1.067.549)	2.407.414
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Perda participação ENEL GO	3.976.173	-	3.976.173	-
Perda participação CGTF	438.733	-	438.733	-
Encargos sobre obrigações de arrendamentos	9.451	-	87.648	-
Depreciação e amortização	48.557	24.570	2.565.384	2.250.424
Imposto diferido oriundo da incorporação	-	(195.475)	-	(195.475)
Equivalência patrimonial	(3.256.586)	(2.450.181)	-	-
Juros diversos e variações monetárias provisionadas	(26.086)	280.054	732.814	2.119.320
Atualização financeira do bônus de concessão	-	-	(104.036)	-
Receita do ativo indenizável	-	-	(355)	(1.359.300)
Baixa do ativo indenizável, intangível e imobilizado	-	-	201.021	169.429
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa e recebíveis de clientes	-	-	993.994	1.587.789
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	3.047	63.572
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	1.331	1.191	440.158	467.923
Encargos financeiros e variação cambial	-	-	(735.765)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	536.645	(414.615)	1.272.707	37.469
Ajuste a valor de mercado	-	-	(2.092.345)	-
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	75.985	76.137
Imposto de renda e contribuição social correntes	(56)	67.211	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(97.310)	(46.965)	(36.245)	10.149
Valores a devolver (receber) de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	-	(216.876)
Valor residual de intangível e imobilizado	2.746	-	-	-
Atualização de processos judiciais e outros	-	-	364.706	-
Redução (aumento) dos ativos:				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(1.366.516)	(1.459.236)
Ativo financeiro setorial	-	-	3.022.226	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis e Outros tributos	21.388	(105.321)	1.677.275	-
Depósitos vinculados a litígios	(2.092)	(1.011)	-	-
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	474.813	(461.570)
Valores a devolver (receber) de Parcela A e outros itens financeiros, líquidos	-	-	-	(3.673.853)
Dividendos recebidos	740.912	(557.523)	-	-
Disponível para venda	-	-	(343.573)	-
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	-	-	68.775	(118.081)
Cauções e depósitos vinculados a litígios	-	-	38.408	(205.121)
Serviços em curso	-	-	(93.498)	(75.207)
Incorporação de saldo de Caixa EGP	-	(268.277)	-	(829.623)
Outros créditos	(2.663.206)	839.439	(1.280.674)	429.587
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	316.423	792.725	(2.074.077)	2.342.891
Salários, provisões e encargos sociais	9.124	34.856	16.992	31.831
Impostos, taxas e contribuições a recolher	136.209	24.142	(1.361.440)	1.593.115
Encargos setoriais	-	-	26.323	18.960
Pagamento de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais	(386)	(142)	(525.899)	(487.723)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(396.643)	(910.007)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobrás	-	-	(326.063)	(317.718)
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzidos dos juros	(181.160)	(113.806)	(864.378)	(391.365)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	-	58.628	-	-
Pagamento de juros de debêntures	-	-	(559.942)	(302.328)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(20.746)	(22.520)	(740.538)	(741.205)
Dividendos provisionados e não pagos	-	-	450.211	-
Outras obrigações	(6.516)	1.185.347	433.146	2.168.969
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(1.253.872)	1.412.742	3.391.003	4.030.291

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades de investimentos:				
Títulos e valores mobiliários	(12.548)	(250)	(51.087)	80.667
Mútuos concedidos	(1.180.360)	(686.200)	-	-
Dívidas ENEL GO	-	-	(7.055.027)	-
Venda participação ENEL GO	1.513.129	-	1.513.129	-
Venda participação CGTF	489.756	-	489.756	-
Aquisição para o ativo de contrato, intangíveis e imobilizado	(562.348)	(458.112)	(10.457.080)	(8.000.196)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-	139.185	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	247.629	(1.005.377)	(15.560.309)	(7.919.529)
Atividades de financiamentos:				
Ingresso de novos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.870.000	-	13.780.951	11.901.327
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.956.178)	-	(5.529.369)	(6.951.950)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	4.057	676	(21.960)	(8.276)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.631.158)	(377.311)	(1.631.158)	(447.347)
Aumento de capital	5.682.635	-	5.682.635	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	(19.366)	(2.500)	(295.195)	(147.788)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.949.990	(379.135)	11.985.904	4.345.966
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de	943.747	28.230	(183.402)	456.728
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	77.770	49.540	4.263.116	3.806.388
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.021.517	77.770	4.079.714	4.263.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida das Nações Unidas, 14401, Torre B1 Aroeira, município de São Paulo, Estado de São Paulo, subsidiária integral da Enel Américas S.A., localizada em Santiago, no Chile, controlada indireta da Enel S.p.A., localizada em Roma, Itália.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia, formam o Grupo Enel Brasil (“Grupo Enel” ou “Grupo”), atuando em qualquer segmento e prestação de serviços no setor elétrico conforme suas divisões estratégicas: redes, geração, comercialização, soluções e outros:

- a) Infraestrutura e Redes

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Ampla”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Brasil com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica regulada pela ANEEL.

A controlada Enel Distribuição Rio atende a aproximadamente 3 milhões de unidades consumidoras em 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 05/1996, de 9 de dezembro de 1996 com vencimento em dezembro de 2026.

Companhia Energética do Ceará

A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Coelce”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica regula pela ANEEL.

A controlada Enel Distribuição Ceará atende a aproximadamente 4,3 milhões de unidades consumidoras em todo o Estado do Ceará regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, com vencimento em maio de 2028.

Em decorrência da sua controladora indireta (Enel Spa.) ter comunicado ao Mercado Financeiro Internacional o seu plano estratégico global considerando a intenção da venda da COELCE em 2023, com o intuito de concentrar investimentos nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Companhia esclarece que, até a presente data, não há qualquer negociação de venda em curso. Com base no CPC 31, a Companhia não alterou a classificação do ativo para bem disponível para venda uma vez que, não existe, até a presente data, qualquer negociação de venda em curso, que estaria representado por um plano de venda provável, com adequado nível hierárquico comprometido com a sua realização.

CELG Distribuição S.A. - CELG D

A CELG Distribuição S.A (“Enel Distribuição Goiás” ou “Celg”), sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria “B”, com sede no município de Goiânia, Estado de Goiás, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica regula pela ANEEL.

A Enel Distribuição Goiás atende a aproximadamente 3,1 milhões de unidades consumidoras em todo o Estado de Goiás regida pelo 5º termo aditivo ao contrato de concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de dezembro 2015 com vencimento em dezembro de 2045.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência da conclusão da operação de compra e venda da CELG-D ter ocorrido em 29 de dezembro de 2022, uma vez que foram atingidas as condições estabelecidas no contrato de compra e venda, incluindo, mas não se limitando às aprovações pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica e pela ANEEL, melhor detalhados na nota 15 - Alienação de Investidas - CELG e CGTF, apenas foi consolidado na ENEL Brasil o resultado da CELG-D, correspondente ao período de 1º de janeiro até a data da venda (29 de dezembro 2022).

Enel Cien S.A.

A Enel Cien S.A. (“Enel CIEN”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar transmissão e conversão de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada Enel CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - (“RAP”), pela ANEEL revisada a cada quatro anos. Contudo, anualmente a RAP foi reajustada tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Em decorrência da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA) ter sido nomeada vencedora do lote 5 ofertado no Leilão de Transmissão nº 02/2022 (Processo nº 48500.003385/2022-76) promovido em 16 de dezembro de 2022 pela ANEEL, em consonância com os termos previstos no edital do referido leilão, , até 31 de março de 2023, data prevista para ocorrer a assinatura do contrato de concessão, a CIEN deve seguir operando a concessão do serviço público de transmissão das linhas Garabi I e Garabi II. Consoante este entendimento, melhor detalhado na nota 13 - Ativos mantidos para venda, em dezembro de 2022, os ativos vinculados às concessões de Garabi I e Garabi II foram classificados como mantidos para venda.

b) Geração

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (“Companhia” ou “EGP Cachoeira Dourada”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rodovia GO 206 – KM 0, Cachoeira Dourada, Goiás, controlada pela Enel Brasil S.A., tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio. A Companhia poderá ainda promover ou participar de outras sociedades constituídas para produzir energia elétrica, dentro ou fora do Estado de Goiás, mediante a subscrição de qualquer número de ações ou quotas sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia firmou em 11 de setembro de 1997 o contrato de concessão 11/1997, com prazo de duração de 30 anos, para exploração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada, usina hidrelétrica composta por 10 unidades geradoras, 658 MW de capacidade instalada e com garantia física de 374 MW. Em junho de 2022, a Companhia assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/1997, postergando o final da concessão para 02 de novembro de 2029.

Através da Portaria nº 226, de 28 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 2 de junho de 2020, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar energia da Argentina e do Uruguai, sendo a autorização válida até 31 de março de 2023. A energia importada é destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.

Em 10 de junho de 2022, a ENEL Brasil S.A. finalizou a venda de 100% das ações patrimoniais da CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (“CGTF”) para a ENEVA S.A.. A operação foi concluída com o pagamento de R\$ 489.756 mil após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, melhor detalhadas na nota 15 - Alienação de investidas – CELG e CGTF.

A operação também prevê pagamentos contingentes à reconstrução futura da planta, que podem alcançar até R\$ 97 milhões. Esses pagamentos adicionais são devidos para os novos contratos de compra de energia “PPA” (“power purchase agreement”) contratados a partir 10 de junho de 2022 até 31 de dezembro de 2028. Até a emissão das demonstrações financeiras não existem valores a serem reconhecidos, conforme a norma CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e estabelecido em contrato de compra e venda.

A CGTF, integralmente alienada para a ENEVA S.A., tem como principal ativo operacional a UTE Fortaleza, uma usina termelétrica a gás, implantada a partir do Programa Prioritário de Termoeletricidade do governo federal, com capacidade instalada de 327 MW, localizada no município de Caucaia, Estado do Ceará, na região Nordeste do país País (“Usina”). A Usina tem contrato de comercialização de energia com a distribuidora Companhia Energética do Ceará S.A., celebrado em 31 de agosto de 2001 e com vigência até 2023, conforme os termos definidos na Portaria MME 234/02A CGTF faz parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, localizado em região estratégica para o crescimento do Estado do Ceará. A usina possui uma das mais modernas tecnologias em geração térmica do país, produzindo energia em um ciclo combinado de gás e vapor. Com capacidade de geração de 327 MW, possui 1,2 km de linha de transmissão em alta tensão (230 kV).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Green Power Volta Grande S.A.

A Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Volta Grande”), sociedade de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro é uma geradora de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a controlada Volta Grande conquistou um contrato de 30 anos de concessão para a usina de Volta Grande, já em operação, localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, com uma capacidade total instalada de 380MW. A controlada Volta Grande firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão ANEEL nº 01/2017.

Controladas Enel Green Power Brasil - EGP

As controladas adquiridas da Enel Green Power Brasil Participações (EGP) possuem como atividade a geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar totalizando uma capacidade de geração de 48GW, operando com 158 empresas. Em 31 de dezembro de 2022, a lista de empresas controladas EGP encontra-se detalhada nas notas 2.1.5 Base de Consolidação e 1.2. EGP Brasil Ltda.

Período da outorga/concessão	Capacidade Instalada (MW)	Nº de Empresas	Capacidade Instalada (MW)	Nº de Empresas	Capacidade Instalada (MW)	Nº de Empresas	Capacidade Instalada (MW)	Nº de Empresas
	Solar		Hidrelétrica		Eólica		Total	
Até 1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1 a 5 anos	-	-	18	2	-	-	18	2
De 5 a 10 anos	-	-	658	1	-	-	658	1
De 10 a 20 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 a 30 anos	504	12	565	8	1.318	40	2.387	60
De 31 a 35 anos	42.557	31	-	-	2.344	60	44.901	91
Prazo indeterminado	5	1	5	2	-	-	10	3
Total	43.066	44	1.246	13	3.662	100	47.974	157

c) Comercialização

Enel Trading Brasil S.A.

A Enel Trading Brasil S.A. (“Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista de energia e de outros produtos não especificados anteriormente, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Enel X

Enel X Brasil S.A.

A Enel X Brasil S.A. (“Enel X”), sociedade por ações de capital fechado, com sede município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços geral, relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral, bem como a participação no capital de outras companhias e/ou sociedades. A Enel X Brasil detém 100% das ações da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda., e 51% das demais controladas.

Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. (“CGFSF”), sociedade empresarial de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo tem como objeto social de atividades de locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica de origem solar, eficiência energética, infraestrutura elétrica e outros, bem como as atividades de operação e manutenção desses ativos. A CGFSF é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

Luz de Angra Energia S.A.

A Luz de Angra Energia S.A. (“Luz de Angra”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a execução de obras e prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública, firmado com a Prefeitura de Angra dos Reis, conforme Concorrência Pública nº 004/2020 pelo prazo de 15 anos. A Luz de Angra é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

Luz de Macapá S.A.

A Luz de Macapá S.A. (“Luz de Macapá”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a execução de obras e prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública da Prefeitura de Macapá, conforme Concorrência Pública nº 006/2020. A Luz de Macapá é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Luz de Caruaru Energia S.A.

A Luz de Caruaru Energia S.A. (“Luz de Caruaru”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a execução de obras e prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública, firmado com o Município de Caruaru, conforme o Edital de Concorrência Pública 001/2021 – CPL G e Processo de Licitação Nº 034/2021 – CPL/G. A Luz de Caruaru é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

Luz de Jaboaão Energia S.A.

A Luz de Jaboaão Energia S.A. (“Luz de Jaboaão”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a execução de obras e prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública, firmado com o Município de Jaboaão dos Guararapes, conforme o Edital de Concorrência Pública 001/2022. A Luz de Jaboaão é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

e) Outros

CTM e TESA

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as companhias CTM - Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. (“CTM”) e TESA - Transportadora de Energia S.A. (“TESA”), localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional.

Enel Uruguay A.S.

A Enel Uruguay A.S. (“Enel Uruguay”), anteriormente denominada de Nuxer Trading S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Montevideo, capital do Uruguai, tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, bem como a prestação de serviços geral no Uruguai, relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

Enel Brasil Central S.A.

A Enel Brasil Central S.A. (“Enel Brasil Central”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, cujo objeto é a participação no capital social de outras companhias e sociedades de distribuição de energia elétrica.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela ENEL Brasil S.A.

Em 4 de novembro de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador final (Enel S.p.A), a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

O patrimônio líquido da EGP Brasil Participações Ltda. foi avaliado em 31 de outubro de 2021, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 14.036.781, conforme Laudo de Avaliação Contábil Para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado da EGP Brasil Participações Ltda. está apresentado como segue:

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	268.330
Tributos a compensar	97.724
Dividendos a receber	387.081
Créditos com partes relacionadas	526.014
Instrumentos financeiros derivativos	22.914
Outros créditos	22.531
Total do ativo circulante	1.324.594
Não circulante	
Depósitos vinculados a litígios	184
Instrumentos financeiros derivativos	340.176
Investimentos	13.985.824
Imobilizado	694.074
Intangível	817.888
Total do ativo não circulante	15.838.146
Total do ativo	17.162.740
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	264.338
Debêntures, empréstimos e financiamentos	93.346
Débitos com partes relacionadas	1.363.528
Obrigações por arrendamentos	1.790
Folha de pagamento	39.882
Obrigações fiscais	6.938
Instrumentos financeiros derivativos	26.169
Outras obrigações	34
Total do passivo circulante	1.796.025
Não circulante	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	1.324.600
Obrigações por arrendamentos	2.007
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	407
Outras obrigações	2.919
Total do passivo não circulante	1.329.933
Patrimônio líquido	
Capital social	13.409.323
Reserva de lucros	347.766
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	(35.711)
Resultado do período	315.404
Total do patrimônio líquido	14.036.782
Total do passivo e patrimônio líquido	17.162.740

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência da incorporação a Companhia teve um aumento de capital de R\$ 13.409.323 mediante a emissão de 306.596.915 novas ações, que passa dos atuais R\$ 18.978.311 para R\$ 32.387.634. As novas ações emitidas são distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Ações ordinárias	%
Enel Américas S.A.	306.596.914	100%
Energia y Servicios South América SpA	1	0%
Total	306.596.915	100%

Como resultado desta incorporação em 2021, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Seguem abaixo os efeitos da incorporação no balanço individual da Companhia na data de incorporação:

	Saldo antes da incorporação	Efeito da incorporação	Eliminações	Saldo após a incorporação
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	87.217	268.330	-	355.547
Títulos e valores mobiliários	6.260	-	-	6.260
Tributos a compensar	226.512	97.724	-	324.236
Dividendos a receber	1.332.912	387.081	-	1.719.993
Créditos com partes relacionadas	2.656.704	526.014	(10.742)	3.171.976
Instrumentos financeiros derivativos	-	22.914	-	22.914
Outros créditos	507.351	22.530	-	529.881
Total do ativo circulante	4.816.956	1.324.593	(10.742)	6.130.807
Não circulante				
Depósitos vinculados a litígios	2.892	184	-	3.076
Tributos diferidos	571.191	-	-	571.191
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.176	-	340.176
Créditos com partes relacionadas	1.211.104	-	-	1.211.104
Investimentos	23.949.907	13.985.824	-	37.935.731
Imobilizado	20.800	694.074	-	714.874
Intangível	542.206	817.888	-	1.360.094
Total do ativo não circulante	26.298.100	15.838.146	-	42.136.246
Total do ativo	31.115.056	17.162.739	(10.742)	48.267.053
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	1.305.875	264.338	-	1.570.213
Debêntures, empréstimos e financiamentos	2.145.894	93.346	-	2.239.240
Débitos com partes relacionadas	-	1.363.528	(10.742)	1.352.786
Obrigações por arrendamentos	148	1.790	-	1.938
Folha de pagamento	15.614	39.882	-	55.496
Obrigações fiscais	261.992	6.938	-	268.930
Dividendos a pagar	377.311	-	-	377.311
Instrumentos financeiros derivativos	-	26.169	-	26.169
Outras obrigações	27.944	34	-	27.978
Total do passivo circulante	4.134.778	1.796.025	(10.742)	5.920.061
Não circulante				
Debêntures, empréstimos e financiamentos	-	1.324.600	-	1.324.600
Obrigações por arrendamentos	-	2.007	-	2.007
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	1.434	407	-	1.841
Outras obrigações	-	2.917	-	2.917
Total do passivo não circulante	1.434	1.329.931	-	1.331.365
Patrimônio líquido				
Capital social	18.978.311	13.409.323	-	32.387.634
Ações em tesouraria	(111.025)	-	-	(111.025)
Reserva de capital	2.471.243	-	-	2.471.243
Reserva de lucros	3.586.981	347.766	-	3.934.747
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	980.433	(35.711)	-	944.722
Resultado do período	1.072.901	315.405	-	1.388.306
Total do patrimônio líquido	26.978.844	14.036.783	-	41.015.627
Total do passivo e patrimônio líquido	31.115.056	17.162.739	(10.742)	48.267.053

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Medidas para o setor elétrico

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 552, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou análise e não houve necessidade de solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 521.434, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A aprovação para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2023.

2.1.2. Moeda funcional, transações em moeda estrangeira e conversão de saldos

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Investimentos em títulos patrimoniais designados a VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado).
- Passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que hedge é efetivo;
- Um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.
- Operações no exterior

Os ativos e passivos no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais, relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.3. Controladas em Economia inflacionária

Desde o exercício de 2018 as controladas indiretas CTM e TESA adotaram a prática contábil de economia hiperinflacionária, pois a partir de julho de 2018, a economia da Argentina foi considerada hiperinflacionária, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (“CPC 42”). Essa determinação foi feita com base em uma série de critérios qualitativos e quantitativos, dentre os quais se destaca a presença de taxa de inflação acumulada superior a 100% em um período de três anos.

De acordo com as disposições do CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado dessas subsidiárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços e assim, as demonstrações financeiras foram retrospectivamente corrigidas a fim de refletir as mudanças no poder de compra do peso argentino, na data de encerramento destas demonstrações financeiras. Após a correção, as demonstrações financeiras foram convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

O resultado do exercício foi atualizado no final do período com base no índice de preços ao consumidor argentino do período de 2022, divulgado pelo INDEC – Instituto de Nacional de Estatísticas e Censo da República da Argentina, de forma a ajustar as variações monetárias do resultado no exercício. Atualmente, a taxa de inflação acumulada permanece superior a 100% se comparados o período dos últimos de três anos.

	IPC(*)
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2018	47,60%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2019	53,80%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2020	36,10%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2021	50,90%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2022	95,20%

(*) Índice de Precios al Consumidor equivalente ao IPCA do Brasil na Argentina.

Fonte: Índices y variaciones porcentuales mensuales e interanuales según divisiones de la canasta, bienes y servicios, clasificación de grupos. Diciembre de 2016-diciembre de 2022 (<https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-5-31>).

2.1.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.5. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Ref.	Segmento	2022			2021		
			Total	Participação direta	Participação indireta	Total	Participação direta	Participação indireta
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		Geração	99,75	99,75	-	99,75	99,75	-
Enel Distribuição Rio		Infraestrutura e redes	99,82	99,82	-	99,82	99,82	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	(iii)	Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Enel Distribuição Ceará		Infraestrutura e redes	74,05	74,05	-	74,05	74,05	-
CTM (ii)		Outros	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
TESA (ii)		Outros	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Cien		Infraestrutura e redes	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel X Brasil		Enel X	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Distribuição Goiás	(iii)	Infraestrutura e redes	99,96	99,96	-	99,96	99,96	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Eletropaulo		Infraestrutura e redes	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.		Enel X	100,00	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Enel Uruguay AS (i)		Outros	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Trading Brasil S.A..		Comercialização	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Luz De Angra Energia S.A..		Enel X	51,00	-	51,00	51,00	51,00	51,00
Enel Brasil Central S.A.	(iv)	Holding	100,00	100,00	-	-	-	-
Luz de Macapá Energia S.A.	(iv)	Enel X	51,00	-	51,00	-	-	-
Enel X Way Brasil S.A. (iv)	(iv)	Outros	20,00	20,00	-	-	-	-
Luz de Caruaru Energia S.A.	(iv)	Enel X	51,00	-	51,00	-	-	-
Luz de Jaboatão Energia S.A..	(iv)	Enel X	51,00	-	51,00	-	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda..		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Alvorada Energia S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Apiacas Energia S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Alba Energia Ltda..		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Bondia Energia Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Sao Gonçalo 22 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Ref.	Segmento	2022			2021		
			Total	Participação direta	Participação indireta	Total	Participação direta	Participação indireta
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 4 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 19 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 13 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 5 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 8 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 3 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 11 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 7 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 6 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 15 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 14 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 9 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 17 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 21 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 1 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 2 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 10 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 20 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 15 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 17 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Parque Eólico Palmas Dos Ventos Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Boa Vista 01 Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Zeus Sul 1 Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enelpower do Brasil Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Ref.	Segmento	2022			2021		
			Total	Participação direta	Participação indireta	Total	Participação direta	Participação indireta
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Energias Renováveis S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cumaru 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cumaru 02 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cumaru 03 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cumaru 04 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cumaru 05 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.		Geração	1,00	1,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 08 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 16 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 21 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 22 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 25 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 26 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela ACL 12 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Acl 13 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Acl 16 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela ACL 18 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Isamu Ikeda Energia S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cumaru Participações S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa Participações S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 09 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Ref.	Segmento	2022			2021		
			Total	Participação direta	Participação indireta	Total	Participação direta	Participação indireta
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança Participações S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Primavera Energia S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Quatiara Energia S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Goncalo 14 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Goncalo 15 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Goncalo 19 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Goncalo 17 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A..		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Socibe Energia S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Fontes Dos Ventos 3 S.A..		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 22 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 26 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 29 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 13 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 19 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Micael 04 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 1 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança Energias Renováveis S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Micael 02 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 7 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Ref.	Segmento	2022			2021		
			Total	Participação direta	Participação indireta	Total	Participação direta	Participação indireta
Enel Green Power São Micael 03 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Micael 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cumaru Solar 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cumaru Solar 02 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 3 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Judas Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Fotons de Santo Anchieta Energias Renováveis S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de Santo Orestes 1 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de Santo Orestes 2 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Zeus Sul 2 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa Do Sol 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa Do Sol 03 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 05 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa Do Sol 04 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 07 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Joana Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Sao Micael 05 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Pedra Do Gerônimo Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Tacaico Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Jade Energia Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa Do Sol 02 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cerrado Solar S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Brejolândia Solar S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Esperança Solar S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Ref.	Segmento	2022			2021		
			Total	Participação direta	Participação indireta	Total	Participação direta	Participação indireta
Enel Green Power Fontes Solar S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 06 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa II Participações S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Morro do Chapéu Solar 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa III Participações S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa do Sol 05 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa do Sol 06 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa do Sol 07 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Ventos De Santo Orestes Energias Renováveis S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 04 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 03 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 08 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Fontes II Participações S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Fazenda S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 07 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 06 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 05 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Aroeira 02 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Soluções Energéticas Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Ref.	Segmento	2022			2021		
			Total	Participação direta	Participação indireta	Total	Participação direta	Participação indireta
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Mourão S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Novo Lapa 03 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Novo Lapa 06 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Novo Lapa 07 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Novo Lapa 08 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Novo Lapa 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Novo Lapa 02 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Novo Lapa 04 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Novo Lapa 05 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa do Sol 08 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Lagoa do Sol 09 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Fazenda Aroeira Empreendimento de Energia Ltda.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Nova Olinda 01 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Nova Olinda 07 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Nova Olinda 05 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Nova Olinda 09 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Nova Olinda 04 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Nova Olinda 02 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Ref.	Segmento	2022			2021		
			Total	Participação direta	Participação indireta	Total	Participação direta	Participação indireta
Enel Green Power Nova Olinda 03 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Nova Olinda 06 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Enel Green Power Nova Olinda 08 S.A.		Geração	100,00	100,00	-	100,00	100,00	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 24 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 15 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 21 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 22 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 17 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 13 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 16 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 23 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 12 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 14 Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Enel Green Power São Cirilo 01 S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Enel Green Power São Cirilo 02 S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Enel Green Power São Cirilo 03 S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Enel Green Power Morro Norte 01 S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Enel Green Power Morro Norte 02 S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Enel Green Power Morro Norte 03 S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Enel Green Power Morro Norte 04 S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Eólica Pedra Pintada C Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Ventos De São Cirilo Energias Renováveis S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Eólica Pedra Pintada D Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Eólica Pedra Pintada B Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-
Ventos De São Mário Energias Renováveis S.A.	(iv)	Geração	100,00	100,00	-	-	-	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (e) As empresas Celg e CGTF deixaram de ter seus balanços patrimoniais consolidados em 31.12.2022 e somente suas operações de resultado foram consolidadas na Enel Brasil até a data efetiva da alienação (Nota 15).

2.1.6. Reconhecimento de receita

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

2.1.6.1. Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.6.2. Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

As receitas de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

2.1.6.3. Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

2.1.6.4. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.1.6.5. Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

2.1.6.6. Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.

2.1.6.7. Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização.

2.1.6.8. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

2.1.6.9. Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

2.1.6.10. Receita de transmissão

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão líquida das eventuais penalidades.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.6.11. Receita de atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para as usinas Volta Grande, Mourão e Paranapanema a que se aplicam, existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

2.1.6.12. Receita de serviço

As receitas com serviços são complementares às atividades de energia como, por exemplo, serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. Ainda, as receitas de serviços praticadas pelas controladas do segmento Soluções são (i) agente na negociação de seguros em geral, tendo sua receita gerada pelo percentual sobre a receita total auferida via prêmios dos seguros; (ii) realização de projetos de eficiência energética, que permite ao cliente a otimização dos custos de energia através da inteligência tecnológica e consumo eficiente do projeto de iluminação instalado no site do cliente; (iii) execução de obras; e (iv) prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

2.1.6.13. Receita de comercialização de energia

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber.

2.1.6.14. Receita de arrendamento

As receitas com arrendamento são desempenhadas pelas controladas Enel X Brasil e suas subsidiárias e são oriundas do aluguel de plantas de geração de energia fotovoltaicas. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, tais arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros os contratos que apresentam as seguintes características: (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros é superior ao custo do ativo; (ii) o prazo do arrendamento cobre substancialmente toda a vida útil das plantas solares; e, (iii) os riscos e benefícios da planta são substancialmente transferidos ao arrendatário com base nos termos contratuais.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os arrendamentos operacionais, o Grupo reconhece os recebimentos como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.1.6.15. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.1.6.16. Serviços de importação de energia

As receitas de importação de energia são oriundas das atividades de agente importador e tem como objetivo atender situações emergenciais de desequilíbrio energético de carga no Brasil. As receitas são reconhecidas quando entregues no centro de gravidade do SIN conforme os montantes de carga e preços estabelecidos pela ONS. Como agente de importação a controlada apresenta o resultado da operação de forma líquida deduzidos dos custos de importação e outros estabelecidos pela Portaria MME nº 339/2018.

2.1.7. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Classificação – Ativos e passivos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria o ativo indenizável relacionado à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas as empréstimos indexadas às moedas estrangeiras.

Custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Encontram-se nesta categoria os valores a receber com consumidores e outras contas a receber, ativo e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamento.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é liquidada, revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou,
- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

f) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 25 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o Grupo geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 25 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

h) Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão

Bonificação de Outorga: Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Iluminação Pública: Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01, a Companhia possui um ativo financeiro com a Prefeitura de Angra dos Reis por possuir o direito incondicional de receber caixa pela execução de obras e prestação de serviços relacionados à infraestrutura de iluminação pública do município. A margem de construção é mensurada inicialmente a valor justo, e custo amortizável, posteriormente, com base no método da taxa efetiva do projeto apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. As contraprestações são mensais, garantidas pela Contribuição de Iluminação Pública (“CIP”), e não requerem registro de perdas esperadas para créditos de liquidez duvidosa.

i) Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (“VNR”), acrescido de correção monetária pelo IPCA, de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

j) Ativos e passivos financeiros setoriais

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Administração baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram observados indicativos de que os ativos do Grupo estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

2.1.9. Intangível

São decorrentes de combinações de negócios, licenças de software, direito de uso da infraestrutura operada pelas controladas e aquisição de novos projetos. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

O custo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Adquiridos através de combinações de negócios ou aquisição de ativos: A parcela oriunda de combinações de negócios ou aquisição de ativos que corresponde ao direito de exploração da concessão ou autorização está sendo apresentado como ativo intangível e amortizado com base no prazo da concessão ou autorização, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até ao final do prazo de concessão ou autorização.

(ii) Investimentos na infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão: Em função dos contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.10. Ágio atribuído à concessão

O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão das controladas Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A Administração procedeu com os processos de análise dos ágios e não encontrou indicativos de que eles possam apresentar perda de recuperabilidade.

2.1.11. Ativos contratuais

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção para intangível da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

2.1.12. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 18 – Imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo do Grupo.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

2.1.13. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

2.1.13.1. Como arrendatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o Grupo tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

2.1.13.2. Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento quando aplicado. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício para as empresas tributadas pelo Regime Lucro Real. As controladas tributadas pelo Regime de Lucro Presumido apuram o imposto de renda e a contribuição social com base na legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta, para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

c) Incentivo fiscal das controladas

As controladas Enel Distribuição Ceará, EGP Morro do Chapéu II, EGP Ituverava Norte e EGP Ituverava Sul contam com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o benefício apurado foi de R\$ 32.022 (R\$ 46.080 em 31 de dezembro de 2020) reconhecido no Patrimônio Líquido como Reservas de Incentivos Fiscais.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

2.1.15. Benefício a empregados – Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.1.16. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais são reconhecidas quando o Grupo (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.1.17. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide nota explicativa nº 9 - Subvenção CDE - Desconto Tarifário e nº 34 - Imposto de renda e contribuição social.

2.1.18. Resultado por ação - básico/diluído

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas.

2.2. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2022

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado / IAS 16	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes / IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

Quanto as emendas e normativos listados acima, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022, não foram apurados impactos relevantes decorrentes da sua aplicação.

2.3. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

O Grupo adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a julgamentos e estimativas incluem: receita de distribuição não faturada, arrendamentos, instrumentos financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, intangível, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais e benefícios pós-emprego.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Receita de distribuição não faturada

A receita não faturada de distribuição corresponde a energia elétrica entregue ao consumidor e ainda não faturada. A receita estimada é calculada tomando por base o total de energia disponibilizada no mês (energia injetada), líquida do índice atualizado de perdas técnicas e comerciais. O reconhecimento desta receita é realizado mensalmente para clientes livres e cativos no mês em que ocorreu o fornecimento de energia. A sua mensuração toma por base as tarifas de consumo de energia e uso de rede acrescidas da correspondente alíquota efetiva do PIS e COFINS.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os ativos e passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação considera estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera, nesta estimativa, aspectos que são específicos do Grupo, como o *rating* de crédito da subsidiária.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perdas estimadas calculada com base na experiência real de perda de crédito nos últimos 5 (cinco) anos utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, iluminação pública, serviço público e poder público).

Os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- (i) Individualmente, o Grupo determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.
- (ii) Coletivamente, o Grupo utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, analisa-se as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

GSF (Generation Scaling Factor)

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado à direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também, por analogia, o parágrafo 44 do referido CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo considerando a melhor estimativa tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo do Grupo é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal de uma parte do Grupo. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

a) Revisão e reajuste tarifário

Enel Distribuição Rio

Reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 15 de março de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

O reajuste tarifário médio de +16,86% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +15,38% e +17,39% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 62.190, dentre os quais destacam-se: R\$ 843.007 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); neutralidade de encargos setoriais positivo de R\$ 48.903; previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 172.031; parcialmente compensados por componentes negativos da sobrecontratação de R\$ 135.264; escassez hídrica de R\$ 348.059; e PIS/COFINS de 232.000,.

Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 13 de julho de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +7,25% composto por (i) reajuste econômico de +10,89%, sendo +7,43% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,64%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -11,47%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -4,22%.

No entanto, em 04 de agosto de 2022 a Diretoria Geral da ANEEL publicou Despacho nº 2.104, suspendendo a RTE da Companhia, devido à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1044601-25.2022.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal do Distrito Federal.

A Companhia impugnou pedido de liminar suspendendo à revisão extraordinária, pois até então à ANEEL ainda não julgou o pedido de revisão extraordinária devido aos efeitos ocorridos durante à pandemia da COVID-19. Com isso, o reajuste tarifário médio percebido pelos consumidores é de 16,86% conforme deliberado em 15 de março de 2022 (nota explicativa nº 3.a).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Ceará

A ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, aplicado a partir de 13 de agosto de 2022 (Resolução Homologatória nº 3.061/2022), reajuste na tarifa de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%, sendo de -2,96%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT), e de -3,02%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 193.725, dentre os quais, destaca-se principalmente: (i) Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de R\$ 433.117; (ii) Sobrecontratação de R\$ 47.892, (iii) escassez hídrica de R\$ 149.553, parcialmente compensado por itens positivos, como (iv) itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") R\$ 568.258, e (v) Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699.

Enel Distribuição Goiás

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 18 de outubro, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de outubro aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +11,90% composto por reajuste econômico de +13,49% e componente financeiro de -1,59%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +7,22% sendo de +10,84%, em média, para os consumidores conectados na AT e de +5,81%, em média, para os consumidores na BT.

Enel Distribuição São Paulo

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 28 de junho de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 aplicado a partir de 04 de julho de 2022 (Resolução Homologatória nº 3053/2022), aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45 e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%, sendo de 18,03%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT), e de 10,15%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 592.400, dentre os quais destaca-se principalmente: (i) Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins de R\$ 1.625.000; (ii) excedente do fundo de Itaipu de R\$ 235.200; (iii) Conta Escassez Hídrica de R\$ 526.100; (iv) sobrecontratação de R\$ 4.100, compensado por componentes positivos de (v) R\$ 1.631.000 referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), (vi) R\$ 654.500 de previsão de Risco Hidrológico.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bandeiras tarifárias

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado, a composição dos saldos no exercício de 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas correntes bancárias	21.438	19.774	432.455	307.575
Aplicações financeiras				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	362.422	57.996	2.715.441	3.267.233
Operações compromissadas	637.543	-	926.399	627.053
Fundo Curto Prazo (não exclusivo)	-	-	500	452
Fundos exclusivos				
Fundos de investimentos aberto	114	-	4.919	60.803
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.021.517	77.770	4.079.714	4.263.116

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI, sendo que os certificados de depósitos bancários apresentaram uma rentabilidade média de 98,67% em 2022 (100,31% em 2021) e as operações compromissadas apresentaram rentabilidade média de 84,23% em 2022 (77,75% em 2021). Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, elas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo, a composição dos saldos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimentos não exclusivos	5.169	6.319	300.013	259.167
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	9.301	-	20.943	12.720
Letras financeiras	4.397	-	9.514	8.929
Outros	-	-	41	-
Total de títulos e valores mobiliários	18.867	6.319	330.511	280.816

A Companhia e suas controladas aplicam uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativos financeiros - Contas a receber vinculados à concessão

Como informado na nota 1.b, o Grupo Enel possui ativos financeiros relacionados aos contratos de concessão firmados por suas controladas Volta Grande, Enel Green Power Paranapanema (EGPs) e Enel Green Power Mourão (EGPs) com pagamento da Bonificação pela Outorga – BO, nos montantes de R\$1.549.370, R\$146.644 e R\$30.788, respectivamente, e relacionados à iluminação pública com a controlada Luz de Angra. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.442.093
Incorporação Societária (a)	173.275
Reconhecimento ativo financeiro vinculado à concessão	2.336
Atualização financeira do bônus de concessão	147.307
Amortização do bônus de concessão	(57.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.707.481
Atualização financeira do bônus de concessão	104.036
Amortização do bônus de concessão	(68.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.742.742
Circulante	62.611
Não circulante	1.680.131

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A.

7. Consumidores, concessionários e permissionários

A composição dos saldos de consumidores do grupo Enel é oriunda principalmente das atividades de fornecimento de energia elétrica, incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis.

	Consolidado						Total	
	A vencer	Vencidos até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	31/12/2022	31/12/2021
Classes de consumidores:								
Residencial	1.024.907	927.511	147.569	319.474	655.375	2.482.426	5.557.262	5.833.459
Industrial	91.290	41.469	3.586	9.319	13.736	96.822	256.222	424.374
Comercial	363.313	147.616	18.488	42.717	82.004	342.212	996.350	1.306.842
Rural	79.430	50.798	5.764	11.944	24.006	112.867	284.809	407.864
Poder público	129.923	27.213	8.168	14.904	23.848	104.435	308.491	378.047
Iluminação pública	88.837	30.878	10.917	30.755	76.440	204.516	442.343	486.129
Serviço público	71.128	10.038	1.465	4.058	7.705	21.570	115.964	153.682
Fornecimento de energia faturado	1.848.828	1.235.523	195.957	433.171	883.114	3.364.848	7.961.441	8.990.397
(a) Fornecimento de energia não faturado	2.309.050	-	-	-	-	-	2.309.050	2.526.636
Parcelamento de débitos de consumidores	763.258	105.058	10.362	25.045	60.062	736.148	1.699.933	1.875.329
Compartilhamento - uso mútuo	13.789	13.427	6.699	14.341	24.481	62.781	135.518	151.149
Agente de cobrança da iluminação pública	8.401	545	553	1.981	4.005	31.759	47.244	102.492
Compensação de iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-	(70.037)
Venda de Energia Excedente - MVE	11.796	-	-	-	-	-	11.796	55.436
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	110.177	-	12.245	24.310	-	19.425	166.157	580.491
Concessionárias e permissionárias	527.722	-	2.043	8.907	-	-	538.672	380.293
Consumidores livres	-	4.241	-	-	-	113	4.354	3.964
Outros	155.206	4.131	49.722	121.068	114	202	330.443	305.818
Subtotal	5.748.227	1.362.925	277.581	628.823	971.776	4.215.276	13.204.608	14.901.968
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(352.238)	(56.946)	(61.702)	(136.509)	(366.842)	(3.199.485)	(4.173.722)	(4.133.889)
Total	5.395.989	1.305.979	215.879	492.314	604.934	1.015.791	9.030.886	10.768.079
							Circulante	8.339.959
							Não circulante	690.927
								10.351.493
								416.586

- (a) Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as controladas EGPs, o prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	(2.627.047)	(2.571.340)
Industrial	(255.631)	(153.909)
Comercial	(309.742)	(449.758)
Rural	(79.580)	(109.809)
Poder público	(38.814)	(35.427)
Iluminação pública	(116.629)	(53.315)
Serviço público	(17.019)	(22.231)
Parcelamento de débitos de consumidores	(541.441)	(534.708)
Outros	(187.818)	(203.392)
Total	(4.173.721)	(4.133.889)

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	(4.133.889)	(3.060.302)
Adições	(947.924)	(1.569.034)
Baixas (reversões)	13.654	-
Baixado para perdas (incobráveis)	493.066	495.447
Efeito da desconsolidação da Enel Goiás	401.113	-
Efeito da desconsolidação da CGTF	259	-
Saldos finais	(4.173.721)	(4.133.889)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; mais detalhes sobre a política da Companhia podem ser consultados na nota 2.4.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Créditos a receber – subvenção CDE e outros descontos tarifários

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Baixa renda - subsídio CDE	54.339	37.434
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	(24.934)	4.566
CDE a receber - diferença ciclo anterior	20.724	66.494
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	12.934	(8.475)
Bônus - Redução voluntária de consumo	11.399	504.801
	74.462	604.820

9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

A composição do saldo de tributos a compensar é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(a) Imposto de Renda e Contribuição Social	272.897	271.760	565.722	916.232
Circulante	272.897	271.760	565.722	916.232
Outros tributos compensáveis				
(b) Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	-	-	813.488	999.999
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	1.124	1.160	191.765	160.948
(c) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") - ICMS	-	-	8.935.471	13.208.084
INSS Patronal	-	-	122	2.545
Outros Tributos	10.376	30.618	28.534	51.343
Total outros tributos compensáveis	11.500	31.778	9.969.380	14.422.919
Circulante	11.500	31.778	2.446.233	3.069.885
Não circulante	-	-	7.523.147	11.353.034

- (a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.
- (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes à razão de 1/48 avos e a outros sobre o faturamento protocolados nas secretarias dos Estados aguardando autorização de compensação.
- (c) O Grupo constituiu ativo de PIS e COFINS a compensar com base em decisões favoráveis de ações judiciais transitadas em julgado entre dezembro de 2018 e março de 2020 em algumas subsidiárias e complementou após a decisão do STF de 13 de maio de 2021 nas demais que possuíam o crédito reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS (vide nota nº 21 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
		Não circulante	Não circulante
BNB	CDB	17.482	33.768
BNB	Fundo Reserva FI RF DI	87.875	6.420
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	14.487	15.507
Citibank	Fundo Santander Cash Blue	-	56.816
Total		119.844	112.511

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de cauções e depósitos registrados pela controlada Enel Distribuição Ceará e EGPs correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos.

Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros setoriais são reconhecidos pela Companhia e suas controladas e são apresentadas como a seguir:

Consolidado														
Ativo (passivo) regulatório Líquido	31/12/2021	Adição	Amortização	Recebimento		Remuneração	Reclassificação	Efeito da		31.12.2022	Valores em	Valores em	Passivo	Passivo não
				escassez hídrica/CDE	bandeiras tarifárias			desconsolidação da Enel GO	amortização					
Aquisição de Energia - (CVAenergia) (a)	1.195.259	(1.178.640)	(1.748.324)	-	301.274	43.126	684.841	115.281	(587.183)	641.452	(1.228.635)	(156.171)	(431.012)	
Custo da Energia de Itaipu	779.036	485.109	-	-	-	53.703	(900.409)	-	417.439	-	417.439	208.719	208.720	
Proinfa	35.908	183.898	(128.117)	-	-	17.351	-	(45.241)	63.799	62.141	1.658	62.968	831	
Transporte Rede Básica	153.136	346.204	(156.392)	-	-	25.722	-	(74.306)	294.364	68.722	225.642	205.510	88.854	
Transporte de Energia - Itaipu	38.926	44.433	(36.000)	-	-	4.752	-	(9.723)	42.388	15.949	26.439	31.417	10.971	
Encargos do serviço do sistema - ESS (b)	2.213.571	959.464	(818.463)	-	(2.527.996)	87.058	-	(47.499)	(133.865)	367.197	(501.062)	46.736	(180.601)	
Conta de desenvolvimento energético - CDE ((72.740)	961.920	(383.321)	-	-	81.897	(1.289)	(242.214)	344.253	204.796	139.457	291.592	52.661	
CVA	4.343.096	1.802.388	(3.270.617)	-	(2.226.722)	313.609	(216.857)	(303.702)	441.195	1.360.257	(919.062)	690.771	(249.576)	
Neutralidade da Parcela A	22.081	39.997	(25.776)	-	(202)	8.247	-	36.189	80.536	6.945	73.591	66.028	14.508	
Sobrecontratação de Energia	(57.015)	631.168	85.160	-	(128.326)	19.221	-	(43.810)	506.398	(36.589)	542.987	297.052	209.346	
Devoluções Tarifárias	(509.550)	(183.974)	166.311	-	-	(48.444)	-	46.813	(528.844)	(48.007)	(480.837)	(228.051)	(300.793)	
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	(75.428)	-	-	70.845	-	-	(4.583)	-	-	(4.583)	(9.958)	5.375	
Antecipação da parcela B	124.397	140.000	(136.564)	-	-	24.335	-	152.168	152.168	152.168	-	152.168	-	
Risco hidrológico	(1.376.361)	(1.075.081)	1.126.995	-	-	(79.881)	-	321.670	(1.082.658)	(491.415)	(591.243)	(850.998)	(231.660)	
Bandeira escassez hídrica (d)	70.233	985.523	(72.024)	-	-	54.785	-	(237.264)	801.253	801.253	801.253	273.980	527.273	
Demais ativos e passivos setoriais	552.436	3.100.394	157.016	(2.392.830)	(229.506)	111.223	(2.803.758)	287.445	(1.217.580)	972.173	(2.189.753)	(602.841)	(614.739)	
Demais passivos regulatórios (Líquidos)	(1.173.779)	3.562.599	1.301.118	(2.392.830)	(287.189)	89.486	(2.803.758)	411.043	(1.293.310)	555.275	(1.848.585)	(902.620)	(390.690)	
Total ativo (passivo) regulatório líquido	3.169.317	5.364.987	(1.969.499)	(2.392.830)	(2.513.911)	403.095	(3.020.615)	107.341	(852.115)	1.915.532	(2.767.647)	(211.849)	(640.266)	

- (a) Aquisição de energia - (CVA Energia): a variação do diferimento dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, menor geração das usinas termoeletricas, redução do PLD médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para 55,70 e redução da taxa média de câmbio de energia Itaipu, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5,27.
- (b) ESS (Encargo de Serviço do Sistema): A variação do diferimento ativo de ESS é devido ao menor despacho da geração das usinas termoeletricas fora da ordem de mérito, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- (c) CDE: maior diferimento devido reajuste das cotas homologadas, conforme resolução homologatória nº 3.004 de dezembro de 2021 que definiu as cotas mensais de janeiro de 2022 até abril de 2022 e a resolução homologatória nº 3.034 de 26 de abril 2022 que definiu as cotas mensais de maio de 2022 a dezembro 2022.
- (d) Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Outros:

(i) Recebimento Escassez Hídrica, CDE Eletrobras e Itaipu:

- Escassez Hídrica - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022, alterada pela Resolução Normativa nº 1.019/2022, de 19 de abril de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022.
- CDE Eletrobras - Recebimento dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras de acordo com o Despacho Nº 1.959/2022, de 21 de julho de 2022.
- Itaipu: Recebimento conforme a Resolução Normativa nº 3.093/22, de 16 de agosto de 2022 referente ao excedente de recursos da conta de comercialização de Itaipu repassado as distribuidoras com efeito médio ao consumidor superior a 10%.

(ii) A reclassificação no montante total de R\$ 3.020.615 é referente ao PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores” representando o total devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações, vide nota explicativa nº. 22.

Consolidado											
Ativo (passivo) regulatório Líquido	31/12/2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras			31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
				Tarifárias	Remuneração	Reclassificação					
Aquisição de Energia - (CVAenergia) (1)	(228.278)	4.637.224	(661.512)	(3.879.591)	133.028	1.194.387	1.195.259	880.226	315.033	1.256.039	(60.780)
Custo da Energia de Itaipu	891.363	1.044.556	-	-	23.305	(1.180.188)	779.036	-	779.036	389.518	389.518
Proínia	4.019	50.462	(26.479)	-	999	6.906	35.908	16.184	19.724	35.682	226
Transporte Rede Básica	47.996	138.128	(43.128)	-	19.493	(9.354)	153.136	34.173	118.963	110.657	42.479
Transporte de Energia - Itaipu	14.734	30.211	(10.137)	-	3.594	524	38.926	16.881	22.045	28.942	9.984
ESS (2)	266.795	2.452.968	(108.168)	(453.206)	(13.524)	68.707	2.213.571	740.660	1.472.911	1.235.727	977.844
CDE	45.056	6.803	(88.157)	-	(10.612)	(25.830)	(72.740)	29.039	(101.779)	(16.091)	(56.649)
CVA	1.041.685	8.360.353	(937.580)	(4.332.797)	156.283	55.153	4.343.096	1.717.163	2.625.934	3.040.474	1.302.622
Neutralidade da Parcela A	30.511	67.980	(65.606)	-	1.783	(12.587)	22.081	24.709	(2.628)	21.950	131
Sobrecontratação de Energia	11.914	4.740	113.818	(91.634)	(6.007)	(89.847)	(57.015)	14.222	(71.237)	(52.395)	(4.620)
Devoluções Tarifárias	(495.758)	(164.099)	165.150	-	(14.842)	0	(509.550)	(177.863)	(331.687)	(376.930)	(132.620)
Antecipação da parcela B	(127.794)	140.000	78.017	-	-	34.174	124.397	(15.603)	140.000	54.397	70.000
Risco hidrológico	(1.310.765)	(1.357.036)	1.297.933	-	(19.970)	13.477	(1.376.361)	(623.358)	(753.003)	(1.057.478)	(318.883)
Demais ativos e passivos setoriais	128.803	701.965	(71.031)	-	(63.825)	(73.242)	622.670	(102.615)	725.285	370.375	252.295
Demais passivos regulatórios (Líquidos)	(1.763.089)	(606.450)	1.518.280	(91.634)	(102.862)	(128.024)	(1.173.779)	(880.508)	(293.271)	(1.040.081)	(133.697)
Total ativo (passivo) regulatório líquido	(721.404)	7.753.903	580.700	(4.424.431)	53.421	(72.871)	3.169.317	836.655	2.332.663	2.000.393	1.168.925

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Benefício fiscal das incorporações

Ágio de incorporação da controladora

Controlada Enel Distribuição Ceará

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 (alterada pela Instrução nº 349/01), o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

O benefício fiscal incorporado é oriundo das seguintes incorporações, registradas de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”) - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”) - Incorporação do benefício fiscal da amortização da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

O total do benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo como resultado do processo de Reorganização, concluído em 06 de novembro de 2019, foi de R\$ 1.881.558 registrado em contrapartida à conta “Reserva de capital”, no patrimônio líquido.

A amortização do benefício fiscal da mais valia do intangível da concessão será realizada ao longo do período de concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo, da seguinte forma:

- (i) R\$ 413.943 – até julho de 2028, representando a mais valia proporcional ao intangível da concessão.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) R\$ 1.467.615 – de agosto de 2028 a julho de 2058, representando a mais valia proporcional ao valor da renovação da concessão. Nesse caso, considerando uma expectativa provável de renovação da concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo junto ao órgão regulador de mais 30 anos.

Vale ressaltar que a amortização do benefício fiscal não impacta o resultado da controlada Enel Distribuição São Paulo, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A composição do saldo do benefício fiscal gerado por incorporações é como segue:

	Consolidado			31/12/2021
	31/12/2022			
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>Distriluz</u>				
Saldos oriundos da incorporação	775.960	(429.365)	346.595	346.595
Amortização acumulada	(726.549)	396.669	(329.880)	(325.553)
Subtotal	49.411	(32.696)	16.715	21.042
<u>AES Elpa</u>				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(268.993)	177.535	(91.458)	(76.215)
Subtotal	246.577	(162.740)	83.837	99.080
<u>Brasiliiana Participações</u>				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(160.726)	106.079	(54.647)	(45.539)
Subtotal	147.332	(97.240)	50.092	59.200
<u>Enel Sudeste</u>				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(434.776)	284.968	(149.808)	(102.501)
Subtotal	5.715.541	(3.983.790)	1.731.751	1.779.058
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.158.861	(4.276.466)	1.882.395	1.958.380

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	Percentual
Em 2023	75.618	4,02%
Em 2024	75.283	4,00%
Em 2025	74.974	3,98%
Em 2026	74.694	3,97%
A partir de 2027	1.581.823	84,03%
	1.882.392	100,00%

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Ativos mantidos para venda

Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022, Processo nº 48500.003385/2022-76 no lote 5. A Companhia, por meio de sua investida CIEN, não participou da licitação, em razão de alinhamento com sua estratégia de concentração de portfólio na região e optou por receber o valor da indenização pelos ativos da concessão, sendo sagrada vencedora do leilão a TAESA. Em consonância com os termos previstos no edital, até 30 de março de 2023, data prevista para ocorrer a assinatura do contrato de concessão com a TAESA, a CIEN continuará explorando a concessão do serviço público de transmissão das linhas Garabi I e Garabi II.

De acordo com os termos constantes no referido edital a responsabilidade pelos ativos e serviço prestado é devida pelo vencedor do leilão a partir da assinatura do contrato de concessão e nessa data todas as obrigações e encargos pela prestação do serviço público de transmissão também são exigidas a partir deste momento. Considerando que a data prevista para a assinatura do contrato é 31 de março de 2023, até essa data a CIEN responde pela execução do contrato de concessão.

A CIEN irá reconhecer o correspondente efeito da baixa dos ativos vinculados à concessão das linhas de transmissão quando da assinatura do contrato. Contudo, consta em edital que a CIEN será indenizada pela transferência dos ativos em R\$ 886 milhões, descontando o valor de R\$ 6 milhões a título de depreciação a contar da data de 30 de agosto de 2022, sendo o saldo a pagar atualizado pelo IPCA. O valor contábil dos ativos referentes às duas linhas registrado na CIEN monta R\$ 344 milhões em 31 de dezembro de 2022.

O edital ainda prevê que a CIEN poderá ser contratada durante o período de transição, a exclusivo critério da TAESA e que pode chegar a até 12 meses, para continuar prestando o serviço de transmissão. Este serviço deverá ser remunerado em R\$ 6,2 milhões por mês, atualizado pelo IPCA até a data do seu pagamento. O período de transição tem por objetivo que o novo concessionário realize todos os trâmites necessários de transferências dos ativos sem prejuízo na prestação do serviço para a garantia da segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN.

No que se refere a mudança da classificação para Ativo Disponível para Venda, em consonância com o IFRS 5 / CPC 31, esta classificação deve ocorrer desde que o valor contábil seja recuperado por meio de transação de venda e não pelo valor contínuo em uso. Também é exigido que a venda seja altamente provável e que a Companhia esteja comprometida com o plano de venda.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste sentido, apenas a partir do resultado do Leilão de Transmissão, que nomeou em 16 de dezembro de 2022, como vencedor a “TAESA”, foi realizada a reclassificação dos ativos da CIEN para Ativos Disponível para Venda, conforme demonstrado abaixo:

Disponível para venda - Ativo imobilizado em curso	30.712
Disponível para venda - Ativo imobilizado em serviço	293.673
Disponível para venda - Ativo intangível em curso	7.833
Disponível para venda - Ativo intangível em serviço	9.890
Disponível para venda – Estoque	<u>1.465</u>
	<u>343.573</u>

14. Outros Créditos

A composição do saldo de Outros Créditos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(a) Valores a receber - Redução de capital	2.278.202	-	-	-
(b) Partes Relacionadas	1.628.452	1.182.497	50.212	45.624
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	9.650	1.023	188.875	294.964
Despesas pagas antecipadamente	841	957	86.841	149.016
Convênios de arrecadação	-	-	37.013	113.904
Alienação de Bens e Direitos	-	-	44.316	112.462
Provisão para perda na realização de outros créditos	-	-	(63.641)	(41.241)
Outros	71.017	22.927	781.720	618.921
Total	3.988.162	1.207.404	1.125.336	1.293.650
Circulante	3.988.000	1.205.300	984.507	1.143.296
Não circulante	162	2.104	140.829	150.354

- (a) A Companhia, em seus processos de reorganização societária, realizou durante o exercício de 2022 reduções de capital em controladas do grupo Enel Green Power (“EGPs”). A movimentação dos investimentos da Companhia pode ser consultada na nota 16.
- (b) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na nota 29. este valor

A movimentação da provisão para perdas na realização de outros créditos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(60.908)
(Adições)	(3.974)
Baixas (Reversões)	23.641
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(41.241)
(Adições)	(28.859)
Baixas (Reversões)	4.291
Desconsolidação Enel Goiás	2.168
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(63.641)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Alienação de investidas – CELG e CGTF

15.1. Venda da controlada CELG

Em 29 de dezembro de 2022, a Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil”), finalizou a venda da totalidade de sua participação na distribuidora de energia elétrica brasileira CELG Distribuição S.A. – CELG D (“Enel Goiás”), equivalente a aproximadamente 99,964% do capital social da distribuidora, para a Equatorial Participações e Investimentos S.A. (“Equatorial”), subsidiária da Equatorial Energia S.A. Em conformidade com o Contrato de Compra e Venda assinado em setembro de 2022, o fechamento da venda seguiu a aprovação da transação pelo Conselho de Administração da Enel Brasil e Enel Américas e o cumprimento de certas condições estabelecidas no contrato de compra e venda, incluindo a autorização do regulador do setor elétrico brasileiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mediante Despacho nº 3.468 de 6 de dezembro de 2022, e da autoridade antitruste do país, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovado em 8 de novembro de 2022, através do trânsito em julgado do Ato de Concentração nº 08700.007515/2022-79 .

No fechamento da operação de venda da participação societária de 282.965.232 ações ordinárias, representando 99,964% do capital social votante da CELG-D, a Enel Brasil, recebeu 1,513 bilhão, considerando a variação do CDI desde a data-base de 31 de março de 2022 até 29 de dezembro.

Em 27 de dezembro de 2022, a Enel Brasil S.A. assumiu através do instrumento de confissão de dívidas que sua controlada, até esta data, CELG-D possuía com uma outra entidade pertencente ao grupo, Enel Finance International N.V., o valor da dívida de R\$ 3,063 bilhões, conforme nota 23. Pelo contrato de compra e venda, a CELG-D se comprometeu a quitar este mesmo valor com a Enel Brasil S.A. assim como as demais dívidas já existentes entre elas. O valor total da dívida a qual a Enel Brasil S.A. tem a receber com a CELG-D em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 7,055 bilhões, , conforme nota 23, (inclusive dentro deste montante o valor da dívida assumida pela Enel Brasil S.A com a CELG-D no valor de R\$ 3,063 bilhões, sendo que um terço deste valor será quitado até 90 dias após a transação de venda ocorrida em 29 de dezembro de 2022 e os demais serão quitados até a data de 30 de dezembro de 2023.

Ainda consta em contrato a previsão de pagamentos contingentes (“earn-out”) subsequentes à data de fechamento, que poderão corresponder a 30% sobre o valor de referência (1,227 bilhões), ajustado pelas reduções ou desembolsos do FUNAC, que serão corrigidos monetária pelo IPCA até a data do 8º aniversário da data de fechamento da operação (29 de dezembro de 2022).

A movimentação do investimento na CELG está representada abaixo:

Controladora	Saldo em 31.12.2021	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente em controladas	Participação minoritária no capital	Venda de Participação	Perda	Saldo em 31.12.2022
CELG	5.911.460	(486.392)	66.365	(2.131)	(1.513.129)	(3.976.173)	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência da operação de venda ter sido finalizada em dezembro de 2022, a Enel Brasil S.A. reconheceu, nas suas demonstrações financeiras, a baixa do investimento detida na Enel Goiás, sendo reconhecido a equivalência patrimonial sobre o resultado do período até a data da venda (29 de dezembro de 2022).

Nas demonstrações financeiras consolidadas, deixaram de ser consolidados os ativos, passivos e patrimônio líquido da controlada CELG-D, e foi considerado o resultado da CELG-D de 1º de janeiro até a data da venda.

A baixa do investimento tomou por base o resultado do período findo em 29 de dezembro de 2022.

	31.12.2022	31.12.2021
Controlada CELG-D		
Ativo	19.568.990	18.932.354
Passivo	14.077.709	13.020.895
Patrimônio líquido	5.491.281	5.911.459
Receita líquida	8.977.297	9.735.479
Custos	(8.233.547)	(9.001.308)
Despesas operacionais	(402.195)	(433.796)
Resultado financeiro	(1.074.461)	(451.152)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	246.339	32.493
Prejuízo líquido	(486.567)	(118.284)

15.2. Venda da controlada CGTF

Em 23 de agosto de 2022, a Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil”) finalizou a venda da totalidade de sua participação na Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF (“Enel Fortaleza”), equivalente a 100% do capital social da geradora, para a Eneva S.A.. Em conformidade com o Contrato de Compra e Venda assinado em 9 de junho de 2022, o fechamento da venda segue a aprovação da transação pelo Conselho de Administração da Enel Brasil e Enel Américas e o cumprimento de certas condições precedentes usuais para este tipo de transação, incluindo a aprovação da autoridade antitruste do País, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovado em 29 de julho de 2022, através do trânsito em julgado do Ato de Concentração nº 08700.00/2022-79.

No fechamento da operação de venda da participação societária de 151.935.778 ações ordinárias, representando 100,00% do capital social da CGTF, a Enel Brasil recebeu R\$ 490 milhões, considerando a variação do CDI desde a data-base de 31 de março de 2022 até 31 de agosto de 2022.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do investimento na CGTF está representada abaixo:

Controlada	Saldo em 31.12.2021	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Resultado abrangente em controladas	Venda de Participação	Perda	Saldo em 31.12.2022
CGTF	895.063	284.979	(245.832)	(5.721)	(489.756)	(438.733)	-

Em decorrência da operação de venda ter sido finalizada em agosto de 2022, a Enel Brasil S.A. reconheceu, nas suas demonstrações financeiras, a baixa do investimento detida na CGTF, sendo reconhecida a equivalência patrimonial apenas sobre o resultado do período compreendido entre 1º de janeiro até a data da venda.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, deixaram de ser consolidados os ativos, passivos e patrimônio líquido da controlada CGTF, e foi considerado o resultado da CGTF de 1º de janeiro até a data da venda (31 de agosto de 2022)..

	<u>31.08.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Controlada CGTF		
Ativo	1.165.337	1.270.493
Passivo	236.847	375.428
Patrimônio líquido	928.490	895.065
Receita líquida	871.257	1.776.921
Custos	(459.314)	(1.285.096)
Despesas operacionais	(5.332)	32.345
Resultado financeiro	26.370	9.630
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(148.002)	(175.397)
Lucro líquido	284.979	358.403

A baixa do investimento tomou por base o resultado do período findo em 31 de agosto de 2022.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

Controladas	Controladora						
	31/12/2022						
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	1.085.347	3.956.903	12.309.405	8.568.304	640.570	191.983
Enel Distribuição Rio	99,73%	4.138.230	5.234.888	16.936.316	7.732.721	(92.389)	77.713
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	3.079.525	2.393.789	29.804.010	18.772.179	1.411.641	207.601
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	431.881	949.565	673.712	128.142	114.938
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	744.783	1.699.108	349.996	136.182	65.343
Enel CIEN	100,00%	285.045	447.417	541.526	333.283	176.980	44.245
Enel X	100,00%	471.726	496.057	677.034	192.182	46.713	2.562
Enel Uruguay	100,00%	4	1.218	1.522	1.443	(1.178)	-
Enel Trading	100,00%	5.280	110.174	721.040	4.516.812	136.025	73.463
CTM	74,15%	15.637	9.232	24.323	2.517	(5.931)	-
TESA	60,15%	27.312	6.682	29.855	2.517	(5.667)	-
Enel X Way Brasil S.A.	20,00%	3.045	1.356	4.047	-	(1.689)	-
EGPs (a)	100,00%	14.868.855	15.603.938	25.241.919	3.273.493	1.138.279	136.024
Total		24.610.102	29.438.318	88.939.670	44.419.159	3.707.678	913.872

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A. A linha EGPs representa o somatório de todas as 196 empresas incorporadas que totalizam R\$ 25.241.919 em ativos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas	Controladora						
	31/12/2021						
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	914.347	3.486.810	11.693.259	8.109.507	488.587	171.729
Enel Distribuição Goiás	99,96%	5.664.952	5.911.459	19.568.208	9.735.479	(118.285)	-
Enel Distribuição Rio	99,73%	2.498.230	3.712.961	16.683.220	8.473.369	83.400	77.771
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	3.079.525	2.378.301	32.712.948	20.658.070	1.141.434	576.116
CGTF	100,00%	151.936	895.063	1.345.147	1.719.626	358.403	7.168
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	443.736	2.098.544	1.016.475	13.521	129.471
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	744.957	1.700.998	436.629	161.773	34.671
Enel CIEN	100,00%	-	173.653	578.437	294.552	150.224	70.557
Enel X	100,00%	324.726	293.942	475.597	135.296	19.257	-
Enel Uruguay	100,00%	4	2.486	6.781	9.375	7.019	-
Gridspertise Latam	100,00%	-	1	-	-	(1.324)	-
Enel Trading	100,00%	5.271	214.247	932.904	4.461.564	276.234	68.612
CTM	74,15%	228.595	11.968	15.671	2.600	(2.642)	-
TESA	60,15%	300.869	16.593	18.401	2.600	(8.922)	-
EGPs (a)	100,00%	14.754.308	14.617.680	22.195.552	431.791	85.375	72.143
Total		28.552.859	32.903.857	110.025.667	55.486.933	2.654.054	1.208.238

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

Controladas	Controladora										
	Investimentos 31/12/2021	Adição/(Redução)	Equivalência patrimonial	Dividendos	Venda de Participação	Perda Controle	Ajuste acumulado de conversão	Hiperinflação em controladas	Outros	Resultado abrangente em controladas	Investimentos 31/12/2022
Enel Distribuição Ceará	2.582.014	-	474.349	(119.204)	-	-	-	-	87	(7.117)	2.930.129
Enel Distribuição Goiás	5.909.208	-	(486.392)	-	(1.513.129)	(3.976.173)	-	-	121	66.365	-
Enel Distribuição Rio	3.703.092	1.640.000	(92.218)	-	-	-	-	-	29	(25.667)	5.225.236
Enel Distribuição São Paulo	8.156.185	-	1.339.022	(1.268.379)	-	-	-	-	(2)	(127.775)	8.099.051
CGTF	895.064	-	284.979	(245.832)	(489.756)	(438.733)	-	-	-	(5.722)	-
Cachoeira Dourada	442.650	-	127.637	(108.882)	-	-	-	-	148	584	462.137
Volta Grande	744.956	-	136.182	(136.355)	-	-	-	-	-	-	744.783
Enel CIEN	458.700	-	176.981	(155.714)	-	-	353	-	(1.200)	-	479.120
Enel X	291.958	147.000	36.325	-	-	-	-	-	1	-	475.284
Enel Uruguay	2.598	-	(1.178)	-	-	-	(568)	-	366	-	1.218
Gridspertise Latam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Trading	214.246	-	136.025	(240.442)	-	-	-	-	(199)	-	109.630
CTM	8.560	-	(5.930)	-	-	-	(4.247)	8.327	173	-	6.883
TESA	10.028	-	(5.668)	-	-	-	(4.101)	2.496	1.241	-	3.996
Enel X Way Brasil S.A.	-	609	(338)	-	-	-	-	-	-	-	271
EGPs (a)	15.125.042	100.150	1.136.812	(732.682)	-	-	-	-	-	(43.190)	15.586.132
Total	38.544.301	1.887.759	3.256.588	(3.007.490)	(2.002.885)	(4.414.906)	(8.563)	10.823	765	(142.522)	34.123.870

(a) Durante o ano de 2022, a companhia realizou aportes de capital nas sociedades EGP's totalizando R\$ 2.378.352 e reduções de capital que totalizam R\$ 2.278.202 que contribuem para um efeito líquido de aumentos de capital de R\$ 100.150.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora										
31/12/2021										
Controladas	Investimentos 31/12/2020	Adição	Equivalência patrimonial	Dividendos	Incorporação	Ajuste acumulado de conversão	Hiperinflação em controladas	Outros	Resultado abrangente em controladas	Investimentos 31/12/2021
Enel Distribuição Ceará	2.392.253	-	361.804	(178.429)	-	-	-	-	6.386	2.582.014
Enel Distribuição Goiás	5.406.145	589.273	(118.242)	-	-	-	-	(116)	32.148	5.909.208
Enel Distribuição Rio	3.581.688	-	83.180	(19.755)	-	-	-	-	57.979	3.703.092
Enel Distribuição São Paulo	8.558.009	-	1.060.345	(1.269.419)	-	-	-	-	(192.750)	8.156.185
CGTF	714.867	-	358.402	(186.120)	-	-	-	-	7.915	895.064
Cachoeira Dourada	691.608	-	13.487	(269.346)	-	-	-	747	6.154	442.650
Volta Grande	674.412	-	161.773	(91.229)	-	-	-	-	-	744.956
Enel CIEN	480.994	-	150.226	(174.535)	-	982	-	1.033	-	458.700
Enel X	134.769	137.000	19.257	-	-	-	-	-	932	291.958
Enel Uruguay	(4.442)	-	7.019	-	-	21	-	-	-	2.598
Gridspertise Latam	(22)	1.347	(1.325)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Trading	2.023	4.280	276.234	(68.612)	-	-	-	321	-	214.246
CTM	8.345	-	(2.059)	-	-	(1.350)	3.624	-	-	8.560
TESA	15.029	-	(5.286)	-	-	(1.978)	2.263	-	-	10.028
EGPs (a)	-	1.158.916	85.366	(110.834)	13.985.815	-	-	126	5.653	15.125.042
Total	22.655.678	1.890.816	2.450.181	(2.368.279)	13.985.815	(2.325)	5.887	2.111	(75.583)	38.544.301

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1 em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A..

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, Apiacás Energia S.A., Primavera Energia S.A., Isamu Ikeda Energia S.A. e Socibe Energia S.A. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	31/12/2022
	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.820.257
Incorporação	110.933
Transferência - ativo contratual	1.756.811
Transferência - ativo financeiro	10.424
Marcação a mercado	1.359.300
Baixas	(28.618)
Reclassificação para ativo imobilizado	35.819
Reclassificação do ativo intangível	4.942
Reclassificação de outros ativos	3.902
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.073.770
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	2.470.617
Marcação a mercado	803.652
Efeito da desconsolidação da CELG (a)	(514.524)
Reclassificação para ativo imobilizado	(2.415)
Reclassificação do ativo intangível	11.417
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.842.517

- (a) CELG - Conforme nota explicativa 15, a Companhia deixou de ser controladora da empresa CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, em 29 de dezembro de 2022, que passou a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, não há mais ativos correspondentes a tal controlada na consolidação do Grupo para fins de 31 de dezembro de 2022.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imobilizado

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	Controladora						31/12/2021	31/12/2021
		Custo	Reclassificação	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço									
Terrenos		546	-	-	-	-	2.180	2.726	546
Reservatórios, barragens e adutoras		337	-	-	-	-	-	337	337
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	50,0	17.706	-	-	-	(2.746)	2.746	17.706	17.706
Máquinas e Equipamentos	31,0	53.264	(50.221)	-	-	-	-	3.043	53.264
Veículos	13,0	4.960	(3.043)	-	-	-	-	1.917	4.960
Móveis e Utensílios	6,0	4.950	-	-	-	-	252	5.202	4.950
Equipamentos de informática, telefonia e	15,0	-	53.264	-	-	-	26.683	79.947	-
		81.763	-	-	-	(2.746)	31.861	110.878	81.763
Depreciação acumulada em serviço									
Barragens e adutoras		-	(316)	-	(21)	-	-	(337)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias		(3.668)	-	-	(316)	-	-	(3.984)	(3.668)
Máquinas e Equipamentos		(12.703)	12.703	-	-	-	-	-	(12.703)
Veículos		(3.140)	1.376	-	331	-	-	(1.433)	(3.140)
Móveis e Utensílios		(1.913)	(1.376)	-	(847)	-	-	(4.136)	(1.913)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança		-	(12.387)	-	(8.685)	-	-	(21.072)	-
		(21.424)	-	-	(9.538)	-	-	(30.962)	(21.424)
Em curso									
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias		2.220	9.431	(1.876)	-	-	-	9.775	2.220
Máquinas e Equipamentos		(29.773)	455.573	343.439	-	-	(31.625)	737.614	(29.773)
Veículos		133.790	(133.790)	-	-	-	-	-	133.790
Móveis e Utensílios		17	215	165	-	-	(236)	161	17
Compras em andamento		331.429	(331.429)	-	-	-	-	-	331.429
		437.683	-	341.728	-	-	(31.861)	747.550	437.683
Arrendamento - IFRS 16									
Terrenos		1.645	-	-	-	-	-	1.645	1.645
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	4,3	50.120	-	(22.324)	(10.478)	-	-	17.318	50.120
Ativos de tecnologia	1,8	3.334	-	-	-	-	-	3.334	3.334
Veículos	15,5	2	-	-	-	-	-	2	2
	1,9	55.101	-	(22.324)	(10.478)	-	-	22.299	55.101
Total do imobilizado		553.123	-	319.404	(20.016)	(2.746)	-	849.765	553.123

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado										
	31/12/2022									31/12/2021	
	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	Custo	Reclassificação	Adição	Depreciação	Desmantelamento	Baixa	Transferência	Reclassificação para disponível para venda (a)	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço											
Terrenos		23.065	(4.349)	-	-	-	-	5.436	(1.076)	23.076	23.065
Edif. Ob. Cívica e benfeitorias		3.585.881	3.477	-	-	(8.661)	(51.430)	1.109.650	-	4.638.917	3.585.881
Reservatórios, Barragens e adutoras	50,0	1.176.517	28.830	-	-	-	(592)	1.796.178	-	3.000.933	1.176.517
Edificações	31,3	-	-	-	-	-	-	89.939	(89.460)	479	-
Máquinas e Equipamentos	12,9	10.460.090	(76.383)	-	-	-	(50.087)	1.074.703	(1.249.921)	10.158.402	10.460.090
Veículos	6,3	17.785	(2.955)	-	-	-	-	4.552	(3.960)	15.422	17.785
Móveis e Utensílios	14,8	142.074	(1.477)	-	-	-	-	22.774	(5.003)	158.368	142.074
Equipamentos de informática, telefonia e	5,0	-	53.264	-	-	-	-	53.366	-	106.630	-
Linhas de transmissão	30,0	-	-	-	-	-	-	216.251	-	216.251	-
Instalações técnicas/mecânicas - solar	30,0	3.187.480	-	-	-	645	(10.000)	439.560	-	3.617.685	3.187.480
Bens de renda		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		18.592.892	407	-	-	(8.016)	(112.109)	4.812.409	(1.349.420)	21.936.163	18.592.892
Depreciação acumulada em serviço											
Terrenos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edif. Ob. Cívica e benfeitorias		-	-	-	(150.256)	-	3.037	-	-	(147.219)	-
Reservatórios, Barragens e adutoras		(251.583)	(316)	-	(61.739)	-	69	-	-	(313.569)	(251.583)
Edificações		(468.408)	-	-	(4.419)	-	-	(71.147)	71.147	(472.827)	(468.408)
Máquinas e Equipamentos		(4.645.516)	13.260	-	(293.592)	-	1.789	(979.348)	979.602	(4.923.805)	(4.645.516)
Veículos		(15.830)	2.943	-	(318)	-	-	(3.418)	3.418	(13.205)	(15.830)
Móveis e Utensílios		(110.813)	(1.376)	-	(5.800)	-	-	(1.594)	1.594	(117.989)	(110.813)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança		-	(12.387)	-	(17.432)	-	-	-	-	(29.819)	-
Linhas de transmissão		-	-	-	(28.572)	-	-	-	-	(28.572)	-
Instalações técnicas/mecânicas - solar		(287.007)	-	-	(232.384)	-	1.236	-	-	(518.155)	(287.007)
Bens de renda		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		(5.779.157)	2.124	-	(794.512)	-	6.131	(1.055.507)	1.055.761	(6.565.160)	(5.779.157)
Em curso											
Reservatórios, Barragens e adutoras		4.752	-	-	-	-	-	-	-	4.752	4.756
Terrenos		15.119	-	1.452	-	-	-	(11.819)	-	4.752	15.119
Edificações		3.926	-	(5)	-	-	-	-	-	3.921	3.926
Máquinas e equipamentos		6.240.500	440.981	4.270.423	-	-	-	(3.866.517)	(29.886)	7.055.501	6.240.500
Veículos		144.505	(139.647)	562	-	-	-	(592)	-	4.828	144.505
Móveis e utensílios		18.508	972	3.113	-	-	-	(6.251)	(259)	16.083	18.508
Compras em andamento		337.069	(331.429)	55.859	-	-	-	530	(530)	61.499	337.069
Edif. Ob. Cívica e benfeitorias		637.631	10.383	393.988	-	-	-	(596.940)	(48)	445.014	637.631
		7.402.010	(18.740)	4.725.392	-	-	-	(4.481.589)	(30.723)	7.596.350	7.402.014
Arrendamento - IFRS 16											
Terrenos	4,3	5.764	(475)	199	(1.871)	-	-	-	-	3.617	5.764
Edif. Ob. Cívica e benfeitorias		-	-	(22.247)	(10.795)	-	-	-	-	(33.042)	-
Edificações	1,8	160.119	-	3.276	(468)	-	(1.201)	-	-	161.726	160.119
Ativos de tecnologia	15,5	2.373	-	(76.613)	74.240	-	-	-	-	-	2.373
Veículos e outros meios de transporte	1,9	167.415	(5.037)	(15.350)	33.363	-	-	-	-	180.391	167.415
Imóveis	1,7	-	3.470	10.280	(16.973)	-	(12.859)	-	-	(16.082)	-
Imobilizado de arrendamento		-	-	972	(383)	-	-	-	-	589	-
Outros		322.289	-	32.216	(23.544)	-	-	-	-	330.961	322.289
		657.960	(2.042)	(67.267)	53.569	-	(14.060)	-	-	628.160	657.960
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Quati		(12.279)	-	-	-	-	-	-	-	(12.279)	(12.279)
Total do imobilizado		20.861.426	(18.251)	4.658.125	(740.943)	(8.016)	(120.038)	(724.687)	(324.382)	23.583.234	20.861.426

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022 o ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, substancialmente, pelos saldos das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo e EGPs, conforme características abaixo de cada uma das controladas.

Controlada EGP Cachoeira Dourada

A Administração da Companhia entende que a controlada EGP Cachoeira Dourada sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada EGP Cachoeira Dourada e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados pela ANEEL. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles realizados pela concessionária e efetivamente utilizados na geração de energia elétrica.

Repactuação do GSF – Generation Scaling Factor

O mercado brasileiro de curto prazo está com problema de liquidez desde 2015, ano em que diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que hoje chega a R\$ 8,5 bilhões e representa cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizado em 7 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da controlada EGP Cachoeira Dourada aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

Seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 162 dias de extensão da outorga e o montante de R\$316.711, o qual está sendo compensado por meio do prazo de extensão da outorga. Como a controlada EGP Cachoeira Dourada havia apurado e registrado no exercício findo de 2020, o montante de R\$312.474, o efeito no exercício de 2021 foi somente do complemento, no montante de R\$ 4.237. Em junho de 2022, a Companhia assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/1997, postergando o final da concessão para 02 de novembro de 2029.

Controlada Enel CIEN

Conforme divulgado na nota explicativa 14, em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5, a Companhia optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumirá a concessão a partir de 31 de março de 2023; até essa data a Companhia opera por designação. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi efetuada a reclassificação dos ativos correspondentes às duas linhas de transmissão para disponível para venda no montante de R\$324.394 milhões.

Distribuidoras

As distribuidoras controladas pela Companhia possuem em 31 de dezembro de 2022 os seguintes saldos: Enel Distribuição Rio R\$ 140.111 (R\$106.659 em 31/12/2021), Enel Distribuição Ceará R\$ 67.342 (R\$ 80.146 em 31/12/2021) e Enel Distribuição São Paulo R\$ 223.487 (R\$ 263.349 em 31/12/2021), que se referem a máquinas e equipamentos e veículos, substancialmente.

Os imobilizados das controladas estão registrados ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, em linha com as taxas definidas pela ANEEL.

EGPs

As empresas Enel Green Power totalizam R\$ 21.762 milhões em ativo imobilizado (R\$ 18.961 milhões em 2021), os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Intangível

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Em serviço			Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	462.736	(354.926)	107.810	34.410	-	142.220
Incorporação de saldos	212.002	(179.750)	32.252	781.236	-	813.488
Adições	-	(3.890)	(3.890)	266.192	-	262.302
Baixas	(2.104)	-	(2.104)	-	-	(2.104)
Amortização do ágio	-	(15.591)	(15.591)	-	-	(15.591)
Reclassificação	-	(4.620)	(4.620)	(362.583)	-	(367.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	672.634	(558.777)	113.857	719.255	-	833.112
Adições	-	-	-	215.687	215.687	215.687
Amortização	-	(13.110)	(13.110)	-	-	(13.110)
Amortização do ágio	-	(13.692)	(13.692)	-	-	(13.692)
Transferências	55.119	-	55.119	(55.119)	(55.119)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	727.753	(585.579)	142.174	879.823	160.568	1.021.997

	Consolidado						
	Em serviço				Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.390.193	(16.059.174)	(2.604.814)	21.726.205	386.282	386.282	22.112.487
Incorporação de saldos	186.122	1.815	-	187.937	1.234.054	1.234.054	1.421.991
Adições	11.932	(43.290)	8.500	(22.858)	289.245	289.245	266.387
Baixas	(368.181)	319.669	-	(48.512)	(1)	(1)	(48.513)
Amortização	299	(2.026.058)	122.501	(1.903.258)	-	-	(1.903.258)
Transferências	595.829	3.804	-	599.633	(451.561)	(451.561)	148.072
Transferências entre ativo imobilizado	(19.830)	-	-	(19.830)	-	-	(19.830)
Transferência entre ativos contratuais (regulatório)	2.528.926	-	-	2.528.926	-	-	2.528.926
Transferências ativo indenizável	12.404	(19.134)	1.788	(4.942)	-	-	(4.942)
Reclassificação	10.519	(12.926)	-	(2.407)	(362.584)	(362.584)	(364.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.348.213	(17.835.294)	(2.472.025)	23.040.894	1.095.435	1.095.435	24.136.329
Adições	96.049	(758.440)	-	(662.391)	472.720	472.720	(189.671)
Baixas	(484.388)	404.317	(479)	-	(433)	-	-
Amortização	-	(1.873.461)	158.254	(1.715.207)	-	-	(1.715.207)
Amortização do ágio	-	(13.692)	-	(13.692)	-	-	(13.692)
Extensão da concessão - GSF amortização (a)	-	(35.769)	-	(35.769)	-	-	(35.769)
Transferência para disponível para venda	(17.654)	7.730	-	(9.924)	(7.799)	(7.799)	(17.723)
Transferências	144.067	-	-	144.067	(116.610)	(116.610)	27.457
Transferências entre ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de ativos contratuais (regulatório)	3.990.375	-	(200.945)	3.789.430	-	-	3.789.430
Transferências ativo indenizável	(24.029)	12.612	-	(11.417)	-	-	(11.417)
Reclassificação do imobilizado	(81.076)	152.501	3.515	74.940	-	-	74.940
Reclassificação	114.651	(106.272)	-	8.379	7.288	7.288	15.667
Efeito da desconsolidação da CELG (b)	(8.766.028)	(141.037)	-	(8.907.065)	-	-	(8.907.065)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.320.181	(20.186.805)	(2.511.680)	15.702.245	1.450.601	1.451.034	17.153.279

(a) Refere-se a gastos incorridos com GSF que serão recuperados por meio da extensão do prazo de concessão de acordo com a adesão pela Companhia aos termos da Lei Federal nº 14.052/2020, a Cachoeira Dourada apurou o montante R\$ 312.474 a ser compensado por meio de prazo de concessão, cujos impactos contábeis, em 31 de dezembro de 2021, são a recuperação de custos com energia elétrica e o reconhecimento de ativo intangível no mesmo montante. O ativo intangível constituído foi amortizado a partir de 2021 pelo prazo da concessão estendido.

(b) CELG - Conforme nota explicativa 15, a Companhia deixou de ser controladora da empresa CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, em 29 de dezembro de 2022, que passou a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, não há mais ativos correspondentes a tal controlada na consolidação do Grupo em 31 de dezembro de 2022.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Ativos de contrato

Os ativos da infraestrutura relacionados aos contratos de concessão estão segregados entre ativo de contrato (infraestrutura em construção), ativo financeiro (indenizável) e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

	Consolidado		
	Em curso		
	Custo	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.817.297	(544.526)	3.272.771
Adições	6.287.819	(147.641)	6.140.178
Juros capitalizados	1.248	-	1.248
Transferências entre ativo intangível da concessão	(2.549.270)	20.344	(2.528.926)
Transferências entre ativo financeiro	(1.834.474)	57.629	(1.776.845)
Reclassificação do imobilizado	6.933	-	6.933
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.729.553	(614.194)	5.115.359
Adições	5.496.351	(139.876)	5.356.475
Capitalização de juros de empréstimos	429	-	429
Transferências para ativo intangível	(2.188.503)	145.748	(2.042.755)
Transferências para o ativo financeiro	(2.842.436)	372.636	(2.469.800)
Transferências para ativo imobilizado	(29.883)	-	(29.883)
Reclassificação	28.172	(33.179)	(5.007)
Efeito da desconsolidação da CELG (a)	(2.318.229)	84.591	(2.233.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.875.454	(184.274)	3.691.180

- (a) CELG - Conforme nota explicativa 15, a Companhia deixou de ser controladora da empresa CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, em 29 de dezembro de 2022, que passou a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, não há mais ativos correspondentes a tal controlada na consolidação do Grupo em de 31 de dezembro de 2022.

21. Fornecedores

O Grupo Enel utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, a composição dos saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(a) Compra de energia	-	-	2.160.375	4.735.110
Câmara de comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	47.202	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	566.368	1.698.536
Materiais e serviços	392.134	389.720	3.887.348	4.178.963
Energia Livre	-	-	73.216	65.121
(b) Partes relacionadas	1.488.291	1.174.217	1.923.746	1.790.562
Outros	-	65	690	26.994
Total	1.880.425	1.564.002	8.658.945	12.495.286
Circulante	1.880.425	1.564.002	8.658.945	12.089.200
Não Circulante	-	-	-	406.086

- (a) A diminuição do saldo a pagar no âmbito da compra de energia está principalmente relacionado à: (i) A Companhia deixou de ser controladora das empresas Geração Térmica Fortaleza – CGTF e CELG Distribuição S.A. – CELG D, vide maiores detalhes na nota 15; (ii) Devido a melhora no cenário hidrológico a controlada Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. não realizou importações de energia no período findo de 31 de dezembro de 2022.
- (b) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na nota 29.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.1 Operações de antecipação e direito de recebimento

Alguns fornecedores da companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Desta forma, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R\$ 1.337.657 (R\$ 923.835 em 31 de dezembro de 2021).

22. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possui, através de suas controladas, seis processos judiciais relacionados ao ICMS compor ou não a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS, sendo dois processos na controlada Enel Distribuição São Paulo, um na controlada Enel Distribuição Ceará, um na Enel Distribuição Rio, outro na Enel Distribuição Goiás e um na geradora CGTF.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Em dezembro de 2018, a controlada Enel Distribuição São Paulo obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Controlada Enel Distribuição Ceará

Em abril de 2019, a controlada Enel Distribuição Ceará obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Rio

Em setembro de 2020, a controlada Enel Distribuição Rio obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS no período compreendido entre 2003 e 2019.

Enel Distribuição Goiás

Em março de 2021, a Enel Distribuição Goiás obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS compreendendo o período de 2005 a 2019. (*)

CGTF

Em março de 2019, a CGTF obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de dezembro de 2003. Dessa forma, a controlada CGTF passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo. (**)

Em conformidade com as decisões transitadas em julgado, as controladas passaram a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel, conforme nota explicativa 15.2.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG Distribuição S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel, conforme nota explicativa 15.1.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021/2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a composição dos ativos e passivos:

	Enel SP		Enel CE		Enel RJ		Enel GO		CGTF		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar												
Ativo circulante	967.515	814.140	429.790	473.748	405.093	436.501	-	565.244	-	45.825	1.802.398	2.335.458
Ativo não circulante	4.019.996	5.117.610	353.890	571.894	2.759.187	2.774.969	-	2.408.153	-	-	7.133.073	10.872.626
Total Ativo	4.987.511	5.931.750	783.680	1.045.642	3.164.280	3.211.470	-	2.973.397	-	45.825	8.935.471	13.208.084
PIS/COFINS - consumidores a restituir												
Passivo circulante	967.515	814.140	429.790	473.748	405.093	436.501	-	565.244	-	-	1.802.398	2.289.633
Passivo não circulante	4.629.959	6.326.144	378.607	997.855	2.834.446	2.814.422	-	2.408.153	-	-	7.843.012	12.546.574
Total Passivo	5.597.474	7.140.284	808.397	1.471.603	3.239.539	3.250.923	-	2.973.397	-	-	9.645.410	14.836.207

O valor do passivo a restituir aos consumidores está líquido dos custos incorridos e a incorrer relativos à referida ação e será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

Os impactos no resultado são demonstrados como a seguir:

	Enel SP		Enel CE		Enel RJ		Enel GO		CGTF		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado												
Receita operacional bruta												
PIS/COFINS - consumidores a restituir	(138)	(127.376)	-	-	-	(2.055.395)	95.307	(1.984.969)	-	-	95.307	(4.167.740)
PIS/COFINS - tributo a compensar	-	127.376	-	-	-	2.055.395	(95.307)	1.984.969	-	48.295	(95.307)	4.216.035
Impacto líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.295	-	48.295
Receita financeira												
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensa	360.751	178.282	68.195	25.807	222.562	1.195.528	115.515	988.428	269	1.332	767.292	2.389.377
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(360.751)	(178.282)	(68.195)	(25.807)	(222.562)	(1.195.528)	(115.515)	(988.428)	(269)	-	(767.292)	(2.388.045)
Impacto líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.332	-	1.332

A movimentação do ativo e passivo são demonstrados a seguir:

Movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Enel SP		Enel CE		Enel RJ		Enel GO		CGTF		Total	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.889.082	7.310.524	1.309.966	1.446.311	-	-	-	-	80.832	-	8.279.880	8.756.835
Adições	248.855	248.855	-	-	2.055.395	2.055.395	1.984.969	1.984.969	48.295	-	4.337.514	4.289.219
Atualizações	56.803	56.803	25.807	25.807	1.195.528	1.195.528	988.428	988.428	1.332	-	2.267.898	2.266.566
Compensações	-	787.092	-	290.131	-	39.453	-	-	-	-	84.634	-
Outros	-	475.898	-	475.898	-	515	-	-	-	-	-	475.898
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.931.750	7.140.284	1.045.642	1.471.603	3.211.470	3.250.923	2.973.397	2.973.397	45.825	-	13.208.084	14.836.207
Adições	-	(138)	-	-	-	-	95.307	95.307	-	-	95.307	95.169
Atualizações	360.752	360.751	68.195	68.195	222.562	222.562	115.515	115.515	269	-	767.293	767.023
Compensações	(1.304.991)	-	(323.717)	-	(256.439)	-	(395.471)	-	(46.094)	-	(2.326.712)	-
Devolução consumidores	-	(1.903.423)	-	(723.742)	-	(219.872)	-	(173.606)	-	-	-	(3.020.643)
Outros	-	-	(6.440)	(7.659)	(13.313)	(14.074)	-	-	-	-	(19.753)	(21.733)
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	-	-	(2.788.748)	(3.010.613)	-	-	(2.788.748)	(3.010.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.987.511	5.597.474	783.680	808.397	3.164.280	3.239.539	-	-	-	-	8.935.471	9.645.410

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Debêntures, e financiamentos

Segue abaixo descritivo a respeito das operações com debêntures, empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Empréstimos bancários com garantias	466.614	1.332.471
Empréstimos bancários sem garantias	775.796	261.763
Debêntures	1.574.955	1.252.790
Empréstimos com partes relacionadas	3.503.932	2.368.518
Total passivo circulante	6.321.297	5.215.542
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários com garantias	3.123.861	3.744.499
Empréstimos bancários sem garantias	5.152.521	4.625.811
Debêntures	5.745.044	5.630.084
Empréstimos com partes relacionadas	3.448.711	6.173.413
Total passivo não circulante	17.470.137	20.173.807
Total empréstimos e financiamentos	23.791.434	25.389.349

As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021/2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	Consolidado	
						31/12/2022	31/12/2021
Moeda estrangeira							
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 II	USD	FIXO + 1,63%	2022	Avalista	-	218.922
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 III	USD	FIXO + 1,39%	2025	Avalista	193.660	207.118
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 IV	USD	FIXO + 1,39%	2025	Avalista	116.089	124.161
Enel Distribuição Ceará	BOND D - BÔNUS DE DESCONTO	USD	LIBOR-06 + 1,01%	2024	Recebíveis - Aplicações	6.024	6.383
Enel Distribuição Ceará	BOND P - BÔNUS AO PAR	USD	FIXO + 6,2%	2024	Recebíveis - Aplicações	8.643	9.244
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 III - COELCE	USD	FIXO + 1,22%	2023	Sem garantias	409.263	437.720
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 II - COELCE	USD	FIXO + 2,14%	2024	Sem garantias	123.187	131.753
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 III - COELCE	USD	FIXO + 1,57%	2022	Sem garantias	-	131.558
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	USD	FIXO + 1,51%	2023	Sem garantias	210.852	225.532
Enel Distribuição Ceará	Sumitomo 4131 - COELCE	USD	FIXO + 2,12%	2024	Sem garantias	262.040	280.294
Enel Distribuição Ceará	CITIBANK 4131 - COELCE	USD	USD SOFR + 0,90%	2025	Sem garantias	290.869	-
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 - COELCE V	USD	FIXO + 5,45%	2026	Sem garantias	243.000	-
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	USD	FIXO + 5,45%	2025	Sem garantias	130.566	-
Enel Distribuição Goiás	Scotiabank 4131	USD	0,023	2022	Avalista	-	272.720
Enel Brasil	SAN 4131 EGP- 1 e 2	USD	LIBOR-06 + 1,76%	2033	Sem garantias	468.074	539.326
Enel Brasil	CHINA 4131 EGP- 1	USD	LIBOR-06 + 1,76%	2033	Sem garantias	257.158	296.304
Enel Brasil	CHINA 4131 EGP- 2	USD	LIBOR-06 + 1,76%	2033	Sem garantias	230.021	265.037
Enel Brasil	SCOTIABANK 4131	USD	FIXO + 1,91%	2024	Sem garantias	361.192	386.307
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 II - ELETROPAULO	USD	FIXO + 1,71%	2024	Sem garantias	230.888	246.942
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 III - ELETROPAULO	USD	FIXO + 1,97%	2024	Sem garantias	438.086	468.547
Enel Distribuição São Paulo	SCOTIABANK 4131 II – ELETROPAULO	USD	FIXO + 2,30%	2025	Sem garantias	206.334	220.681
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank 4131 III – ELETROPAULO	USD	FIXO + 2,60%	2026	Sem garantias	293.152	313.580
Enel Distribuição São Paulo	MUFG 4131 – ELETROPAULO	USD	FIXO + 2,06%	2024	Sem garantias	203.101	217.146
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank 4131 IV	USD	FIXO + 2,36%	2025	Sem garantias	405.120	433.289
Enel Distribuição São Paulo	BEI 4131 ITAU 26 MUSD	USD	FIXO + 3,76%	2037	Sem garantias	127.279	-
Enel Distribuição São Paulo	BEI 4131 ITAU 104 MUSD	USD	FIXO + 3,61%	2037	Sem garantias	503.350	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada	SCOTIABANK 4131	USD	FIXO + 1,49%	2023	Fiança corporativa	163.642	175.021
Enel Green Power Ituverava Norte Solar	CHINA 4131 ITUVERAVA N	USD	LIBOR-06 + 1,49%	2031	Fiança corporativa	59.507	69.467
Enel Green Power Ituverava Norte Solar	SAN 4131 ITUVERAVA N	USD	LIBOR-06 + 1,49%	2031	Fiança corporativa	57.173	66.743
Enel Green Power Ituverava Norte Solar	PROPARCO 4131 ITUVERAVA N	EUR	FIXO + 2,28%	2032	Fiança corporativa	108.006	150.401
Enel Green Power Ituverava Sul Solar	CHINA 4131 ITUVERAVA S	USD	LIBOR-06 + 1,49%	2031	Fiança corporativa	89.265	104.206
Enel Green Power Ituverava Sul Solar	SAN 4131 ITUVERAVA S	USD	LIBOR-06 + 1,5%	2031	Fiança corporativa	85.764	100.120
Enel Green Power Ituverava Sul Solar	PROPARCO 4131 ITUVERAVA S	EUR	FIXO + 2,28%	2032	Fiança corporativa	162.009	225.602
Enel Green Power Ituverava Solar	CHINA 4131 ITUVERAVA	USD	LIBOR-06 + 1,49%	2031	Fiança corporativa	59.507	69.467
Enel Green Power Ituverava Solar	SAN 4131 ITUVERAVA	USD	LIBOR-06 + 1,5%	2031	Fiança corporativa	57.173	66.743
Enel Green Power Ituverava Solar	PROPARCO 4131 ITUVERAVA	EUR	FIXO + 2,28%	2032	Fiança corporativa	108.006	150.401
Total moeda estrangeira						6.668.000	6.610.735

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021/2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	Consolidado	
						31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional							
Enel Distribuição Rio	BNDES (Capex 2012-2013) - FINAME	R\$	3%	2023	Recebíveis	3.445	11.713
Enel Distribuição Rio	BNP Paribas	R\$	8,40%	2022	Avalista	-	413.720
Enel Distribuição Ceará	BNDES (Capex 2012-2013) - FINAME	R\$	3,00%	2023	Recebíveis	2.063	6.190
Enel Distribuição Ceará	Eletrobrás (Luz para todos VI e VII)	R\$	6,00%	2023	Recebíveis e nota promissória	-	3.795
Enel Distribuição Ceará	BNB II	R\$	IPCA + 2,18%	2028	Fiança bancária e conta reserva	256.025	307.131
Enel Distribuição Ceará	FINEP	R\$	TJLP + 1%	2030	Fiança bancária e conta reserva	668	665
Enel Distribuição Goiás	FIDC Série A	R\$	CDI + 3%	2023	Recebíveis	-	9.098
Enel Distribuição Goiás	FIDC Série B	R\$	IPCA + 9,7%	2023	Recebíveis	-	59.219
Enel Distribuição Goiás	Eletrobrás_ECF - 232/2008	R\$	0,06	2024	Recebíveis e nota promissória	-	3.684
Enel Distribuição Goiás	BNDES CG 2018	R\$	IPCA + 5,34%	2023	Avalista	-	55.399
Enel Distribuição Goiás	Celg de Participações – CELGPAP	R\$	IPCA + 5,34%	2027	Sem garantias	-	62.962
Enel Distribuição São Paulo	FINEP II	R\$	TJLP + 1%	2024	Carta fiança	19.633	34.192
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 IV	R\$	0,0841	2024	Sem garantias	274.875	277.923
Enel Green Power Boa Vista Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	71.238	76.595
Enel Green Power Cabeça De Boi	BNDES	R\$	TJLP + 2,18%	2037	Avalista	105.992	112.436
Enel Green Power Damascena Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 2,02%	2032	Avalista	57.515	60.812
Enel Green Power Delfina B Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	73.461	79.115
Enel Green Power Delfina C Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	17.251	18.578
Enel Green Power Delfina D Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	73.645	79.312
Enel Green Power Delfina E Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	74.013	79.709
Enel Green Power Fazenda	BNDES	R\$	TJLP + 2,02%	2037	Avalista	70.788	75.091
Enel Green Power Maniçoba Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 2,02%	2032	Avalista	51.358	54.302
Enel Green Power Salto Apicás	BNDES	R\$	TJLP + 2,02%	2037	Avalista	92.028	97.622
Enel Green Power São Abraão Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Fiança bancária	71.463	76.837
Enel Green Power Horizonte MP Solar	BNB 20181207	R\$	0,1014	2035	Avalista	71.018	72.817
Enel Green Power Morro Do Chapéu I Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,52%	2035	Avalista	138.292	147.792
Enel Green Power Morro Do Chapéu II Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,34%	2035	Avalista	128.794	137.641
Enel Green Power Delfina A Eólica	BNDES	R\$	TJLP + 1,86%	2035	Avalista	223.902	240.453
Enel Green Power São Gonçalo 1	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	62.784	66.782
Enel Green Power São Gonçalo 2	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	68.949	73.081
Enel Green Power São Gonçalo 3	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	63.566	67.998
Enel Green Power São Gonçalo 4	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	69.004	72.741
Enel Green Power São Gonçalo 10	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	68.911	73.512
Enel Green Power São Gonçalo 21	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	62.462	66.495
Enel Green Power São Gonçalo 22	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	57.872	61.640
Enel Green Power São Gonçalo 5	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	66.677	70.383
Enel Green Power São Gonçalo 6	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	62.625	63.931
Enel Green Power São Gonçalo 7	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	48.255	49.792
Enel Green Power São Gonçalo 8	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	48.203	49.735
Enel Green Power São Gonçalo 11	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	48.090	49.618
Enel Green Power São Gonçalo 12	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	47.669	49.207
Enel Green Power São Gonçalo 14	BNB Contrato Nº 152.2021.927.9314	R\$	IPCA + 2,94%	2041	Sem garantias	60.303	-
Enel Green Power São Gonçalo 17	BNB Contrato Nº 152.2021.929.9316	R\$	IPCA + 2,94%	2041	Sem garantias	61.426	-
Enel Green Power São Gonçalo 18	BNB Contrato Nº 152.2021.930.9317	R\$	IPCA + 2,94%	2041	Sem garantias	61.241	-
Enel Green Power São Gonçalo 19	BNB Contrato Nº 152.2021.931.9318	R\$	IPCA + 2,94%	2041	Sem garantias	61.266	-
Enel Green Power São Gonçalo 15	BNB Contrato Nº 152.2021.928.9315	R\$	IPCA + 2,94%	2041	Sem garantias	61.953	-
Total moeda nacional						2.958.723	3.469.715
(-) custos da transação						(107.932)	(115.906)
Total empréstimos e financiamentos						9.518.791	9.964.545

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021/2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado	
Empresa	Debêntures	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2022	31/12/2021
Enel Distribuição Ceará	05ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,80%	2022	Sem garantias	-	175.798
Enel Distribuição Ceará	06ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,95%	2023	Sem garantias	40.241	40.185
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,50%	2023	Sem garantias	-	357.819
Enel Distribuição Ceará	05ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,0013%	2024	Sem garantias	197.802	187.364
Enel Distribuição Ceará	06ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,20%	2025	Sem garantias	350.356	331.870
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 4,50%	2024	Sem garantias	389.833	369.241
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 2ª série (COCE 17)	R\$	CDI + 0,5%	2023	Sem garantias	181.871	-
Enel Distribuição Ceará	08ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,2137%	2032	Sem garantias	628.048	-
Enel Distribuição São Paulo	23ª emissão - 2ª série	R\$	111% CDI	2023	Avalista	728.109	1.428.913
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,80%	2025	Sem garantias	712.187	708.150
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 4,0134%	2026	Sem garantias	937.833	908.082
Enel Distribuição São Paulo	DEBENTURES - 25ª EMISSÃO	R\$	IPCA + 4,26%	2031	Sem garantias	754.037	755.875
Enel Distribuição São Paulo	DEBENTURES - 26ª EMISSÃO	R\$	CDI + 1,64%	2028	Sem garantias	595.087	587.622
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 1ª s	R\$	CDI + 0,97%	2022	Sem garantias	-	10.197
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 2ª s	R\$	CDI + 0,97%	2022	Sem garantias	-	10.197
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 3ª s	R\$	CDI + 0,97%	2023	Sem garantias	-	311.013
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 3ª s	R\$	CDI + 0,97%	2023	Sem garantias	352.885	-
Enel Distribuição São Paulo	27ª emissão - 1ª série	R\$	IPCA + 6,1385%	2032	Sem garantias	839.952	-
EGP Volta Grande	01ª emissão - 1ª série	R\$	IPCA + 3,70%	2029	Sem garantias	451.127	488.325
EGP Volta Grande	01ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 3,70%	2029	Sem garantias	244.252	264.392
Enel Green Power Damascena Eólica	33.3.0030934-9	R\$	IPCA + 7,62%	2029	Recebiáveis sobre a RBO	9.688	10.283
Enel Green Power Maniçoba Eólica	33.3.0030925-0	R\$	IPCA + 7,62%	2028	Recebiáveis sobre a RBO	8.995	9.911
	(-) custos da transação					(102.303)	(72.364)
	Total debêntures					7.319.999	6.882.873
Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros	Ano de	Garantias	31/12/2022	31/12/2021
Moeda estrangeira							
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement III	EUR	1,29%	2023	Sem qarantias	281.872	323.429
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IV	EUR	1,29%	2023	Sem qarantias	280.034	318.164
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement V	EUR	1,53%	2024	Sem qarantias	279.712	317.789
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VI	EUR	1,59%	2024	Sem qarantias	223.394	253.812
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VII	EUR	1,65%	2024	Sem qarantias	308.273	353.721
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VIII	EUR	1,06%	2022	Sem qarantias	-	1.011.897
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IX	EUR	6,29%	2023	Sem qarantias	1.067.064	-
Enel Distribuição Ceará	EFI - Credit Agreement IV	EUR	EURIBOR 3M + 0,94%	2023	Sem qarantias	274.882	-
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement IV	EUR	1,29%	2023	Sem qarantias	-	229.154
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement V	EUR	1,53%	2024	Sem qarantias	-	127.271
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement VI	EUR	1,53%	2024	Sem qarantias	-	142.105
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement VII	EUR	1,59%	2024	Sem qarantias	-	290.485
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement VIII	EUR	1,59%	2024	Sem qarantias	-	463.451
Enel Brasil	Enel Américas S/A - CELG I	USD	6,27%	2022	Sem qarantias	-	713.356
Enel Brasil	Enel Américas S/A - CELG II	USD	6,32%	2022	Sem qarantias	-	570.786
Enel Brasil	Enel Américas III	USD	4,33%	2023	Sem qarantias	-	838.623
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement IV	EUR	1,29%	2023	Sem qarantias	201.723	-
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement V	EUR	1,53%	2024	Sem qarantias	112.036	-
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement VI	EUR	1,53%	2024	Sem qarantias	123.847	-
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement VII	EUR	1,59%	2024	Sem qarantias	253.161	-
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement VIII	EUR	1,59%	2024	Sem qarantias	407.874	-
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement IX	EUR	1,76%	2025	Sem qarantias	344.314	-
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement X	EUR	2,12%	2025	Sem qarantias	160.820	-
	Total moeda estrangeira					4.319.006	5.954.043

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021/2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros	Ano de	Garantias	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional							
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,41%	2024	Sem garantias	753.435	752.791
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement II	R\$	CDI + 1,05%	2023	Sem garantias	256.593	242.046
Enel Distribuição Ceará	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,18%	2025	Sem garantias	526.661	515.237
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,29%	2023	Sem garantias	-	618.086
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,18%	2023	Sem garantias	-	163.732
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,18%	2023	Sem garantias	-	295.996
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement I	R\$	CDI + 1,29%	2023	Sem garantias	631.414	-
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement II	R\$	CDI + 1,17%	2023	Sem garantias	166.070	-
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement III	R\$	CDI + 1,17%	2023	Sem garantias	299.464	-
						2.633.637	2.587.888
Total empréstimos partes relacionadas						6.952.643	8.541.931
Total debêntures, empréstimos e financiamentos						23.791.434	25.389.349
Total passivo circulante						6.321.297	5.215.542
Total passivo não circulante						17.470.137	20.173.807

As controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, que são calculadas trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, além das plantas geradoras do Grupo e empresa Volta Grande, estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2022:

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apuração dos Índices	Entidade
Empréstimos e financiamentos:				
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual	Enel Distribuição Ceará
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento	0,60	Anual	Enel Distribuição Ceará
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual	Enel Distribuição Ceará
Scotiabank, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
BNDES 2012 e 2013	Endividamento bancário líquido (iii) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Anual	Enel Distribuição Rio
BNDES 2012 e 2013	Endividamento bancário líquido (iii) / (PL + Endividamento bancário líquido) (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Rio
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Cabeça de Boi
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Salto Apicás
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Fazenda
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Delfina A
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu I
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu II
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Sol
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Sol
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures:					
1ª série - 05ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará	
2ª série - 05ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará	
1ª série - 06ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará	
2ª série - 06ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará	
2ª série - 07ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará	
07ª emissão - 2ª série (COCE 17)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará	
08ª emissão - 2ª série	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará	
2ª série - 23ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo	
1ª série - 24ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo	
2ª série - 24ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo	
1ª série - 1ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	4,00	Trimestral	EGP Volta Grande	
2ª série - 1ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	4,00	Trimestral	EGP Volta Grande	

- (i) Dívida financeira líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa.
- (ii) LAJIDA (máximo) para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).
- (iii) Endividamento bancário líquido é o Endividamento bancário total, reduzido pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- (iv) LAJIDA (ajustado) significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Lucro antes do resultado financeiro; (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com uma entidade de previdência privada classificada na conta "Custo Operacional"; ajustes de ativos e despesas regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para contingências; (vi) provisão para devedores duvidosos; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.
- (v) Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a: (a) qualquer Endividamento Financeiro decorrente de qualquer Documento Financeiro; (b) Endividamento Financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do Mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos; (c) Endividamento Financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria); (d) qualquer Endividamento Financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima.
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
- (vi) Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e CS apurados no exercício, líquidos de diferimentos.
- (vii) Serviço da dívida refere-se ao somatório da (a) amortização do principal e pagamento de juros realizados referentes ao subcrédito social A durante o exercício social; (b) amortização de principal e juros do crpédito junto aos debenturistas.

(*) Para as controladas Enel Green Power Cabeça de Boi, Enel Green Power fazenda e Enel Green Power Salto Apiacás o contrato de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES exige manter, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) no ano de referência de no mínimo 1,20. Para o exercício de 2021, o BNDES autorizou a suspensão da obrigação do atingimento do ICSD mínimo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Empréstimos e financiamentos	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos		Debêntures		Empréstimos com partes	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	9.964.545	4.183.447	6.882.873	7.005.686	8.541.931	3.646.491
Saldo de incorporação grupo EGP Brasil	-	4.623.379	-	21.364	-	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.687.525	4.717.954	1.400.000	1.620.000	2.638.401	5.563.373
Custo de transação	(3.027)	-	(47.583)	(29.859)	-	-
Variação monetária	111.642	65.880	200.169	309.303	-	58.194
Variação cambial	(459.278)	344.058	-	-	(572.358)	220.085
Encargos financeiros provisionados	335.429	179.590	625.170	355.422	571.351	288.520
Ajuste a valor de mercado	(97.783)	(18.797)	(28.638)	(140.681)	17.625	-
Amortização do custo de transação	10.995	6.477	17.643	15.106	-	-
Encargos financeiros pagos	(318.208)	(175.049)	(561.641)	(302.328)	(544.471)	(216.316)
Capitalização Mútuos Enel Américas	-	-	-	-	(1.999.500)	-
Amortização de principal	(2.661.017)	(3.962.394)	(1.167.994)	(1.971.140)	(1.700.336)	(1.018.416)
Efeito da desconsolidação da Enel GO	(52.032)	-	-	-	-	-
Saldos finais	9.518.791	9.964.545	7.319.999	6.882.873	6.952.643	8.541.931

Empréstimos e financiamentos	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos		Debêntures		Empréstimos com partes	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	9.964.545	4.183.447	6.882.873	7.005.686	8.541.931	3.646.491
Saldo de incorporação grupo EGP Brasil	-	4.623.379	-	21.364	-	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.687.525	4.717.954	1.400.000	1.620.000	2.638.401	5.563.373
Custo de transação	(3.027)	-	(47.583)	(29.859)	-	-
Variação monetária	111.642	65.880	200.169	309.303	-	58.194
Variação cambial	(459.278)	344.058	-	-	(572.358)	220.085
Encargos financeiros provisionados	335.429	179.590	625.170	355.422	571.351	288.520
Ajuste a valor de mercado	(97.783)	(18.797)	(28.638)	(140.681)	17.625	-
Amortização do custo de transação	10.995	6.477	17.643	15.106	-	-
Encargos financeiros pagos	(318.208)	(175.049)	(561.641)	(302.328)	(544.471)	(216.316)
Capitalização Mútuos Enel Américas	-	-	-	-	(1.999.500)	-
Amortização de principal	(2.661.017)	(3.962.394)	(1.167.994)	(1.971.140)	(1.700.335)	(1.018.416)
Efeito da desconsolidação da Enel GO	(52.032)	-	-	-	-	-
Saldos finais	9.518.791	9.964.545	7.320.000	6.882.873	6.952.644	8.541.931

Com a venda da controlada CELG Distribuição S.A. – CELG D (“Enel Goiás”) em 29 de dezembro 2022 (vide NE 15) os empréstimos da Enel Goiás relacionados à empresa do grupo Enel Finance International N.V. foram assumidos líquidos dos instrumentos derivativos contratados para a dívida na posição de 27 de dezembro de 2022 pela Enel Brasil S.A. A assunção da dívida estabelece a obrigação do pagamento da dívida à Enel Finance International N.V. com as mesmas características contratuais da dívida original. Um novo contrato de empréstimo foi assinado estabelecendo uma dívida entre a Enel Brasil S.A. (credora) e a Enel Goiás (devedora) em troca da assunção da dívida realizada, com as seguintes condições de pagamento: i.) o comprador deverá pagar o vendedor em até 90 dias após o “closing date” referente a um terço (1/3) do total do saldo devedor (incluído principal e juros) e; ii.) o pagamento do saldo devedor referente a dois terços (2/3) até 30 de dezembro de 2023 se o fechamento ocorrer em até 28 de fevereiro de 2023 ou se o fechamento ocorrer após o dia 28 de fevereiro de 2023 a quantidade de dias em atraso serão adicionados à data do dia 30 de dezembro de 2023.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores dos empréstimos a receber entre a Enel Brasil e a Enel Goiás são compostos pelas dívidas assumidas em 27 de dezembro de 2022 e mútuos realizados durante o controle da empresa pelo Grupo e que agora são apresentados no consolidado, totalizando R\$7.055.027.

	Consolidado
Saldos EFI x Enel Goiás	2.700.851
Saldos de Derivativos Enel Goiás	363.125
Saldos Mutuos Enel Goiás	3.979.138
Saldos em 27 de dezembro de 2022	7.043.114
Juros acumulados	11.913
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.055.027

Empresa	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2022
Moeda nacional						
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	112.373
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR II	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	40.645
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR III	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	70.923
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR IV	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	50.411
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR V	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	194.021
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR VI	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	160.872
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR VII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	74.648
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR VIII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	1.188.521
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR IX	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	429.213
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR X	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	218.665
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XI	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	43.684
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	108.061
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XIII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	101.325
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XIV	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	203.937
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XV	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	356.505
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XVI	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	73.012
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XVII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	83.395
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XVIII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	20.802
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XIX	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	57.109
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XX	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	20.555
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXI	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	48.276
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	23.594
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXIII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	25.584
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXIV	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	30.679
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXV	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	5.107
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXVI	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	79.273
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXVII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	35.485
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXVIII	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	33.478
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXIX	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	29.364
Enel Brasil	Mútuo Enel GO - Enel BR XXX	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	66.355
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#I)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	631.261
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#II)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	166.032
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#III)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	299.394
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#IV)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	231.248
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#V)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	137.349
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#VI)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	153.599
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#VII)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	313.442
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#VIII)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	506.928
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#IX)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	454.217
Enel Brasil	Confissão de dívida Enel GO - (#X)	R\$	CDI + 1,4%	2023	Sem garantias	175.685
Total empréstimos e financiamentos						7.055.027
Total ativo circulante						7.055.027
Total ativo não circulante						-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações por arrendamentos

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2), a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro abaixo proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

IFRS 16	Controladora			Tipo de amortização	Encargos financeiros
	31/12/2022	Valor Nominal	Vencimento		
Obrigações por arrendamento:					
Terrenos	3.823	7.016	01/01/2052	-	Mensal de 6,18% a.a até 17,84% a.a
Imóveis	8.043	13.166	05/06/2031	-	Mensal de 6,18% a.a até 19,37% a.a
Veículos e outros meios de transport	9.868	10.629	26/11/2024	-	Mensal de 11,10% a.a até 12,36% a.a
Total	21.734	30.811			
Circulante	11.606	14.583			
Não circulante	10.128	16.228			

	Consolidado			Tipo de amortização	Encargos financeiros
	31/12/2022	Valor Nominal	Vencimento		
Obrigações por arrendamento:					
Terrenos	286.655	537.892	30/11/2053	270,29	Mensal de 5,37% a.a até 19,15% a.a
Imóveis	190.337	299.760	31/07/2032	43,84	Mensal 20,62% a.a
Veículos (outros transportes)	173.601	208.211	12/02/2027	18,10	Mensal 14,13% a.a
Equipamentos de TI	13	13	31/01/2023	1,00	Mensal 6,57% a.a
Outros	-	-	-	-	
Total	650.606	1.045.876			
Circulante	110.280	200.342			
Não circulante	540.326	845.534			

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Não circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
2023 - 2024	2.888	(1.338)	1.550	12.647	(6.789)	5.858
2024 - 2025	1.882	(1.197)	685	11.658	(5.903)	5.755
2025 - 2026	1.856	(1.089)	767			
2026 em diante	9.603	(2.477)	7.126	43.030	(8.685)	34.345
	16.228	(6.100)	10.128	67.335	(21.377)	45.958

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Não circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
2023 - 2024	135.410	(68.185)	67.224	99.308	(42.710)	56.598
2024 - 2025	126.098	(60.421)	65.676	90.991	(38.439)	52.553
2025 - 2026	119.534	(51.498)	68.036	221.872	(31.971)	189.902
2026 em diante	464.484	(125.095)	339.389	206.300	(29.727)	176.573
	845.526	(305.200)	540.326	618.471	(142.846)	475.625

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.984	51.183	130.300	556.677
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	(13.449)	(9.264)
Efeito da desconsolidação da Enel CGTF	-	-	(38)	(0)
Adições	-	16.062	-	339.987
Remensuração	-	2.136	(86.004)	(62.879)
Amortizações	(63.082)	-	(292.373)	-
Transferências	59.253	(59.253)	284.196	(284.196)
Encargos provisionados	9.451	-	87.648	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.606	10.128	110.281	540.326

O montante que está apresentado na linha de remensuração foram provenientes de: (i) atualização dos valores de pagamentos futuros estabelecidos em cláusulas contratuais; (ii) alterações nos fluxos de pagamentos futuros decorrentes de correção monetária, utilizando-se índices pré-determinados em contrato; e (iii) atualização das taxas de desconto utilizando-se das premissas já estabelecidas para os contratos de arrendamento financeiro regidos pelo CPC 06 (R2).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Empresa, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um Comitê de Controles e Riscos, que apoia a avaliação e decisões do Conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de Controle e Gestão de Riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a Política de Controle e Gestão de Riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: Política de Gestão de Garantias, Política Controle de Risco de Commodities, Política de Controle de Risco de Crédito e Contraparte, Política de Controle de Risco Financeiro e Política de Cobertura (Taxa de Câmbio e Taxa de Juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; tecnologia Digital, Compliance, Operacional, e 37 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco do Grupo Enel conta com um Comitê Global de Gestão e Controle de Riscos e um Comitê Regional de Gestão e Controle de Riscos para a América Latina, que tem as seguintes funções: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Controle de Risco Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os Diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

Fatores de risco

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de o Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e importação de equipamentos para a construção dos parques geradores.

Os passivos em moeda estrangeira são monitorados e seguem as políticas e procedimentos internos do Grupo Enel e estão substancialmente protegidos por instrumentos de hedge cambial.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco o Grupo prioriza a contratação de empréstimos e debêntures remunerados pela variação de TJLP ou CDI, taxas variáveis, porém com menor volatilidade quando comparadas ao IPCA. Além disso, para as dívidas mais relevantes indexadas ao IPCA (R\$ 3.159.869), o Grupo possui uma operação de SWAP que troca IPCA + Spread para CDI + Spread de forma a minimizar a sua exposição à volatilidade da inflação.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2022 fossem iguais as esperadas para 2023, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread):

Indexador do contrato	Consolidado				
	31/12/2022	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no	Cenário	Efeito líquido no
CDI	2.174.132	3.155.457	981.325	3.690.087	1.515.956
FIXO	(49.299)	(29.304)	19.995	(13.874)	35.425
IPCA	314.524	355.550	41.026	396.119	81.596
LIBOR	(136.391)	(353.951)	(217.560)	(537.529)	(401.138)
TJLP	111.098	132.536	21.438	153.650	42.552
DOLAR	16.268	57.377	41.109	91.536	75.268
EURO	3.953	12.613	8.660	19.809	15.856
Total	2.434.285	3.330.278	895.993	3.799.798	1.365.515

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) *Risco de vencimento antecipado*

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

e) *Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento*

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários das distribuidoras de energia do Grupo são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições das companhias do Grupo, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia poderá justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

f) *Gestão do risco de capital*

O Grupo Enel administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos detalhados nas notas 23 e 25, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas notas 4 e 5) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	Consolidado
	31/12/2022
Dívida financeira	24.418.770
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(4.410.225)
Dívida líquida (a)	20.008.545
Patrimônio líquido (b)	44.142.836
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	31%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos relacionados à empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas notas 4, 5, 23 e 25.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) *Risco hidrológico*

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) é gerado por Usinas Hidrelétricas (“UHE”). A controlada Cachoeira Dourada está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a controlada Cachoeira Dourada ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da controlada Cachoeira Dourada.

h) *Risco de liquidez*

A liquidez do Grupo Enel é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

i) *Risco de mercado*

O risco de mercado está associado substancialmente ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) no mercado de curto prazo, no qual a Companhia liquida as obrigações necessárias para recomposição de lastro de energia oriundo da insuficiência de produção energia, a fim de honrar os contratos de venda assinados no mercado regulado. O comportamento do PLD é flutuante, acompanhando as variações de oferta e demanda de energia, e pode apresentar valores muito acima daqueles praticados em seus contratos de venda de longo prazo. Para tanto, sempre que necessário, a Companhia procura cobrir eventuais déficits previstos com contratos bilaterais de compra de energia.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures que estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados do Grupo Enel (inclui juros e principal):

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	9.210	579.317	664.547	4.317.976	344.306	5.915.356
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	104.761	74.980	419.606	2.136.291	2.891.210	5.626.848
Debêntures	(146)	266.478	1.387.806	5.299.642	2.020.819	8.974.599
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	1.012.935	1.742.089	4.621.902	6.669.147	-	14.046.073
	1.126.760	2.662.864	7.093.861	18.423.056	5.256.335	34.562.876
31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	413.853	48.896	395.553	4.115.357	956.521	5.930.180
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	123.852	57.778	354.577	2.116.270	2.620.505	5.272.982
Debêntures	(132)	253.646	1.761.442	4.419.560	3.340.929	9.775.445
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	698.596	3.088.277	3.636.666	-	7.423.539
	537.573	1.058.916	5.599.849	14.287.853	6.917.955	28.402.146

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa das controladoras Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo e Cachoeira Dourada:

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2021						
NDF BRL x USD	96.790	(92)	(8.669)	-	-	88.029
Swaps	18.152	68.433	629.743	1.096.588	(18.360)	1.794.556
	114.942	68.341	621.074	1.096.588	(18.360)	1.882.585
31 de dezembro de 2022						
NDF BRL x USD	28.844	71.029	239.174	376.296	(161.210)	554.133
Swaps	456.521	1.976.618	1.588.956	1.991.192	881.470	6.894.757
	485.365	2.047.647	1.828.130	2.367.488	720.260	7.448.890

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2022 e 2021 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2022	31/12/2021
Contratada	2.015.410	1.970.000

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. A classificação dos níveis hierárquicos segue conforme o exposto na nota 2.6, Instrumentos financeiros, Mensuração do valor justo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2022 são demonstrados abaixo:

Controladora			31/12/2022	
Ativo	Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	1.021.517	1.021.517
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	18.867	18.867
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	8.959.990	8.959.990
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	206.644	206.644
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	20.910	20.910
Passivo				
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.880.425	1.880.425
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	3.468.764	3.176.261
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio de resultado	2	505.134	505.134
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	294.224	294.224
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	208.999	208.999
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	21.734	21.734
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	1.021.000	1.021.000
Outras obrigações	Custo amortizado	2	1.207.318	1.207.318
Consolidado			31/12/2022	
Ativo	Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	4.079.714	4.079.714
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	330.511	330.511
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	Custo amortizado	2	9.030.886	9.030.886
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	119.844	119.844
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	7.058.527	7.058.527
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	400.936	400.936
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	231.947	231.947
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão	Valor justo por meio de resultado	3	1.742.742	1.742.742
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	18.842.517	18.842.517
Passivo				
Fornecedores	Custo amortizado	2	8.658.945	8.658.945
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	17.402.276	15.519.763
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio de resultado	2	6.389.158	6.389.158
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	992.527	992.527
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	335.867	335.867
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	650.606	650.606
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	1.398.386	1.398.386
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	852.115	852.115
Outras obrigações	Custo amortizado	2	2.099.913	2.099.913

Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento financeiro derivativo

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante de debênture, proteção à variação cambial dos empréstimos com terceiros atrelados ao dólar e importação de equipamentos para os parques geradores (risco de câmbio e commodities de alumínio e cobre).

Os valores da curva e de mercado dos instrumentos derivativos (swap) relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Os valores da curva e de mercado das NDFs relacionadas a importação de equipamentos para a construção de plantas geradoras solares e eólicas são demonstradas a seguir:

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Enel Brasil S.A.	NDF ITAU_BR	11/05/2022	27/03/2023	USD 6.04	(574)	(642)	68
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	20/07/2022	26/06/2023	USD 5.885	(20.857)	(24.295)	3.438
Enel Brasil S.A.	NDF ITAU_BR	20/07/2022	25/05/2023	USD 5.8233	(24.148)	(26.304)	2.156
Enel Brasil S.A.	NDF JPMORGAN_BR	20/07/2022	27/02/2023	USD 5.697	(9.939)	(10.344)	405
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	20/07/2022	27/03/2023	USD 5.7508	(10.162)	(7.899)	(2.263)
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	20/07/2022	25/04/2023	USD 5.8252	(12.726)	(10.334)	(2.392)
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	21/10/2022	27/02/2023	USD 5.4157	17.773	14.458	3.315
Enel Brasil S.A.	NDF ITAU_BR	24/10/2022	27/02/2023	USD 5.4124	(3.340)	(4.828)	1.488
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	23/11/2022	25/01/2023	USD 5.3909	(4.258)	(3.202)	(1.056)
Enel Brasil S.A.	NDF JPMORGAN_BR	23/11/2022	25/01/2023	USD 5.3849	(1.802)	(1.496)	(306)
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	01/12/2022	27/02/2023	USD 5.5582	(4.910)	(5.728)	818
Enel Brasil S.A.	NDF ITAU_BR	01/12/2022	27/02/2023	USD 5.2709	88	(133)	221
Enel Brasil S.A.	NDF JPMORGAN_BR	14/12/2022	25/01/2023	USD 5.3877	(1.466)	(2.164)	698
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	14/12/2022	27/03/2023	USD 5.4516	(1.530)	(1.156)	(374)
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	14/12/2022	25/01/2023	USD 5.7622	(2.738)	(2.079)	(659)
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	14/12/2022	27/03/2023	USD 5.4516	(2.243)	(1.694)	(549)
Enel Brasil S.A.	NDF JPMORGAN_BR	14/12/2022	27/03/2023	USD 5.4491	(465)	(847)	382
Enel Brasil S.A.	NDF JPMORGAN_BR	14/12/2022	27/03/2023	USD 5.4491	(547)	(998)	451
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	22/12/2022	25/01/2023	USD 5.1765	66	197	(131)
Enel Brasil S.A.	NDF JPMORGAN_BR	22/12/2022	25/01/2023	USD 5.1815	5	10	(5)
Enel Brasil S.A.	OF ENEL GLOBAL TRADING S.p.a. - Cob	03/10/2022	17/04/2023	7425 USD/mt (188 mt)	941	941	-
Enel Brasil S.A.	F ENEL GLOBAL TRADING S.p.a. - Alum	03/10/2022	17/04/2023	2195 USD/mt (797 mt)	804	803	1
Total					(82.028)	(87.734)	5.706

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada Enel Trading possui alguns contratos de compra e venda de energia mantidos para negociação no mercado que são mensurados a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). O objetivo dessa operação é obter ganhos através da variação de preço no mercado e considera a política de risco do Grupo. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros de acordos com as normas contábeis IFRS9/CPC48. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A posição desses contratos em 31/12/2022 é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - positivo	19.561	18
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - negativo	-	(1.291)
	<u>19.561</u>	<u>(1.273)</u>

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Enel Distribuição Rio	SCOTTABANK 4131 III	(15.563)	(59.474)	(43.911)	(95.962)	(80.399)
Enel Distribuição Rio	SCOTTABANK 4131 III - SWAP PA	14.210	54.302	40.092	87.617	73.407
Enel Distribuição Rio	SCOTTABANK 4131 III - SWAP PP	(30.563)	(36.947)	(6.384)	(43.163)	(12.600)
Enel Distribuição Rio	SCOTTABANK 4131 IV	(9.329)	(35.651)	(26.322)	(57.524)	(46.195)
Enel Distribuição Rio	SCOTTABANK 4131 IV - SWAP PA	8.498	32.473	23.975	52.395	43.897
Enel Distribuição Rio	SCOTTABANK 4131 IV - SWAP PP	(18.171)	(21.967)	(3.796)	(25.662)	(7.491)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	(13.647)	(50.937)	(37.290)	(81.924)	(68.277)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SV	13.537	50.527	36.990	81.265	67.728
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SV	(26.719)	(32.282)	(5.563)	(37.698)	(10.979)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	(13.558)	(50.605)	(37.047)	(81.389)	(67.831)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - S	13.436	50.149	36.713	80.656	67.220
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - S	(27.237)	(32.856)	(5.619)	(38.327)	(11.090)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	(30.657)	(94.232)	(63.575)	(147.062)	(116.405)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement V 50MEUR - Sv	29.280	90.000	60.720	140.457	111.177
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement V 50MEUR - Sv	(47.579)	(57.311)	(9.732)	(66.786)	(19.207)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	(24.615)	(75.392)	(50.777)	(117.587)	(92.972)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - S	23.580	72.223	48.643	112.644	89.064
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - S	(39.565)	(47.669)	(8.104)	(55.558)	(15.993)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	(34.148)	(104.221)	(70.073)	(162.451)	(128.303)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - S	32.184	98.226	66.042	153.106	120.922
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - S	(52.023)	(62.671)	(10.648)	(73.038)	(21.015)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR	(166.432)	(409.891)	(243.459)	(612.201)	(445.769)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR -	166.328	409.636	243.308	611.820	445.492
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR -	(164.978)	(197.012)	(32.034)	(228.201)	(63.223)
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement X 46MEUR - SV	758	1.905	1.147	2.857	2.099
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement X 46MEUR - SV	(1.596)	(1.906)	(310)	(2.208)	(612)
Enel Distribuição Ceará	SCOTTABANK 4131 III - COELCE	171	7.855	7.684	14.241	14.070
Enel Distribuição Ceará	SCOTTABANK 4131 SWAP III - COELCI	(167)	(7.704)	(7.537)	(13.966)	(13.799)
Enel Distribuição Ceará	SCOTTABANK 4131 SWAP III - COELCI	4.766	5.811	1.045	6.828	2.062
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 II - COELCE	10.810	38.759	27.949	61.983	51.173
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(10.332)	(37.043)	(26.711)	(59.239)	(48.907)
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	19.649	23.840	4.191	27.920	8.274
Enel Distribuição Ceará	SCOTTABANK 4131 - COELCE IV	10.651	38.553	27.902	61.740	51.089
Enel Distribuição Ceará	SCOTTABANK 4131 SWAP IV - COELC	(10.334)	(37.406)	(27.072)	(59.902)	(49.568)
Enel Distribuição Ceará	SCOTTABANK 4131 SWAP IV - COELC	18.227	22.096	3.869	25.863	7.636
Enel Distribuição Ceará	Sumitomo 4131 - COELCE	22.959	82.409	59.450	131.811	108.852
Enel Distribuição Ceará	Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(21.505)	(77.191)	(55.686)	(123.464)	(101.959)
Enel Distribuição Ceará	Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	39.995	48.561	8.566	56.902	16.907

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido	Cenário	Efeito líquido
Enel Distribuição Ceará	CITIBANK 4131 - COELCE	19.165	23.263	4.098	27.361	8.196
Enel Distribuição Ceará	CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(19.165)	(23.263)	(4.098)	(27.361)	(8.196)
Enel Distribuição Ceará	CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	39.020	47.349	8.329	55.458	16.438
Enel Distribuição Ceará	DEBÊNTURES 8º EMISSÃO	67.883	75.153	7.270	82.342	14.459
Enel Distribuição Ceará	DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO I	(22.939)	(25.438)	(2.499)	(27.909)	(4.970)
Enel Distribuição Ceará	DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO I	29.098	35.462	6.364	41.658	12.560
Enel Distribuição Ceará	DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO I	(17.204)	(19.078)	(1.874)	(20.932)	(3.728)
Enel Distribuição Ceará	DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO I	21.824	26.596	4.772	31.243	9.419
Enel Distribuição Ceará	DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO E	(28.674)	(31.797)	(3.123)	(34.886)	(6.212)
Enel Distribuição Ceará	DEBÊNTURES - SWAP 8º EMISSÃO E	36.146	44.079	7.933	51.803	15.657
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 - COELCE V	29.142	84.420	55.278	130.354	101.212
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE	(28.534)	(82.661)	(54.127)	(127.638)	(99.104)
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE	35.521	42.870	7.349	50.026	14.505
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	15.658	45.359	29.701	70.041	54.383
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE	(15.332)	(44.414)	(29.082)	(68.581)	(53.249)
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE	19.076	23.086	4.010	26.989	7.913
Enel Distribuição Ceará	EFII - Credit Agreement	5.087	6.061	974	7.034	1.947
Enel Distribuição Ceará	ITAU 4131 EFII SWAP - COELCE PA	(5.087)	(6.061)	(974)	(7.034)	(1.947)
Enel Distribuição Ceará	ITAU 4131 EFII SWAP - COELCE PP	18.021	22.119	4.098	26.108	8.087
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 24º Emissão (2ª série)	(82.967)	(94.142)	(11.175)	(105.192)	(22.225)
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 24º Emissão (2ª série) Sv	79.768	90.512	10.744	101.136	21.368
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 24º Emissão (2ª série) Sv	(108.431)	(132.335)	(23.904)	(155.607)	(47.176)
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 I	(19.290)	(71.655)	(52.365)	(115.169)	(95.879)
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 II SWAP PA	18.386	68.296	49.910	109.771	91.385
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 II SWAP PP	(35.320)	(43.089)	(7.769)	(50.653)	(15.333)
Enel Distribuição São Paulo	BNP III 4131	(37.727)	(137.106)	(99.379)	(219.687)	(181.960)
Enel Distribuição São Paulo	BNP III 4131 SWAP PA	35.938	130.603	94.665	209.268	173.330
Enel Distribuição São Paulo	BNP III 4131 SWAP PP	(67.530)	(82.140)	(14.610)	(96.364)	(28.834)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank II 4131	(18.443)	(65.262)	(46.819)	(104.167)	(85.724)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank II 4131 SWAP PA	16.903	59.814	42.911	95.473	78.570
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank II 4131 SWAP PP	(29.828)	(36.159)	(6.331)	(42.323)	(12.495)
Enel Distribuição São Paulo	BNP IV 4131	(22.271)	(22.271)	-	(22.271)	-
Enel Distribuição São Paulo	BNP IV 4131 SWAP PA	21.996	21.996	-	21.996	-
Enel Distribuição São Paulo	BNP IV 4131 SWAP PP	(39.158)	(47.816)	(8.658)	(56.245)	(17.087)
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 25º Emissão	(68.506)	(77.493)	(8.987)	(86.379)	(17.873)
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 25º Emissão SWAP PA	65.360	73.934	8.574	82.412	17.052
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 25º Emissão SWAP PP	(101.867)	(123.984)	(22.117)	(145.518)	(43.651)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III 4131	(27.067)	(93.602)	(66.535)	(148.891)	(121.824)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III 4131 SWAP PA	24.481	84.659	60.178	134.665	110.184
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III 4131 SWAP PP	(46.300)	(55.873)	(9.573)	(65.193)	(18.893)
Enel Distribuição São Paulo	MUFG 4131	(17.681)	(63.758)	(46.077)	(102.046)	(84.365)
Enel Distribuição São Paulo	MUFG 4131 SWAP PA	16.569	59.748	43.179	95.629	79.060
Enel Distribuição São Paulo	MUFG 4131 SWAP PP	(29.487)	(35.733)	(6.246)	(41.813)	(12.326)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank IV 4131	(36.450)	(128.380)	(91.930)	(204.771)	(168.321)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank IV 4131 SWAP PA	33.265	117.162	83.897	186.879	153.614
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank IV 4131 SWAP PP	(59.483)	(71.986)	(12.503)	(84.158)	(24.675)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 27ª Emissão	(91.436)	(101.461)	(10.025)	(111.375)	(19.939)
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 27ª Emissão SWAP PA	21.809	24.200	2.391	26.565	4.756
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 27ª Emissão SWAP PP	(28.009)	(34.139)	(6.130)	(40.107)	(12.098)
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 27ª Emissão SWAP PA	53.852	59.756	5.904	65.595	11.743
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 27ª Emissão SWAP PP	(69.162)	(84.298)	(15.136)	(99.034)	(29.872)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - (BEI) 26 MUSD	(13.192)	(42.107)	(28.915)	(66.134)	(52.942)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - (BEI) 26 MUSD SWAP PA	12.586	40.173	27.587	63.097	50.511
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - (BEI) 26 MUSD SWAP PP	(16.542)	(20.389)	(3.847)	(24.134)	(7.592)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - (BEI) 104 MUSD	(51.422)	(165.757)	(114.335)	(260.767)	(209.345)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - (BEI) 104 MUSD SWAP PA	49.060	158.144	109.084	248.790	199.730
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - (BEI) 104 MUSD SWAP PP	(64.530)	(79.763)	(15.233)	(94.593)	(30.063)
EGP Ituverava Solar S. A.	CHINA 4131	5.912	15.387	9.475	23.382	17.470
EGP Ituverava Solar S. A.	SAN 4131	5.680	14.784	9.103	22.465	16.785
EGP Ituverava Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PA	(11.592)	(30.171)	(18.578)	(45.848)	(34.255)
EGP Ituverava Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PP	10.738	12.896	2.159	14.998	4.261
EGP Ituverava Solar S. A.	PROPARCO 4131	9.335	26.500	17.165	40.764	31.429
EGP Ituverava Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PA	(9.335)	(26.500)	(17.165)	(40.764)	(31.429)
EGP Ituverava Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PP	11.975	14.365	2.390	16.692	4.717
EGP Ituverava Norte Solar S. A.	CHINA 4131	5.912	15.387	9.475	23.382	17.470
EGP Ituverava Norte Solar S. A.	SAN 4131	5.680	14.784	9.103	22.465	16.785
EGP Ituverava Norte Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PA	(11.592)	(30.171)	(18.578)	(45.848)	(34.255)
EGP Ituverava Norte Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PP	10.738	12.896	2.159	14.998	4.261
EGP Ituverava Norte Solar S. A.	PROPARCO 4131	9.246	26.409	17.164	40.672	31.426
EGP Ituverava Norte Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PA	(9.246)	(26.409)	(17.164)	(40.672)	(31.426)
EGP Ituverava Norte Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PP	11.975	14.365	2.390	16.692	4.717
EGP Ituverava Sul Solar S. A.	CHINA 4131	8.869	23.082	14.213	35.075	26.207
EGP Ituverava Sul Solar S. A.	SAN 4131	8.521	22.177	13.656	33.700	25.179
EGP Ituverava Sul Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PA	(17.390)	(45.259)	(27.869)	(68.775)	(51.386)
EGP Ituverava Sul Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PP	16.107	19.346	3.238	22.499	6.391
EGP Ituverava Sul Solar S. A.	PROPARCO 4131	14.003	39.751	25.748	61.146	47.144
EGP Ituverava Sul Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PA	(14.003)	(39.751)	(25.748)	(61.146)	(47.144)
EGP Ituverava Sul Solar S. A.	Derivativo (sw ap) - PP	17.962	21.547	3.585	25.038	7.076
Enel green Power Cachoeira Dourada S. A.	SCOTIABANK 4131	4.302	16.668	12.366	26.945	22.643
Enel green Power Cachoeira Dourada S. A.	SCOTIABANK 4131 PA	(5.557)	(27.282)	(21.725)	(45.335)	(39.778)
Enel green Power Cachoeira Dourada S. A.	SCOTIABANK 4131 PP	14.728	17.887	3.159	20.963	6.235
Enel Brasil S. A.	SAN 4131 (1)	35.405	95.326	59.921	145.794	110.389
Enel Brasil S. A.	CHINA 4131 (1)	36.850	99.217	62.367	151.744	114.894
Enel Brasil S. A.	SAN 4131 (1) CHINA 4131 (1) SWAP PA	(72.851)	(189.233)	(116.382)	(287.433)	(214.582)
Enel Brasil S. A.	SAN 4131 (1) CHINA 4131 (1) SWAP PP	58.617	70.052	11.435	81.185	22.568

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Enel Brasil S.A.	SAN 4131(2)	31.678	85.277	53.599	130.419	98.741
Enel Brasil S.A.	CHINA 4131(2)	32.971	88.758	55.787	135.742	102.771
Enel Brasil S.A.	CHINA 4131(2) Derivativo (swap) - PA E	(65.182)	(169.283)	(104.101)	(257.120)	(191.938)
Enel Brasil S.A.	CHINA 4131(2) Derivativo (swap) - PA E	52.432	62.660	10.228	72.618	20.186
Enel Brasil S.A.	SCOTIABANK 4131	30.877	112.808	81.931	180.891	150.014
Enel Brasil S.A.	SCOTIABANK 4131 SWAP PA	(28.859)	(105.437)	(76.578)	(169.072)	(140.213)
Enel Brasil S.A.	SCOTIABANK 4131 SWAP PP	52.963	64.197	11.234	75.134	22.171
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement IV	9.766	36.453	26.687	58.629	48.863
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement IV SWAP PA	(9.704)	(36.218)	(26.514)	(58.252)	(48.548)
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement IV SWAP PP	19.298	23.311	4.013	27.217	7.919
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement V	12.279	37.744	25.465	58.904	46.625
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement V SWAP PA	(11.825)	(36.347)	(24.522)	(56.725)	(44.900)
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement V SWAP PP	19.442	23.425	3.983	27.302	7.860
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VI	13.574	41.723	28.149	65.114	51.540
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VI SWAP PA	(12.878)	(39.583)	(26.705)	(61.774)	(48.896)
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VI SWAP PP	21.122	25.446	4.324	29.655	8.533
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VII	27.895	85.438	57.543	133.256	105.361
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VII SWAP PA	(26.461)	(81.045)	(54.584)	(126.403)	(99.942)
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VII SWAP PP	43.688	52.512	8.824	61.103	17.415
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VIII	44.942	137.652	92.710	214.691	169.749
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VIII SWAP PA	(42.879)	(131.332)	(88.453)	(204.834)	(161.955)
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement VIII SWAP PP	70.783	85.241	14.458	99.319	28.536
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement IX	38.542	116.816	78.274	181.859	143.317
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement IX SWAP PA	(37.781)	(114.509)	(76.728)	(178.269)	(140.488)
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement IX SWAP PP	62.074	74.937	12.863	87.460	25.386
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement X	18.564	55.134	36.570	85.523	66.959
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement X SWAP PA	(18.030)	(53.547)	(35.517)	(83.061)	(65.031)
Enel Brasil S.A.	EFI - Credit Agreement X SWAP PP	23.453	28.393	4.940	33.202	9.749

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Imposto de renda, contribuição social a pagar e outras obrigações fiscais

A composição dos saldos no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	-	67.211	378.769	260.291
Circulante	-	67.211	378.769	260.291
Outras obrigações fiscais				
(a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	994	522	633.557	1.021.685
Refis	-	-	633	7.994
Imposto sobre Serviços (ISS)	1.667	971	47.027	47.975
Programa de Integração Social (PIS)	558	246	36.217	31.683
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.387	1.579	176.968	324.466
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retido)	-	-	10.652	13.328
Contribuições e Encargos Trabalhistas	607	557	23.000	31.271
(b) Tributos sobre Importação de Serviços	39.416	14.461	54.962	27.120
(c) ICMS Diferido	-	-	53.309	48.599
Outros tributos e contribuições	282.891	175.865	302.105	204.345
Total Outras obrigações fiscais	329.520	194.201	1.338.430	1.758.466
Circulante	329.520	194.201	1.277.043	1.556.289
Não Circulante	-	-	61.387	202.177

- (a) O ICMS é apurado conforme legislação de cada Estado onde se pratica transações de mercadorias. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e o valor líquido é recolhido nos seus respectivos vencimentos
- (b) O saldo é composto por tributos incidentes sobre serviços técnicos e gerais prestados por fornecedores domiciliados no Exterior. Tais tributos correspondem ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), ao Imposto sobre Serviços (ISS), ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- (c) Conforme o Convênio ICMS 109/2014 que autoriza o Estado do Piauí a conceder diferimento do ICMS incidente nas operações de aquisição interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, e de importação de máquinas, equipamentos e materiais sem similar nacional, destinados à captação, geração e transmissão de energia solar ou eólica, incorporadas ao ativo imobilizado de estabelecimentos geradores de energia solar ou eólica. O diferimento valerá até 31/12/2032 conforme cláusula décima do Convênio 190/17.

27. Taxas regulamentares

A composição dos saldos no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE	25.969	58.321
(a) Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	410.046	480.878
(a) Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	419.742	451.778
Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária - ("CCRB")	46.385	46.385
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	4.390	5.957
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")	4.190	2.861
Outros	14.506	8.963
Total	925.228	1.055.143
Circulante	769.351	880.182
Não Circulante	155.877	174.961

- (a) As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam: financiar e combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº21. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Contas a pagar – acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a.

De acordo com o cronograma, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados, a Companhia efetuou o pagamento da 4ª parcela em junho de 2022, no montante de R\$ 394.640.

A seguir é apresentado o cronograma de realização das parcelas:

<u>Cronograma de pagamento</u>	<u>Parcela</u>	<u>Principal</u>	<u>Principal + correção</u>
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	354.801
Junho de 2024	2ª - Advogados	40.909	58.058
			<u>412.859</u>

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (covenants) relacionados ao acordo firmado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contribuições de iluminação Pública Arrecadada	-	-	246.405	713.361
Créditos diversos consumidores	-	-	35.893	289.021
Repasse a terceiros	-	-	29.843	38.901
Cauções em Garantia	-	-	169.009	52.534
Receita Antecipada	-	-	16.552	17.494
Subvenções governamentais	-	-	904	2.660
Reserva global de reversão	-	-	29.371	36.714
Partes relacionadas (a)	1.191.747	26.872	1.169.347	1.205.304
Adiantamento de clientes	-	-	144.878	190.123
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	-	1.038
Postergação revisão tarifária	-	-	5.135	13.469
Outras Obrigações	15.571	1.186.632	252.576	347.221
Total	1.207.318	1.213.504	2.099.913	2.907.840
Circulante	50.675	1.208.582	756.382	2.682.826
Não Circulante	1.156.643	4.922	1.343.531	225.014

(a) Outros termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na nota 30 (Partes Relacionadas), os saldos em questão basicamente se referem a fees pagos a empresas do grupo Enel.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes /dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora						31/12/2022 Receita (despesa)	31/12/2021 Receita (despesa)
			31/12/2022			31/12/2021				
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível		
Enel Trading Brasil		Capital Social a Integralizar	-	-	-	-	9	-	-	
Gridspertise		Capital Social a Integralizar	-	-	-	-	-	-	(12)	
Enel Distribuição Ceará		Comissão Fiança	484	-	-	484	-	(1.057)	(1.583)	
Enel Distribuição Goiás		Comissão Fiança	-	-	-	296	-	(491)	(1.181)	
Enel Distribuição Rio		Comissão Fiança	278	-	-	1.132	-	(1.397)	(5.032)	
Enel Distribuição São Paulo		Comissão Fiança	931	-	-	1.335	-	(2.514)	(6.287)	
Enel Green Power Cachoeira Dourada		Comissão Fiança	47	-	-	48	-	(264)	(205)	
Enel Finance International		Commitment Fee	-	(1.311.005)	-	-	1.132	57.399	4.192	
Alba Energia Ltda.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	1	-	-	1	-	-	-	
Alvorada Energia S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	897	-	-	424	-	(232)	(26)	
Apiacás Energia S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	(2.760)	-	136	-	(522)	(23)	
Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome LTDA		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	26	-	-	26	-	-	-	
Eletric Motor Werks		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	316	-	-	196	-	(121)	-	
Empesa		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	1.026	-	-	1.026	-	-	(94)	
Endesa Américas		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	8.425	-	-	-	530.028	-	(21.915)	
Enel Cien		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	7.170	-	-	451	-	-	-	
Enel Colombia S.A. (ex Codensa S.A.)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	-	-	17	-	
Enel Distribuição Ceará		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	188.167	-	-	59.588	-	-	-	
Enel Distribuição Goiás		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	46.834	-	-	-	
Enel Distribuição Rio		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	236.982	-	-	63.553	26.531	(674)	-	
Enel Distribuição São Paulo		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	464.879	-	-	74.141	-	-	-	
Enel Geração Fortaleza		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	623	-	-	-	
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	24.785	-	-	11.380	-	(2.888)	(396)	
Enel Green Power Aroeira 02 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	12.163	-	-	8.531	-	(2.625)	(361)	
Enel Green Power Aroeira 03 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	12.200	-	-	8.531	-	(2.625)	(361)	
Enel Green Power Aroeira 04 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	13.223	-	-	8.531	-	(2.625)	(361)	
Enel Green Power Aroeira 05 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	12.371	-	-	8.531	-	(2.625)	(361)	
Enel Green Power Aroeira 06 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	11.066	-	-	7.678	-	(2.363)	(325)	
Enel Green Power Aroeira 07 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	13.568	-	-	9.384	-	(2.888)	(398)	
Enel Green Power Aroeira 08 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	12.124	-	-	8.531	-	(2.625)	(361)	
Enel Green Power Boa Vista 01 Ltda.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	324	-	-	430	-	(983)	-	
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	1.092	-	-	(44)	
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	431	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Cabeça De Boi S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	(53)	-	-	-	(983)	-	
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	1.069	-	-	(44)	
Enel Green Power Cachoeira Dourada		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	5	(795)	-	2.204	-	-	-	
Enel Green Power Colombia SA		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	-	-	16	-	
Enel Green Power Cristal Eólica S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	6.999	-	-	(44)	
Enel Green Power Cristal Eólica S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	7.035	-	-	-	-	(980)	-	
Enel Green Power Cumaru 01 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	7.858	-	-	21.868	-	(1.375)	(61)	
Enel Green Power Cumaru 02 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	2.693	-	-	10.091	-	(1.375)	(285)	
Enel Green Power Cumaru 03 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	757	-	-	5.996	-	(1.375)	(88)	
Enel Green Power Cumaru 04 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	2.150	-	-	9.101	-	(1.375)	(300)	
Enel Green Power Cumaru 05 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	2.158	-	-	8.793	-	(1.238)	(294)	
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	3.051	-	-	(45)	
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	2.735	-	-	-	-	(983)	-	
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	41.084	-	-	(123)	
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	44.101	-	-	-	-	(2.752)	-	
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	1.005	-	-	(41)	
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	(3.718)	-	-	-	(917)	-	
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	1.091.378	(1.318.337)	-	434.174	557.700	-	14.560	(36.461)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora						31/12/2022		31/12/2021	
			31/12/2022			31/12/2021			Receita	Receita	(despesa)	(despesa)
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível				
Enel Green Power Dellina C Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	4.291	-	-	-	-	(12)	
Enel Green Power Dellina C Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(908)	-	-	-	-	(262)	-	-	
Enel Green Power Dellina D Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.076	-	-	-	-	(44)	
Enel Green Power Dellina D Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(3.696)	-	-	-	-	(983)	-	-	
Enel Green Power Dellina E Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.076	-	-	-	-	(44)	
Enel Green Power Dellina E Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(3.831)	-	-	-	-	(983)	-	-	
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	8.073	-	-	8.072	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.605	-	-	-	-	(44)	
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(5.470)	-	-	-	-	(983)	-	-	
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.030	-	-	-	-	(50)	
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	346	-	-	-	-	-	(324)	-	-	
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	135	-	-	-	-	(41)	
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(257)	-	-	-	-	(917)	-	-	
Enel Green Power Fazenda S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	214	-	-	972	-	-	(885)	-	(39)	
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	5.828	-	-	16.592	-	-	(1.687)	-	(153)	
Enel Green Power Fontes dos Ventos 3 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.643	-	-	6.518	-	-	(1.687)	-	(153)	
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.187	-	-	437	341	-	(2.536)	-	(113)	
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(481)	-	358	-	-	(2.378)	-	(106)	
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	394	-	-	-	-	(106)	
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	847	-	-	-	-	-	(2.378)	-	-	
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.447	-	-	-	-	(159)	
Enel Green Power Joana Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.008	-	-	-	-	(41)	
Enel Green Power Joana Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	163	-	-	-	-	-	(924)	-	-	
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	3.002	-	-	-	-	(45)	
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(951)	-	-	-	-	(983)	-	-	
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.096	-	-	-	-	(45)	
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	617	-	-	-	-	-	(1.001)	-	-	
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.017	-	-	-	-	(38)	
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	176	-	-	-	-	-	(847)	-	-	
Enel Green Power Morro Do Chapéu I Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	24.310	-	-	-	-	(85)	
Enel Green Power Morro Do Chapéu I Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	26.532	-	-	-	-	-	(1.900)	-	-	
Enel Green Power Morro Do Chapéu II Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	3.707	-	-	-	-	(82)	
Enel Green Power Morro Do Chapéu II Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	5.565	-	-	-	-	-	(1.835)	-	-	
Enel Green Power Mourão S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	564	-	-	78	-	-	(262)	-	(12)	
Enel Green Power North America		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.716	-	-	1.172	-	-	(546)	-	(93)	
Enel Green Power Nova Olinda B Solar S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	25	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Parapanema S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	7.362	-	-	5.601	-	-	(1.048)	-	(230)	
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.145	-	-	-	-	(45)	
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	75	-	-	-	-	-	(1.001)	-	-	
Enel Green Power Pedra Do Gerônimo Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.105	-	-	-	-	(45)	
Enel Green Power Pedra Do Gerônimo Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(2.114)	-	-	-	-	(1.001)	-	-	
Enel Green Power Peru		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.201	-	-	1.201	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	156	-	-	-	-	(44)	
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	198	-	-	-	-	-	(980)	-	-	
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	7.784	-	-	5.432	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Rsa (PTY) Ltd		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	530	-	-	530	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Salto Apiaçás S.A (ex Enel Green Power Damascena Eóli		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	216	-	-	-	-	(66)	
Enel Green Power Salto Apiaçás S.A (ex Enel Green Power Damascena Eóli		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	233	-	-	-	-	-	(1.474)	-	-	
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	1.022	-	-	-	-	(41)	
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	210	-	-	-	-	-	(917)	-	-	
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	72.091	(17.708)	-	95.801	341	-	(31.322)	(1.976)		

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora						31/12/2022 Receita (despesa)	31/12/2021 Receita (despesa)
			31/12/2022			31/12/2021				
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível		
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A. (antigua Enel Green Power Projetos		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.051	-	-	21.769	-	-	(1.144)	(50)
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A. (antigua Enel Green Power Projetos		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.216	-	-	16.264	-	-	(1.157)	(50)
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A. (antigua Egp Projetos X)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	13.938	-	-	9.013	-	-	(1.502)	(81)
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A. (antigua Egp Projetos Xv)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	5.567	-	-	3.640	-	-	(1.644)	(73)
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A. (antigua Enel Green Power Projetos		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.341	-	-	15.181	-	-	(1.144)	(50)
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A. (antigua Enel Green Power Projetos		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.101	-	-	12.932	-	-	(1.132)	(50)
Enel Green Power São Gonçalo 14		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	17.718	-	-	19.197	-	-	(1.288)	(145)
Enel Green Power São Gonçalo 15		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	8.097	-	-	7.215	-	-	(1.288)	(143)
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.359	-	-	7.271	-	-	(1.298)	(111)
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	9.391	-	-	7.266	-	-	(1.306)	(148)
Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	7.037	-	-	7.261	-	-	(1.304)	(109)
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A. (antigua Egp Projetos Xi)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	7.076	-	-	3.872	-	-	(1.644)	(80)
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A. (antigua Egp Projetos Xvi)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	11.515	-	-	9.356	-	-	(1.644)	(80)
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A. (antigua Egp Projetos 30)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	11.429	-	-	6.500	-	-	(1.644)	(73)
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. (antigua Egp Projetos Xii)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	45.690	-	-	37.665	-	-	(1.502)	(81)
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A. (antigua Egp Projetos Xiii)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.814	-	-	3.907	-	-	(1.644)	(77)
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A. (antigua Egp Projetos Xiv)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.872	-	-	10.300	-	-	(1.644)	(90)
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A. (antigua Enel Green Power Projetos		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	8.463	-	-	15.375	-	-	(1.502)	(67)
Enel Green Power São Judas Edóica S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	153	-	-	-	(44)
Enel Green Power São Judas Edóica S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	188	-	-	-	-	-	(980)	-
Enel Green Power Sul Iruverava Solar S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	786	-	-	-	-	-	(3.567)	-
Enel Green Power Tacaicó Edóica S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	-	-	681	-	-	-	(27)
Enel Green Power Tacaicó Edóica S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.223	-	-	-	-	-	(616)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 1 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.025	-	-	9.798	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 10 S.A. (antigua Egp Projetos 21		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.972	-	-	598	-	-	(1.342)	(60)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 11 S.A. (antigua Egp Projetos 23		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	4.284	-	-	1.347	-	-	(1.445)	(64)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 14 S.A. (antigua Egp Projetos X)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	8.757	-	-	7.809	-	-	(1.396)	(62)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 15 S.A. (antigua Egp Projetos 2E		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	970	-	-	503	-	-	(1.425)	(64)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 17 S.A. (antigua Egp Projetos 2E		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.224	-	-	546	-	-	(1.548)	(69)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 19 S.A. (antigua Egp Projetos 27		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	645	-	-	327	-	-	(983)	(44)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 2 S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	4.168	-	-	30.674	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 20 S.A. (antigua Egp Projetos 2i		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.293	-	-	360	-	-	(983)	(44)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 21 S.A. (antigua Egp Projetos X)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	699	-	-	1.614	-	-	(884)	(39)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 3 S.A. (antigua Egp Projetos Iv)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	3.076	-	-	712	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 4 S.A. (antigua Egp Projetos Sei		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	990	-	-	550	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 5 S.A. (antigua Egp Projetos Sei		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.030	-	-	440	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 6 S.A. (antigua Egp Projetos Oit		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.603	-	-	390	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 7 S.A. (antigua Egp Projetos Ix)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	712	-	-	1.298	-	-	(826)	(37)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 8 S.A. (antigua Egp Projetos 18)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	555	-	-	365	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 9 S.A. (antigua Egp Projetos 20)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.500	-	-	534	-	-	(1.445)	(64)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela ACL 12		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	314	-	-	291	-	-	(983)	(44)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Acl 13 S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.357	-	-	5.555	-	-	(929)	(41)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Acl 16 S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	476	-	-	240	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Acl 18 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.338	-	-	224	-	-	(1.032)	(46)
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Energias Renovaveis S.A		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2	-	-	2	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 08 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	13.191	-	-	17.266	-	-	(1.238)	(134)
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 13		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	3.367	-	-	7.408	-	-	(1.340)	(173)
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 15 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	3.520	-	-	8.046	-	-	(1.811)	(226)
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 16 S.A. (antiga EGP Projetos		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	3.208	-	-	8.557	-	-	(2.031)	(226)
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 17 S.A. (antiga EGP Projetos		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.670	-	-	6.562	-	-	(1.649)	(233)
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	242.018	-	-	326.834	-	-	(62.140)	(3.667)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora						31/12/2022 Receita (despesa)	31/12/2021 Receita (despesa)
			31/12/2022			31/12/2021				
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível		
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 21 S.A. (antiga EGP Projetos)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.914	-	-	9.813	-	-	(1.658)	(246)
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 22 S.A. (antiga EGP Projeto)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	3.106	-	-	9.871	-	-	(1.863)	(246)
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 25 S.A. (antiga EGP Projeto)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.763	-	-	5.062	-	-	(1.021)	(133)
Enel Green Power Ventos De Santa Esperança 26 S.A. (antiga EGP Projeto)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.898	-	-	10.572	-	-	(1.658)	(246)
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	26.661	-	-	19.601	-	-	(2.424)	(184)
Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	8.898	-	-	5.399	-	-	(2.392)	(184)
Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	16.385	-	-	4.844	-	-	(2.387)	(317)
Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	9.430	-	-	5.443	-	-	(2.424)	(184)
Enel Green Power Ventos de São Roque 05 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.218	-	-	3.259	-	-	(2.387)	(317)
Enel Green Power Ventos de São Roque 06 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.218	-	-	3.259	-	-	(2.387)	(317)
Enel Green Power Ventos de São Roque 07 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.218	-	-	3.259	-	-	(2.387)	(317)
Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	7.682	-	-	5.325	-	-	(2.424)	(184)
Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	8.914	-	-	5.350	-	-	(2.392)	(184)
Enel Green Power Ventos de São Roque 13 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	7.275	-	-	3.259	-	-	(2.387)	(317)
Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	7.887	-	-	5.330	-	-	(2.392)	(184)
Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	8.865	-	-	5.326	-	-	(2.424)	(184)
Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	8.465	-	-	5.326	-	-	(2.424)	(184)
Enel Green Power Ventos de São Roque 19 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.218	-	-	3.259	-	-	(2.387)	(317)
Enel Green Power Ventos de São Roque 22 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.218	-	-	3.259	-	-	(2.387)	(317)
Enel Green Power Ventos de São Roque 26 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	6.218	-	-	3.259	-	-	(2.387)	(317)
Enel Green Power Ventos de São Roque 29 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	4.663	-	-	2.444	-	-	(1.790)	(238)
Enel Green Power Volta Grande		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	103	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Zeus II - Dellina 8 S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	223	-	-	1.178	-	-	(963)	(43)
Enel Green Power Zeus Sul 1 Ltda.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	23	-	-	23	-	-	-	-
Enel Produzione SPA		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.362	-	-	960	-	-	-	(70)
Enel Solucoes Energeticas Ltda		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(76)	-	2.316	-	-	(360)	(16)
Enel X Brasil		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1.998	-	-	-	-	-	365	-
Enelpower do Brasil Ltda		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(13)	-	7.775	-	-	-	(78)
Gridspertise Latam S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	341	-	-	-	-	-	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(4.045)	-	306	-	-	(952)	(42)
Parque Eólico Palmas dos Ventos Ltda		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	68	-	-	68	-	-	-	-
Primavera Energia S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(6.561)	-	1.196	-	-	(716)	(32)
Quatiara Energia S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	928	-	-	556	-	-	(153)	(9)
Socibe Energia S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	-	(5.765)	-	508	-	-	(460)	(21)
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	2.479	-	-	-	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 15 Ltda.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	196	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Roque Energias Renovaveis S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infrae	1	-	-	1	-	-	-	-
Alvorada Energia S.A.		Dividendos	6.406	-	-	6.406	-	-	-	-
Apiacás Energia S.A.		Dividendos	-	-	-	2.000	-	-	-	-
EGP ZEUS II-DELFINA VIII		Dividendos	5.501	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas		Dividendos	-	(1.021.000)	-	-	997.610	-	-	-
Enel Cien		Dividendos	-	-	-	41.000	-	-	-	-
Enel Distribuição Ceará		Dividendos	167.456	-	-	156.860	-	-	-	-
Enel Distribuição Rio		Dividendos	77.635	-	-	57.880	-	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo		Dividendos	-	-	-	478.657	-	-	-	-
Enel Green Power Modelo I		Dividendos	11.825	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Modelo II		Dividendos	10.145	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada		Dividendos	82.372	-	-	125.616	-	-	-	-
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	2.297	-	-	-	-
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.		Dividendos	300	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	532.476	(1.037.460)	-	1.008.122	997.610	-	(49.621)	(5.428)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora						31/12/2022		31/12/2021	
			31/12/2022			31/12/2021			Receita	Receita	(despesa)	(despesa)
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível				
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	483	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.		Dividendos	2	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	2.539	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	2.999	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	7.000	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.		Dividendos	8.403	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Emiliana		Dividendos	3.108	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	3.917	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.		Dividendos	1.966	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Fazenda		Dividendos	7	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.		Dividendos	-	-	-	306	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Fontes dos Ventos 3 S.A.		Dividendos	-	-	-	302	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Joana		Dividendos	6.051	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	970	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Morro Do Chapéu I Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	6.273	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Mourão S.A.		Dividendos	-	-	-	1.038	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Nova Olinda B		Dividendos	-	(25)	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Parapanema S.A.		Dividendos	16.895	-	-	7.130	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Pau Ferro		Dividendos	6.448	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Pedra do Gerônimo		Dividendos	12.687	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	6.291	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.		Dividendos	4.443	-	-	-	-	-	-	-	-	
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Dividendos	33.000	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Salto Apiaçás S.A. (ex Enel Green Power Damascena Eóli		Dividendos	-	-	-	1.435	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Salto Apiaçás S.A. (ex Enel Green Power Damascena Eóli		Dividendos	1.435	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power São Gonçalo 2		Dividendos	96	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power São Judas Eólica S.A.		Dividendos	-	-	-	6.641	-	-	-	-	-	
Enel Green Power São Judas Eólica S.A.		Dividendos	4.612	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Tacaicó		Dividendos	6.339	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 1 S.A.		Dividendos	-	-	-	1.020	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 10 S.A.		Dividendos	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 11 S.A.		Dividendos	5.216	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 15 S.A. (antigua Egp Projetos 2E		Dividendos	-	-	-	40	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 17 S.A. (antigua Egp Projetos 2E		Dividendos	-	-	-	150	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 19 S.A. (antigua Egp Projetos 27		Dividendos	-	-	-	27	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 20 S.A. (antigua Egp Projetos 28		Dividendos	5.351	-	-	25	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 5 S.A. (antigua Egp Projetos 5e		Dividendos	982	-	-	24	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 6 S.A. (antigua Egp Projetos 6i		Dividendos	3.629	-	-	20	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 7 S.A. (antigua Egp Projetos 6k)		Dividendos	-	-	-	17	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 8 S.A. (antigua Egp Projetos 18)		Dividendos	1.164	-	-	21	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela 9 S.A. (antigua Egp Projetos 20)		Dividendos	3.556	-	-	39	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela ACL 12		Dividendos	-	-	-	10	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Acl 13 S.A.		Dividendos	2.022	-	-	9	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Acl 16 S.A.		Dividendos	-	-	-	11	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Ventos De Santa Ângela Acl 18 S.A.		Dividendos	1.538	-	-	11	-	-	-	-	-	
Enel Trading Brasil		Dividendos	40.000	-	-	-	-	-	-	-	-	
Isamu Ikeda Energia S.A.		Dividendos	-	-	-	2.298	-	-	-	-	-	
Primavera Energia S.A.		Dividendos	-	-	-	7.171	-	-	-	-	-	
Quatiara Energia S.A.		Dividendos	32	-	-	-	-	-	-	-	-	
Socibe Energia S.A.		Dividendos	-	-	-	2.729	-	-	-	-	-	
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	174.014	(25)	-	61.006	-	-	-	-	-	

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora						31/12/2022		31/12/2021	
			31/12/2022			31/12/2021			Receita	Receita	(despesa)	(despesa)
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível				
Enel SPA		Guarantee fee	-	(690.657)	-	-	649.302	-	107.558	24.204		
Enel Cien		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum	1.160	-	-	3.946	-	-	-	-		
Enel Geração Fortaleza		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum	-	-	-	1.540	-	-	-	-		
Alvorada Energia S.A		Mútuo	2.690	-	-	470	-	-	(148)	-		
EGP Desenvolvimento		Mútuo	20.725	-	-	-	-	-	(801)	-		
EGP Emiliana		Mútuo	2.012	-	-	-	-	-	(76)	-		
EGP Modelo II		Mútuo	2.144	-	-	-	-	-	(106)	-		
EGP VENTOS SANTA Ângela 03		Mútuo	4.117	-	-	-	-	-	(187)	-		
EGP VENTOS SANTA Ângela 04		Mútuo	4.733	-	-	-	-	-	(217)	-		
EGP VENTOS SANTA Ângela 12		Mútuo	5.339	-	-	-	-	-	(247)	-		
Endesa Américas	(d)	Mútuo	-	-	-	-	2.122.765	-	(30.922)	258.957		
Enel Distribuição Ceará		Mútuo	150.775	-	-	212.213	-	-	(38.021)	(1.116)		
Enel Distribuição Goiás		Mútuo	-	-	-	2.646.078	-	-	(436.837)	(143.761)		
Enel Distribuição Rio	(e)	Mútuo	1.408.615	-	-	1.285.286	-	-	(169.540)	(70.245)		
Enel Distribuição São Paulo		Mútuo	-	-	-	-	-	-	(22.491)	-		
Enel Finance International	(g)	Mútuo	-	(1.389.720)	-	-	-	-	-	-		
Enel Geração Fortaleza		Mútuo	-	-	-	107.799	-	-	(1.002)	(5.722)		
Enel Global Trading Spa IT		Mútuo	1.745	-	-	-	-	-	-	-		
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.		Mútuo	9	-	-	-	-	-	(89)	-		
Enel Green Power Manipóba Eólica S.A.		Mútuo	8	-	-	-	-	-	(81)	-		
Enel Green Power Paranapanema S.A.		Mútuo	9.752	-	-	8.153	-	-	(1.235)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 06 S.A.		Mútuo	8.920	-	-	-	-	-	(745)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A. (antigua Egp Projetos X)		Mútuo	58.522	-	-	590	-	-	(2.447)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.		Mútuo	2.466	-	-	-	-	-	(122)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 14		Mútuo	50.684	-	-	3.346	-	-	(4.319)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 15		Mútuo	25.029	-	-	3.689	-	-	(1.675)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.		Mútuo	13.328	-	-	1.724	-	-	(770)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.		Mútuo	29.087	-	-	5.071	-	-	(1.628)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A.		Mútuo	23.054	-	-	1.222	-	-	(1.249)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.		Mútuo	14.083	-	-	-	-	-	(1.068)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.		Mútuo	5.159	-	-	-	-	-	(318)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. (antigua Egp Projetos Xii)		Mútuo	42.482	-	-	840	-	-	(2.746)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A. (antigua Egp Projetos Xiii)		Mútuo	7.763	-	-	811	-	-	(445)	-		
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A. (antigua Egp Projetos Xiv)		Mútuo	3.601	-	-	1.025	-	-	(481)	-		
Enel Trading Brasil		Mútuo	-	-	-	1.216	-	-	-	(648)		
Enel X Way Brasil		Mútuo	-	-	-	-	-	-	(10)	-		
Enelpower do Brasil Ltda		Mútuo	630	-	-	706	-	-	(18)	-		
FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA		Mútuo	1.641	-	-	-	-	-	(10)	-		
Gridspertise SRL		Mútuo	-	(341)	-	-	-	-	(358)	-		
ISAMU IKEDA ENERGIA SA		Mútuo	1.726	-	-	-	-	-	(15)	-		
Jade Energia Ltda		Mútuo	156	-	-	-	-	-	(3)	-		
Nuxer trading S/A		Mútuo	-	-	-	-	-	-	15	-		
Quatiara Energia S.A		Mútuo	2.231	-	-	617	-	-	(242)	-		
Alvorada Energia S.A	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	1	-	-	-		
Apiacás Energia S.A	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	3.651	-	-	-		
Chilectra Chile		Prestação de serviço	-	(3.790)	-	-	-	-	124	-		
Codensa		Prestação de serviço	-	-	-	-	43	-	-	43		
Edistribución Redes Digitales		Prestação de serviço	-	(83)	-	-	93	-	-	-		
Edistribución SPA		Prestação de serviço	-	(154)	-	-	173	-	-	(2)		
Endesa Américas	(e)	Prestação de serviço	-	(474.019)	-	6.183	654	-	(58.871)	(2.030)		
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	1.904.386	(2.558.764)	-	4.292.525	2.776.682	-	(671.843)	59.680		

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora						31/12/2022 Receita (despesa)	31/12/2021 Receita (despesa)
			31/12/2022			31/12/2021				
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível		
Enel Chile		Prestação de serviço	-	-	-	-	3.779	-	-	(199)
Enel Cien		Prestação de serviço	724	-	-	994	-	-	-	-
Enel Colombia S.A. (ex Codensa S.A.)		Prestação de serviço	-	(131)	-	-	-	-	44	-
Enel Distribuição Ceará		Prestação de serviço	-	-	-	40.634	3.975	-	-	-
Enel Distribuição Goiás		Prestação de serviço	-	-	-	60.251	6.300	-	-	-
Enel Distribuição Rio		Prestação de serviço	-	-	-	38.604	1.067	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo		Prestação de serviço	-	-	-	20.675	5.035	-	-	-
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	(514)	-	-	541	-	1	125
Enel Geração Fortaleza		Prestação de serviço	-	-	-	154	850	-	-	-
Enel Global Infrastructure and Networks	(b)	Prestação de serviço	-	(623.881)	-	976	311.144	-	132.487	143.290
Enel Global Services		Prestação de serviço	-	(103.456)	-	-	230.951	-	31.912	(2.696)
Enel Global Thermal Generation S.r.l		Prestação de serviço	-	(10.611)	-	-	-	-	8.898	540
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	295	-	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada		Prestação de serviço	-	-	-	156	1.452	-	-	-
Enel Green Power Chile SA		Prestação de serviço	-	(2.999)	-	-	2.514	-	485	142
Enel Green Power Costa Rica		Prestação de serviço	1.099	-	-	2.449	1.424	-	-	-
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	16	-	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	89	-	-	-
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	3.931	-	-	-
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	986	-	-	-
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	3.922	-	-	-
Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	4.057	-	-	-
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	6.298	-	-	-
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	8	-	-	-
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	448	-	-	-
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	1.006	-	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	123	-	-	-
Enel Green Power Joana Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	29	-	-	-
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	3.704	-	-	-
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	14	-	-	-
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	8	-	-	-
Enel Green Power Mourão S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	41	-	-	-
Enel Green Power Parapanema S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	2	-	-	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	309	-	-	-
Enel Green Power Pedra Do Gerônimo Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	2.539	-	-	-
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	18	-	-	-
Enel Green Power Salto Apiaicás S.A. (ex Enel Green Power)	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	2	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A. (antigua Egg Proj)	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	8	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A. (antigua Egg Proj)	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	1	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A. (antigua Egg Proj)	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	1	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A. (antigua Egg Proj)	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	1	-	-	-
Enel Green Power São Judas Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	16	-	-	-
Enel Green Power SPA		Prestação de serviço	-	(142.511)	-	4.055	108.199	-	53.521	10.689
Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	57	-	-	-
Enel Iberoamericana		Prestação de serviço	-	(1.979)	-	-	2.215	-	-	-
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-	(30)	-	-	34	-	-	-
Enel North America		Prestação de serviço	3.863	-	-	2.635	-	-	(1.228)	(591)
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	(9.599)	-	-	10.798	-	(402)	(16)
Enel Soluciones Energeticas Ltda		Prestação de serviço	-	(125)	-	-	157	-	-	-
Enel SPA	(c)	Prestação de serviço	-	(472.031)	-	1.296	393.316	-	-	-
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	5.686	(1.367.867)	-	172.879	1.120.642	-	301.893	251.085

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora						31/12/2022 Receita (despesa)	31/12/2021 Receita (despesa)
			31/12/2022			31/12/2021				
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível		
Enel Trading Brasil		Prestação de serviço	-	(26.235)	-	-	22.830	-	6.035	7.460
Enel X Brasil		Prestação de serviço	-	-	-	992	-	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	13	-	-	-
Energia Nueva Energia Limpia Mexico S de R.L. de C.V.		Prestação de serviço	-	-	-	1.715	1.128	-	-	82
Energia y Servicios South Am		Prestação de serviço	-	(351)	-	-	-	-	344	-
Energis Chile		Prestação de serviço	-	(322)	-	1.730	2.025	-	202	114
Generadora Eólica Alto Pacora, S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	13	-	-	4
Isamu Ikeda Energia S.A	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	5.798	-	-	-
Kino Facilities Manager		Prestação de serviço	-	(1.085)	-	-	-	-	1.633	-
Primavera Energia S.A	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	8.823	-	-	-
Quatiara Energia S.A	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	1	-	-	-
Servizio Elettrico Nazionale SpA		Prestação de serviço	-	(1.139)	-	-	1.295	-	232	534
Socibe Energia S.A	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	7.034	-	-	-
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	-	(29.132)	-	4.437	48.960	-	8.506	8.194
		Total	4.022.049	(6.329.293)	-	6.395.778	5.501.935	-	(489.967)	271.427

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Consolidado						31/12/2021	
			31/12/2022			31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível	Receita (despesa)	Receita (despesa)
Enel X North America Inc.		Aquisição de materiais de mobilidade elétrica	-	(2.919)	-	-	-	-	-	
FUNCESP	(a.3)	Fu. Benefícios pós-emprego	-	6.305.702	-	-	6.569.132	(593.951)	-	
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	(a.2)	Fu. Benefícios pós-emprego	-	(266.071)	-	-	-	(18.882)	-	
Fundação CELG de seguros e previdência - ELETRA		Fu. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	176.045	-	(22.992)	
Fundação Coelco de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	Fu. Benefícios pós-emprego	-	(66.799)	-	-	63.953	-	(8.649)	
Enel SPA		Comissão Fiança	-	-	-	-	-	(1.712)	-	
Enel Finance International		Commitment Fee	-	(1.311.005)	-	-	1.132	57.399	4.192	
Electric Motor Werks		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	316	-	-	196	-	(121)	-	
Emgesa		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	1.026	-	-	1.026	-	-	(94)	
Endesa Américas		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	8.425	-	-	4.097	530.028	-	(20.594)	
Endesa Generacion		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Américas		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	1.109	-	-	-	-	-	-	
Enel Chile		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	3.006	-	-	-	64	918	(21)	
Enel Colombia S.A. (ex Codensa S.A.)		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	-	-	17	-	
Enel Global Infrastructure and Networks		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	14.071	-	-	-	(2.528)	-	
Enel Global Thermal Generation S.r.l		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	833	-	-	268	
Enel Green Power Colombia SA		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	-	-	16	-	
Enel Green Power North America		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	1.718	-	-	-	-	(546)	-	
Enel Green Power Peru		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	1.201	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Rsa (PTY) Ltd		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	530	-	-	-	-	-	-	
Enel Produzione SPA		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	1.362	-	-	960	-	-	(70)	
Enel Solucoes Energeticas Ltda		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	(76)	-	-	-	(360)	-	
Enel SPA		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	-	-	-	937	-	-	-	
Gridspertise Latam S.A.		Compartilhamento de Recursos Humanos/Infr	1.600	-	-	-	-	1.259	-	
Enel Global Trading Spa IT		Compra/Venda de energia	-	(64)	-	-	-	-	-	
Enel Green Power SPA		Compra/Venda de energia	-	(408.109)	-	-	-	-	-	
Enel Ingegneria e Innovazione		Compra/Venda de energia	-	(281)	-	-	-	-	-	
Enel Produzione SPA		Compra/Venda de energia	-	(427)	-	-	-	-	-	
Enel X Brasil Gerenciamento De Energia Ltda		Consultoria de validação de dados e gestão de e	-	-	-	-	-	(2.720)	-	
Endesa Américas		Dividendos	-	(1.021.000)	-	-	997.610	-	-	
Enel SPA		Guarantee fee	-	(690.657)	-	-	649.302	107.558	24.204	
Enel Global Thermal Generation S.r.l		Management Fee	-	-	-	-	3.935	-	(3.935)	
Enel Green Power SPA		Management Fee	-	(12.335)	-	-	-	(5.269)	-	
Enel SPA		Management Fee	-	-	-	-	3.582	-	36	
Enel Global Thermal Generation S.r.l		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum,	-	-	-	-	3.141	-	32	
Enel Global Trading Spa IT		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum,	-	-	-	-	397	(33)	4	
Enel Green Power SPA		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum,	-	-	-	-	-	-	-	
ENEL Ibérica SLR		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum,	-	(2.042)	-	-	1.639	-	-	
Enel Iberoamericana		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum,	-	(282)	-	-	315	-	-	
Enel SPA		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum,	-	(163)	-	-	-	(176)	-	
Endesa Américas	(d)	Mútuo	-	-	-	-	2.122.765	(30.922)	258.957	
Enel Finance International	(g)	Mútuo	-	(5.641.639)	-	-	6.419.166	9.827	(255.446)	
Enel Global Trading Spa IT		Mútuo	1.745	-	-	-	-	-	-	
Enel X Way Brasil		Mútuo	-	-	-	-	-	(10)	-	
Gridspertise SRL		Mútuo	-	(341)	-	-	-	(358)	-	
Luz de Angra		Mútuo	3.447	-	-	-	-	(418)	-	
Nuver trading S/A		Mútuo	-	-	-	-	-	15	-	
Codensa		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	8	
Electric Motor Werks		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	239	
Enel Américas		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	130.015	
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	25.485	(3.104.457)	-	8.049	17.542.206	(480.997)	106.174	

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Consolidado						31/12/2022		31/12/2021	
			31/12/2022			31/12/2021			Receita	Receita	(despesa)	(despesa)
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível				
Enel Global Trading Spa IT		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	(70)	-	-	-	1.261	
Enel Ingegneria e Innovazione		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	(281)	-	-	-	-	
Enel North America		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	562	
Enel Produzione SPA		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	(512)	-	-	-	(564)	
Enel SPA		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	113.769	
Energia Nueva Energia Limpia Mexico S de R.L. de C.V.		Outros - Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	1.002	
Chilectra Chile		Prestação de serviço	-	(3.790)	-	-	-	-	124	-	-	
Codensa		Prestação de serviço	-	-	-	-	43	-	-	-	43	
Edistribución Redes Digitales		Prestação de serviço	-	(83)	-	-	93	-	-	-	-	
Edistribución SPA		Prestação de serviço	-	(154)	-	-	173	-	-	-	(2)	
Endesa Américas	(e)	Prestação de serviço	-	(474.019)	-	6.183	654	-	(58.871)	-	(2.030)	
Enel Chile		Prestação de serviço	-	-	-	-	3.779	-	-	-	(199)	
Enel Colombia S.A. (ex Codensa S.A.)		Prestação de serviço	-	(131)	-	-	-	-	44	-	-	
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	(514)	-	-	541	-	1	-	125	
Enel Global Infrastructure and Networks	(b)	Prestação de serviço	-	(623.881)	-	976	311.144	-	132.487	-	143.230	
Enel Global Services		Prestação de serviço	-	(103.456)	-	-	230.951	-	31.912	-	(2.696)	
Enel Global Thermal Generation S.r.l		Prestação de serviço	-	(10.611)	-	-	8.898	-	1.425	-	540	
Enel Green Power Chile SA		Prestação de serviço	-	(2.999)	-	-	-	-	485	-	-	
Enel Green Power Costa Rica		Prestação de serviço	1.099	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power SPA		Prestação de serviço	-	(142.511)	-	-	-	-	53.521	-	-	
Enel Iberoamericana		Prestação de serviço	-	(1.979)	-	-	2.215	-	-	-	-	
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-	(30)	-	-	34	-	-	-	-	
Enel North America		Prestação de serviço	3.863	-	-	2.635	-	-	(1.228)	-	(591)	
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	(9.599)	-	-	10.796	-	(402)	-	(18)	
Enel Solucoes Energeticas Ltda		Prestação de serviço	-	(125)	-	-	157	-	-	-	-	
Enel SPA	(c)	Prestação de serviço	-	(472.031)	-	1.296	393.316	-	83.648	-	99.803	
Energia Nueva Energia Limpia Mexico S de R.L. de C.V.		Prestação de serviço	-	-	-	1.715	1.126	-	-	-	82	
Energia y Servicios South Am		Prestação de serviço	-	(351)	-	-	-	-	344	-	-	
Enerjis Chile		Prestação de serviço	-	(322)	-	1.730	2.025	-	202	-	114	
Kino Facilities Manager		Prestação de serviço	-	(1.085)	-	-	-	-	1.693	-	-	
Servizio Elettrico Nazionale SpA		Prestação de serviço	-	(1.139)	-	-	1.295	-	232	-	534	
Eletric Motor Werks		Prestação de serviços técnicos e de gestão (FEI)	952	-	-	953	-	-	-	-	221	
Endesa		Prestação de serviços técnicos e de gestão (FEI)	-	(599)	-	-	604	-	-	-	-	
Enel Global Services		Prestação de serviços técnicos e de gestão (FEI)	-	(383)	-	-	663	-	10	-	4	
ENEL Ibérica SLR		Prestação de serviços técnicos e de gestão (FEI)	-	(40)	-	-	43	-	-	-	-	
Enel SPA		Prestação de serviços técnicos e de gestão (FEI)	-	(2.432)	-	-	1.845	-	(701)	-	(385)	
Enel X SRL		Prestação de serviços técnicos e de gestão (FEI)	-	(36.582)	-	-	40.502	-	(15.455)	-	(19.861)	
Endesa		Reembolso de despesas de viagens (projetos)	-	(209)	-	-	162	-	-	-	-	
Codensa		Reembolso expatriados	-	-	-	-	246	-	217	-	(30)	
Edesur		Reembolso expatriados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Eletric Motor Werks		Reembolso expatriados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Endesa		Reembolso expatriados	-	(872)	-	-	977	-	-	-	796	
Enel Américas		Reembolso expatriados	-	(586)	-	-	618	-	32	-	(174)	
Enel Chile		Reembolso expatriados	-	-	-	2.285	197	-	-	-	934	
Enel Colombia S.A. (ex Codensa S.A.)		Reembolso expatriados	-	(82)	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Global Infrastructure and Networks		Reembolso expatriados	-	(1.057)	-	1.340	15.901	-	297	-	(10.527)	
Enel Global Services		Reembolso expatriados	200	-	-	-	-	-	200	-	-	
Enel Global Thermal Generation S.r.l		Reembolso expatriados	-	-	-	-	1.278	-	-	-	(1.441)	
Enel Global Trading Spa IT		Reembolso expatriados	-	(1.245)	-	-	-	-	(1.206)	-	-	
Enel Iberoamericana		Reembolso expatriados	-	-	-	-	899	-	-	-	-	
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	6.114	(1.892.897)	-	19.113	1.030.317	-	229.011	324.561		

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Consolidado						31/12/2022 Receita (despesa)	31/12/2021 Receita (despesa)
			31/12/2022			31/12/2021				
			Ativo	Passivo	Intangível	Ativo	Passivo	Intangível		
Enel Itália		Reembolso expatriados	-	(537)	-	-	-	-	610	-
Enel Itália Servizi		Reembolso expatriados	-	-	-	-	1.057	-	-	(786)
Enel Romania S.A.		Reembolso expatriados	444	-	-	444	-	-	-	142
Enel SPA		Reembolso expatriados	670	(1.311)	-	1.292	4.587	-	(2.035)	(2.644)
Enel Itália		Transporte de energia	-	-	-	-	3.944	-	-	-
Enel Solucoes Energeticas Ltda		Transporte de energia	-	-	-	-	-	-	2	-
Generadora Eólica Alto Pacora, S.A.		Transporte de energia	-	-	-	-	13	-	-	4
Sub-total partes relacionadas		Subtotal	1.114	(1.848)	-	1.736	9.601	-	(1.423)	(3.284)
Total plano de pensão		(-) Benefícios pós-emprego	-	(5.972.832)	-	-	(6.809.130)	-	612.833	31.641
Total		Total	32.713	(10.972.034)	-	28.898	11.772.994	-	359.424	459.093

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Obrigações com plano de pensão

a.1) Plano de Pensão - FAELCE

A controlada Enel Distribuição Ceará, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”. Para maiores detalhes, vide nota 34.

a.2) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A controlada Enel Distribuição Rio, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada Enel Distribuição Rio, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide nota 34.

a.3) Funcesp

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis.

b) Enel Global Infrastructure and Network:

A Companhia mantém contrato com a Enel Global Infrastructure and Network referente a prestações de serviços relativos à tecnologia.

c) Enel S.p.A.

A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, serviços estruturais e de disponibilização de recursos humanos.

d) Enel Américas

Mútuos captados com a investidora Enel Américas objetivando a captação de recursos para alavancagem financeira das investidas no Brasil.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Enel Distribuição Rio:

A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Enel Distribuição Rio devido à necessidade de capital de giro da controlada Enel Distribuição Rio. Esses empréstimos foram renovados em 31 de março de 2020 como nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022 e são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 0,57% a.a. e 0,7% a.a..

f) Grupo Enel Green Power (“EGPs”):

Os saldos incorridos estão substancialmente relacionados com as receitas/despesas de Energia Incentivada entre as empresas do Grupo Enel Green Power, que com a incorporação em 2021 passaram a ser eliminados para fins de consolidado.

g) Enel Finance International N.V.:

Mútuo captado com a Enel Finance International N.V. devido à necessidade de capital de giro.

i) Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 24.802 (R\$ 21.370 em 2021). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. A remuneração do Conselho de Administração e dos administradores, somada às remunerações em suas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 46.170 (R\$ 42.398 em 2021).

EGPs:

Os saldos a receber registrados pelas EGPs se referem, substancialmente, aos contratos de fruição de utilidades comuns (serviços terceirizados, aluguel telefone, passagem e hospedagem, etc.), que inclui a remuneração de pessoal e administradores e repasse de mão de obra capitalizada referente aos funcionários da controladora que exercem atividades vinculadas a construção dos parques, repasse de despesas, bem como repasse de custos com terceiros na construção. Estes montantes estão registrados como despesas operacionais na demonstração do resultado da Companhia.

Os saldos a pagar registrados com as empresas do grupo no Brasil referem-se ao repasse de mão de obra capitalizada referente aos funcionários da controladora que exercem atividades vinculadas a construção nas controladas, bem como a transferência de custos de operação e construção.

Os saldos a pagar com as demais partes relacionadas se referem, substancialmente, às transações mencionadas abaixo:

- Enel Green Power S.p.A. e Enel S.p.A.- Suporte estratégico (assessoria legal, financeira e administrativa).
- EGP Latin America - Assessoria legal, recursos humanos, administração e finanças.
- Enel España - Suporte estratégico.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os dividendos a receber por parte da controladora, conforme somatória do quadro, se refere a um montante de R\$ 535.654, em linha com o apresentado no balanço.

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel, conforme nota explicativa 15.2.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG Distribuição S.A. – CELG D deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel, conforme nota explicativa 15.1.

31. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias, ambientais e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais

32.1 Contingências com risco provável

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como provável, sendo dessa forma constituída provisão. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A controladora apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis e fiscais:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2021	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022	
Trabalhistas	2.103	432	179	(199)	2.515	
Cíveis	388	487	93	(47)	921	
Outros	-	889	-	-	889	
Total	2.491	1.808	272	(246)	4.325	
Circulante	-				889	
Não circulante	2.491				3.436	

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Incorporação	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021	
Trabalhistas	1.026	521	391	307	(142)	2.103	
Cíveis	9	214	16	149	-	388	
Total	1.035	735	407	456	(142)	2.491	
Não Circulante	1.035					2.491	

Enquanto o Grupo, apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias, ambientais e outras:

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2021	Adições (reversões)	Venda de controladas	Reclassificação	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022	
Trabalhistas	1.120.767	104.139	(269.282)	(1.697)	118.284	(120.473)	951.738	
Cíveis	1.002.868	236.899	(50.179)	-	180.704	(263.955)	1.106.337	
Fiscais	759.695	19.875	(315)	7	33.096	(2.160)	810.198	
Regulatório	519.063	(24.604)	(125.391)	-	31.246	(32.181)	368.133	
Ambientais	11.384	1.761	-	-	1.352	(1.761)	12.736	
FUNAC (a)	774.402	153.722	(847.941)	-	-	(80.183)	-	
Outros	20.150	(51.633)	(5.572)	1.690	24	(25.187)	(60.528)	
Total	4.208.329	440.159	(1.298.680)	-	364.706	(525.900)	3.188.614	
Circulante	186.871						187.866	
Não circulante	4.021.458						3.000.748	

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Incorporação	Reclassificaç ão	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhistas	953.927	126.139	559	-	133.159	(93.017)	1.120.767
Cíveis	948.701	164.672	2.154	-	134.359	(247.018)	1.002.868
Fiscais	820.535	90.696	-	(172.134)	23.772	(3.174)	759.695
Regulatório	497.146	3.174	(1)	-	26.249	(7.505)	519.063
Ambientais	10.293	2.242	-	-	1.091	(2.242)	11.384
FUNAC (a)	874.773	17.630	-	-	(58.385)	(59.616)	774.402
Outros	8.907	82.363	4.024	-	7	(75.151)	20.150
Total	4.114.282	486.916	6.736	(172.134)	260.252	(487.723)	4.208.329
Circulante	348.579						186.871
Não circulante	3.765.703						4.021.458

a). Por meio da Lei nº 17.555 de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Enel Distribuição Goiás – FUNAC, regulamentado pelo decreto nº 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Enel Distribuição Goiás de pagamentos de contingências de qualquer natureza cujo fato gerador tenha ocorrido até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC. Os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela controlada Enel Distribuição Goiás que são repassados ao Fundo.

Abaixo, é detalhado os processos que compõem cada esfera judicial na qual a Companhia e suas controladas têm processos judiciais cuja probabilidade de perda é provável.

32.1.1. Provisões para contingências trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

32.1.2. Provisões para contingências cíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32.1.3. Provisões para contingências fiscais

A seguir apresentamos os principais riscos fiscais relacionados as controladas:

Controlada Enel Distribuição Rio

Os principais riscos fiscais os quais a controlada Enel Distribuição Rio está exposta são:

- 1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 15.146 (R\$ 14.492 em 31 de dezembro de 2021).
- 2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da controlada Enel Distribuição Rio. A controlada provisionou o equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 6.644, valor total do auto de R\$ 16.611, (R\$ 6.388 e R\$ 15.970 em 31 de dezembro de 2021) e de R\$ 561, valor total do auto R\$ 2.806 (R\$561 e R\$2.806 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a controlada interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o Juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguarda a aprovação da conversão em renda dos valores depositados.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.
- 3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

32.1.4. Provisões para contingências regulatórias

Controlada Enel Distribuição Rio

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Controlada Enel Distribuição Ceará

- 1) Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Controlada Enel Distribuição Ceará, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435, juros de R\$ 547, sendo provisionado o montante controverso de R\$ 5.122, que está em discussão no âmbito judicial. O valor restante, de R\$ 4.656, está classificado como possível.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 2) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Controlada Enel Distribuição Ceará, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Controlada Enel Distribuição Ceará apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Controlada Enel Distribuição Ceará decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Controlada Enel Distribuição Ceará deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em dezembro de 2022 é de R\$ 2.890.
- 3) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Controlada Enel Distribuição Ceará efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Controlada, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. Em 3 de março de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Controlada Enel Distribuição Ceará e reduzir o valor da infração para 2.993. Em 24 de março de 2022, foi realizado o pagamento do AI 002-2020-ARCE-SFE referente à multa por descumprimento dos indicadores DEC/FEC nos anos de 2018 e 2019 (R\$ 3.227, sendo R\$ 2.993 principal e R\$ 234 de atualização financeira. Em 30 de junho de 2022, o saldo final da contingência foi revertido, no valor de R\$ 4.581. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.
- 4) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da Controlada Enel Distribuição Ceará, recorrido pela ENEL em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 2.603.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 5) Auto de Infração SFF- AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Controlada Enel Distribuição Ceará em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 22.906. O processo está em discussão no âmbito judicial. O valor restante de R\$ 1.041, está classificado como possível.
- 6) Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Enel Distribuição Ceará, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Controlada Enel Distribuição, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. Em abril de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Controlada Enel Distribuição Ceará e reduzir o valor da multa para R\$ 26.509. Em maio de 2022, foi realizado o pagamento integral da multa R\$ 28.243, sendo R\$ 26.509, referente ao valor principal e R\$ 1.734 referente a atualização financeira. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

A controlada Enel Distribuição São Paulo possui 09 autos de infração (09 em 31 de dezembro de 2021) relacionados a supostas não conformidades, sendo 5 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL em relação a apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, e os demais 4 discutidos no âmbito judicial junto à ANEEL

Fase Judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade suspensa por liminar em 04/05/2020	20.200	10.071
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade suspensa por liminar	15.446	7.360
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na perda de créditos de liquidação duvidosa	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	31.013	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.994	34.472
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável	19.509	56.004
Total				90.162	107.907

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada Enel Distribuidora São Paulo mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

AI nº 0015/TN170 - Ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de fiscalização que constatou que os registros contábeis da Controlada Enel Distribuição São Paulo estariam em desacordo com o manual da ANEEL, na medida em que ao inserir na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) os créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos, a Controlada Enel Distribuição São Paulo teria descumprido norma regulatória contida no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias, com manutenção de decisão liminar suspendendo os efeitos da decisão até decisão final a ser proferida no processo. Em 3 de maio de 2022 foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça negando provimento ao Recurso Especial. Em 24 de maio de 2022 a Controlada Enel Distribuição São Paulo apresentou recurso contra a decisão. Em 23 de setembro de 2022 nosso recurso (Agravo Interno) foi rejeitado. Em 13 de novembro de 2022 foi negado seguimento ao nosso Agravo em Recurso Extraordinário. Em 22 de novembro de 2022 apresentamos Agravo Interno que está pendente de julgamento.

O montante de R\$ 107.907 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída

Fase Administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Maio de 2022	Encerrado	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.581	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto-circuito de longa duração.	Aguardando decisão	13.476	2.718
nº 001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	12.852	2.079
Nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento DEC e FEC 2021	Protocolado interposição de recurso	-	-
Outros				1.763	-
Total				31.672	4.797

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em cumprimento ao Despacho nº 1.253, de 10 de maio de 2022, a Controlada Enel Distribuição São Paulo no dia 6 de junho de 2022, realizou o pagamento da multa no valor total de R\$19.156 com as devidas atualizações financeiras, decorrente do Auto de Infração nº 1008/2018/SFE. Em 24 de junho de 2022, a ANEEL, por meio do Termo de Encerramento (TE nº: 0026/2022-SFE) registrou o encerramento do processo administrativo punitivo em razão do recolhimento da multa.

Auto de Infração - AI nº 12/2022 - Em 22 de julho de 2022, a Companhia recebeu AI sobre qualidade do fornecimento DEC e FEC 2021 com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado, no que concerne a qualidade do fornecimento de energia elétrica, com a aplicação de multa no valor de R\$ 95.872. Entretanto, no dia 3 de agosto de 2022 foi apresentado interposição de recurso, e aguarda manifestação da ANEEL. Para o referido AI, nenhum montante foi provisionado.

O montante de R\$ 5.797 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

32.1.5. Provisões para contingências ambientais

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Enel Distribuição São Paulo e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à controlada transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A controlada segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

32.1.6. Controlada Enel Distribuição São Paulo PPA (Power Purchase Agreement)

Com a aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo no exercício de 2018 e, conseqüente, aplicação do CPC 15 – Combinação de Negócios, foram avaliadas e identificados passivos contingentes que cumpriam com os requisitos da norma para registro no balanço, uma vez que uma contingência adquirida em uma combinação de negócios é reconhecida na contabilidade se for uma obrigação presente e seu valor justo puder ser mensurado de maneira confiável, isto porque cumpre a definição de um passivo. Dessa forma apresentaremos a seguir os casos e andamento dos processos:

Riscos Trabalhistas

- 1) Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 5 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Em 2 de julho de 2021, o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho e em 23 de novembro de 2021 o recurso do Ministério Público do Trabalho foi negado seguimento. Pendente de julgamento o Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a ação pela Companhia avaliam o risco como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

- 2) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a controlada Enel Distribuição São Paulo que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. As três ações tiveram decisões desfavoráveis para controlada, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, e estão garantidas por depósito judicial.

Riscos Fiscais

- 1) PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a controlada Enel Distribuição São Paulo opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a controlada teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 2) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.
- 3) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a controlada Enel Distribuição São Paulo foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à controlada. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da controlada, bem como se reconheceu que a controlada era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a controlada teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a controlada Enel Distribuição São Paulo apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.
- 4) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a controlada Enel Distribuição São Paulo questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da controlada está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela controlada para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. Em dezembro de 2022 a Companhia recebeu novo auto sobre o tema no valor de R\$ 20.625.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos Cíveis

Riscos cíveis diversos: A controlada Enel Distribuição São Paulo está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

Riscos Regulatórios

- 1) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Em agosto de 2015 foi ajuizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à controlada em julho de 2017. Para esse processo a controlada mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a controlada aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.
- 2) Devolução tarifária – Base blindada: Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A Companhia ingressou com Ação Anulatória

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32.1.7. Outras provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

32.2. Contingências com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de aproximadamente R\$ 16.904.846 em 31 de dezembro de 2022 (R\$21.072.371 em 31 de dezembro de 2021).

32.2.1 Contingências Trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) Ações de periculosidade Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Controlada Enel São Paulo lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um motorizador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de setembro de 2021. O Tribunal Superior do Trabalho por unanimidade, em 24 de novembro de 2021, negou provimento ao recurso do Sindicato. Em 7 de abril de 2022 o processo transitou em julgado (decisão final), mantendo a decisão favorável à empresa.
- 2) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a controlada mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para controlada Enel Distribuição São Paulo, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.

Contribuição previdenciária – SAT: Trata-se Ação anulatória ingressada pela Companhia, em 22 de outubro de 2018, decorrente de processo administrativo lavrado pela Receita Federal do Brasil pela não homologação das compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (“SAT”), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (“GIIL-RAT”), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (“LTCAT”). Em 12 de novembro de 2018 a Companhia teve decisão liminar parcialmente favorável para emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa (“CPEN”) em favor da Companhia. Da decisão, foi interposto Agravo de Instrumento para suspensão da exigibilidade do crédito, bem como a liberação do seguro garantia apresentado nos autos. Considerando que as Cortes Judiciais Superiores (STJ e STF) ainda não firmaram posição sobre o tema, o prognóstico de perda do caso, que foi remoto durante a fase administrativa pela existência de precedentes favoráveis naquela esfera, foi alterado para possível.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32.2.2 Contingências cíveis

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.
- 2) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias: Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.

Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a controlada Enel Distribuição São Paulo aguarda o julgamento dos recursos em Brasília.

Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a controlada apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A controlada Enel Distribuição São Paulo recorreu da decisão em julho de 2019.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 3) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal: O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a controlada Enel Distribuição São Paulo e a ANEEL visando ao reconhecimento e conseqüente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a controlada a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a controlada. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.
- 4) Uso da faixa de domínio de rodovias: A controlada Enel Distribuição São Paulo é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a controlada terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.
- 5) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a controlada Enel Distribuição São Paulo, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a controlada apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da controlada em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a controlada apresentou recurso ao STJ. Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a controlada Enel Distribuição São Paulo não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

Controlada Enel CIEN S.A

A empresa Engie ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela Controlada Enel CIEN do contrato de compra e venda de 330MW de potência firme e energia associada proveniente da Argentina, firmado em 20 de outubro de 1999. Dessa forma, a Engie requereu a condenação da Controlada Enel CIEN ao pagamento de multa rescisória além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potência firme e energia associada. O processo foi retomado e iniciada a fase de instrução com a realização de perícia que ainda não se concluiu.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A probabilidade de perda do caso está baseada no fato de Engie ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005 e os seus consequentes eventos. A Companhia entende que neste caso pode ser aplicado a força maior impedindo do cumprimento do contrato existente à época. A multa rescisória corresponde a R\$ 658.316, podendo ainda outros valores serem adicionados, referentes a outras penalidades contratuais.

Controladas EGP

Os processos relevantes das controladas da Companhia de natureza cível são decorrentes de processo que prevê a rescisão do contrato de comodato firmado e, ato subsequente, determinada a devolução imediata do imóvel e da usina hidrelétrica (Pequena Central Hidrelétrica de Poxoréu - PCH) que se encontra em funcionamento, juntamente com todos os seus componentes (turbinas e demais equipamentos), da mesma forma que recebeu e que consta no contrato de comodato. Adicionalmente, há processos decorrentes de rescisões de contratos de serviços.

32.2.3 Contingências fiscais

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição Ceará

No âmbito estadual, a controlada Enel Distribuição Ceará discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 826.174 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021).

No âmbito fiscal municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 57.445 e R\$ 5.102 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. O valor total atualizado desses autos, já contemplando os autos novos, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 13.206 (R\$ 11.835 em 31 de dezembro de 2021). Também há auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.210 (R\$ 14.023 em 31 de dezembro de 2021).

No âmbito federal, a controlada possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Rio

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN): Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a controlada Enel Distribuição Rio segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.387.666 (R\$ 1.332.501 em 31 de dezembro 2021).

Temas estaduais: No âmbito estadual, a controlada Enel Distribuição Rio discute ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 458.509 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 337.860 em 31 de dezembro de 2021), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

Temas municipais: No âmbito municipal, a controlada Enel Distribuição Rio discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empacramento que juntos somam o valor de R\$ 25.045 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 23.918 em 31 de dezembro de 2021). Quanto ao ISS há a execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 2.530, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.349 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Enel Distribuição Rio discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 46.276 (R\$ 43.010 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Enel Distribuição Rio, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 44.353 (R\$ 36.303 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia recebeu, em novembro de 2022, duas execuções fiscais de ISS sobre CIP do Município de Petrópolis no valor de R\$ 3.235. Esse valor já está refletido no montante total do tópico acima.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) CSLL – base negativa: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à controlada. Atualmente a controlada aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.
- 2) Execuções fiscais municipais - diversas: A controlada Enel Distribuição São Paulo possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. A variação dos valores de 2018 para 2019 se deve, principalmente, ao ingresso de novas execuções fiscais. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros. No 3º trimestre de 2022, a Controlada Enel Distribuição São Paulo obteve decisão final reduzindo o valor do débito em R\$ 40.000 em uma execução fiscal que discutia ISS no Município de São Bernardo do Campo. Também recebeu duas novas execuções fiscais ajuizadas pelo Município de Cubatão para cobrança de IPTU que envolvem o valor total de R\$ 33.682.
- 3) COFINS - anistia: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à controlada, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A controlada interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.
- 4) COFINS - Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada Enel Distribuição São Paulo, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A controlada opôs Embargos de Declaração, que aguardam seu julgamento pelo Tribunal de segunda instância. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a controlada teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 5) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão: Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a controlada Enel Distribuição São Paulo exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da controlada. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.
- 6) PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela controlada Enel Distribuição São Paulo, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a controlada aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a controlada sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela controlada. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.
- 7) FINSOCIAL: Em julho de 2012, a controlada Enel Distribuição São Paulo foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela controlada. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a controlada em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.
- 8) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Trata-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Para discutir a legalidade dos lançamentos, a controlada Enel Distribuição São Paulo impetrou Mandado de Segurança, contudo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo houve por bem determinar a necessidade de produção de provas para o julgamento da legalidade dos lançamentos. A controlada, com base em opinião dos advogados da ação, entendeu por bem não recorrer da referida decisão na via do Mandado de Segurança e continuar a discussão em uma nova ação judicial que possibilite a produção de provas. A nova ação judicial será proposta em tempo hábil. A controlada obteve as suspensões das exigibilidades dos débitos por meio de seguro garantia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 9) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes: Trata-se de processo administrativo oriundo da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à controlada Enel Distribuição São Paulo em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso “PIS Compensações – Créditos remanescentes”). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e apresentou sua defesa, a qual foi julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso voluntário que aguarda julgamento.
- 10) Autos de Infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Enel Distribuição São Paulo, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 2020, a controlada recebeu mais dois autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a controlada contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.
- 11) Débitos de IUEE - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a controlada Enel Distribuição São Paulo, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. Após o início da execução da decisão, em 1º de abril de 2020, a controlada sofreu um bloqueio judicial no valor cobrado pelos Municípios. A controlada apresentou impugnação ao valor exigido pelos Municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Controlada Enel Distribuição São Paulo recorreu ao Tribunal e foi parcialmente acolhido o recurso para determinar que sejam liberados os valores bloqueados judicialmente. A Companhia apresentou seguro garantia, a fim de garantir o valor exigido e apresentou nova impugnação. O valor bloqueado de R\$ 41.191 foi liberado em outubro de 2022.
- 12) PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a Companhia opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 13) Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill Projeto Kairós: A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Controlada Enel Distribuição São Paulo apresentou defesa em primeira instância administrativa no prazo legal e aguarda julgamento. antigas controladoras.
- 14) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.
- 15) Autos Multa Isolada PIS/COFINS ICMS ST: Em outubro de 2022 a Controlada Enel Distribuição São Paulo recebeu 99 autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) exigindo multa isolada em face da não homologação de compensações decorrentes dos processos que discutem créditos de PIS/COFINS ICMS ST. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa. O valor total desses autos perfaz o montante de R\$ 84.729. A Companhia apresentou as respectivas defesas que aguardam julgamento.

Controladas EGP

Os processos relevantes das controladas da Companhia de natureza fiscal na esfera municipal são decorrentes de cobrança de ISS pelos serviços prestados na construção dos parques. Em execução fiscal apresentadas pelos municípios de Alta Floresta, Juara, Mulungu do Morro e Cafarnaum discute-se para qual município o imposto deveria ser recolhido, considerando a localização dos parques, e a base de cálculo do ISS (exclusão dos materiais aplicados na obra). Além disso, em auto de infração apresentado pelo Município de Niterói a Controladora discute ISS supostamente incidente sobre serviços provenientes do exterior do país ou cuja prestação do serviço nele se tenha iniciado. Na esfera federal algumas Controladas da Companhia ajuizaram Mandado de Segurança, com pedido de depósito do valor integral do Imposto de Importação, para garantir judicialmente a aplicação do ex-tarifário concedido a Painéis solares importados.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32.2.4 Contingências regulatórias

Enel Distribuição São Paulo

- 1) Devolução tarifária - Base blindada: Em agosto de 2014, a controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a controlada efetuasse a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a controlada obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com Ação Anulatória.
- 2) AI nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço: Ação Anulatória ajuizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a controlada em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da controlada, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela controlada. Para esse processo a controlada mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável. Atualmente a Controlada Enel Distribuição São Paulo aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2019.
- 3) Autuações PECLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Controlada Enel Distribuição São Paulo obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1ª instância ocorrida em fevereiro de 2002. Em 26 de maio de 2022, o Recurso Especial interposto pela ANEEL foi desprovido. Em 23 de agosto de 2022, a ANEEL entrou com Agravo Interno. Em 04 de novembro de 2022 o STJ negou provimento ao Agravo Interno da ANEEL. Atualmente aguarda-se decurso do prazo recursal da ANEEL.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32.3 Depósitos judiciais

O Grupo possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	5.071	3.381	336.080	476.621
Cíveis	483	81	78.001	148.084
Fiscais	-	-	819.908	801.039
	5.554	3.462	1.233.989	1.425.744

As variações observadas entre os exercícios referem-se a depósitos vinculados às ações judiciais trabalhistas e cíveis de R\$ 2.092 na companhia e no consolidado os principais impactos são na controlada Enel Distribuição Rio em (61.959), principalmente por redução em causas cíveis e controlada Enel Distribuição GO que não mais faz parte do consolidado (147.217).

Nas controladas EGPs: Os depósitos judiciais decorrentes de processos com natureza fiscal, englobam ações de consignação em pagamento de ISS, cujo objeto é a definição do valor de ISS devido a cada município em que estão localizados alguns parques das controladas. Além disso, há depósito judicial de Imposto de Importação em ação ordinária e mandado de segurança em que se discute a aplicação do benefício do ex-tarifário concedido aos painéis solares importados pelas controladas.

32.4 Provisão de Desmantelamento

Considerada a entrada em operação dos parques eólicos e solares, foram adicionadas provisões de despesas que serão incorridas pelas Companhias pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação do local. A estimativa foi efetuada considerando um valor médio de despesas por cada MW de capacidade instalada.

Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para desmantelamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	32.618	322
Incorporação EGP	-	90.961
Revisão de estimativa	(7.579)	(59.773)
Atualização financeira	4.161	1.108
Saldo no final do exercício	29.200	32.618

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Patrimônio líquido

a) Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão sendo representadas por 1.051.699.840 e por 923.455.338, respectivamente, unidades de ações ordinárias sem valor nominal.

A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Enel Américas	1.047.081.539	99,56%	918.837.040	99,50%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,44%	4.618.298	0,50%
Outros	3	0,00%	-	0,00%
Total	1.051.699.840	100%	923.455.338	100%

b) Reserva de lucros

As reservas de lucro da companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas no quadro seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal	521.555	521.555
Reserva de reforço de capital de giro	2.135.966	5.055.987
Outras reservas de lucros	324.280	316.932
Total	2.981.801	5.894.474

b.1) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

b.2) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinado a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme apresentado no tópico abaixo, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o valor de R\$ 1.243.636 (R\$ 1.192.074 em 2021) para ser absorvido pela reserva de reforço de capital de giro.

c) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em reunião do conselho de administração realizada em 30 de novembro de 2022 foi deliberada destinação de dividendos intercalares a conta de reservas de lucros em um montante de R\$ 1.021.000.,00. Do resultado do período, segue a destinação em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício	(1.237.420)	2.280.415
Incorporação resultado EGP Participações	-	315.404
(+) Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	15.838
(+) Dividendos prescritos controladas	-	123
(-) Reserva legal	-	(130.584)
Lucro ajustado	(1.237.420)	2.481.196
(-) Dividendos (25%)	-	(620.299)
(-) Dividendos adicionais propostos (25,53%)	-	(633.549)
	(1.237.420)	1.227.348
Ganho (perda) atuarial	(6.216)	(35.274)
Constituição de reserva ORA - reflexo controlada	-	-
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro	(1.243.636)	1.192.074

d) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital.

	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na emissão de ações	2.504.370	2.504.370
Outras reservas de capital	(33.127)	(33.127)
Total	2.471.243	2.471.243

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outros resultados abrangentes

e.1) *Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais*

Em conformidade com o CPC 33 (R1) que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 6.214 (R\$ 35.274 em 31 de dezembro de 2021).

e.2) *Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior*

Em conformidade como CPC 02 (R2) que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a perda de R\$ 8.563 (R\$ 2.325 em 31 de dezembro de 2021) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior (vide nota 2.3), Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energía S.A. - TESA.

e.3) *Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa*

Em conformidade com o CPC 48 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro 2022 a perda de R\$ 136.306 (perda de R\$ 40.309 em 31 de dezembro de 2021) na rubrica de outros resultados abrangentes.

e.4) *Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre Hedge de fluxo de caixa (Derivativos de capex)*

Os instrumentos financeiros derivativos foram contratos para proteção da variação cambial dos pagamentos das despesas relativas à CAPEX. Estes instrumentos se encerraram ao longo de 2017, porém como não houve ainda o pagamento do CAPEX, o valor está represado em ORA (PL) e será reclassificado para resultado à medida que as despesas com CAPEX acontecerem. O valor se encontra líquido de imposto de renda diferido.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste de passivos atuariais	136.779	142.993
Custo atribuído de imobilizado	15.838	15.838
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	(280.034)	(226.174)
Ajuste de conversão de balanço controlada no exterior	(219.910)	(238.336)
Outros	17.060	(2.376)
Total	(330.267)	(308.055)

34. Compromissos

Os principais compromissos do grupo relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

Valores expressos em milhões de reais

Obrigações contratuais	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Compra de energia	15.689	13.770	13.377	12.849	189.559	245.244
Serviços e materiais	7.203	2.872	1.003	55	11	11.144
Total	22.892	16.642	14.380	12.904	189.570	256.388

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente que foram homologados pela ANEEL, atualizado pelo IPCA projetado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

35. Obrigações com benefícios pós-emprego

Controlada Enel Distribuição Rio

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*). Mínimo e sua interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a controlada Enel Distribuição Rio assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A controlada Enel Distribuição Rio é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos planos administrados pela controlada Enel Distribuição Rio seguem relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

Patrocinadora - contribui com 5,43% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 257 para cobertura das despesas administrativas;

Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;

Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada Enel Distribuição Rio reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. O valor do saldo devedor desse compromisso em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 46.214 e em março de 2022 o referido saldo foi quitado pela empresa, conforme prazo e condições estabelecidas no contrato.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora - contribuição média de 6,37% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,22% são destinados à cobertura dos benefícios e 2,15% destinados à cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,43% da folha de salários dos participantes ativos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada Enel Distribuição Rio firmou dois contratos de dívida junto à Brasileiros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0% a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a controlada Enel Distribuição Rio assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a controlada Enel Distribuição Rio com o PACV totaliza a quantia de R\$ 125.780 (R\$ 103.318 em 31 de dezembro de 2021), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasileiros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A controlada Enel Distribuição Rio tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da controlada Enel Distribuição Rio até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela controlada Enel Distribuição Rio e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A controlada Enel Distribuição Rio mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Enel Distribuição Rio.

Controlada Enel Distribuição Ceará

A controlada Enel Distribuição Ceará é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Ceará têm as seguintes principais características:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da controlada Enel Distribuição Ceará. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela controlada Enel Distribuição Ceará, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei no 9.656/1998;
- Aposentados Lei no 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei no 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela controlada Enel Distribuição Ceará (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Ao final do exercício de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

A controlada Enel Distribuição São Paulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

As principais premissas utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país e se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Vivest testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a controlada Enel Distribuição São Paulo faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Ao final do exercício de 2022, a controlada Enel Distribuição São Paulo procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Fundação Cesp (“Vivest”) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Enel Distribuição São Paulo. A Fundação Cesp (“Vivest”) administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano Benefício Definido e Contribuição Variável para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), à abertura de novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores– Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensos os pagamentos e as contribuições de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Fundação Cesp (“Vivest”) ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a PREVIC não havia concluído a sua avaliação.

Contratos com a Fundação Cesp (“Vivest”)

A controlada Enel Distribuição São Paulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp (“Vivest”) a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Confissão de dívida IIa	391.330	417.394
Confissão de dívida IIb	203.126	216.654
Contrato de ajustes de reserva matemática	5.695.931	4.255.627
Total dos contratos	<u>6.290.387</u>	<u>4.889.675</u>
Diferença entre premissas	15.315	1.679.459
Total registrado	<u>6.305.702</u>	<u>6.569.134</u>

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)

A controlada Enel Distribuição São Paulo mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela controlada Enel Distribuição São Paulo desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstos em acordo coletivo.

Valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>										
Valor presente das obrigações atuariais	1.338.396	1.414.121	1.196.708	1.256.967	658.591	727.048	13.910.400	14.682.125	17.104.095	18.080.261
Valor justo dos ativos do plano	(1.142.820)	(1.090.644)	(1.340.151)	(1.300.234)	(538.932)	(525.547)	(7.506.690)	(8.015.617)	(10.528.593)	(10.932.042)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	85.942	25.105	233.833	132.582	13.983	-	-	-	333.758	157.687
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	(133.642)	-	-	-	(133.642)	-
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	281.518	348.582	90.390	89.315	-	201.501	6.403.710	6.666.508	6.775.618	7.305.906
Circulante	-	-	1.044	-	-	-	8.235	11.834	9.279	11.834
Não circulante	281.518	348.582	89.346	89.315	-	201.501	6.395.475	6.654.672	6.766.339	7.294.070

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.414.121	1.642.975	1.256.967	1.412.549	727.048	855.918	14.682.125	14.575.895	18.080.261	18.487.337
Custo dos serviços correntes	2.432	991	644	1.879	1.388	1.561	5.928	7.091	10.392	11.522
Custo dos juros	126.455	112.268	113.281	98.834	65.911	60.387	1.324.518	1.010.123	1.630.165	1.281.612
Contribuições dos empregados	20	145	489	1.318	-	-	-	-	509	1.463
Benefícios pagos	(141.061)	(135.522)	(109.902)	(86.595)	(60.045)	(57.209)	(1.548.926)	(1.335.271)	(1.859.934)	(1.614.597)
Efeito acordo participantes	-	-	-	-	-	(20.457)	-	-	-	(20.457)
Perdas (ganhos) gerado pela taxa de desconto	(63.571)	(206.736)	(64.771)	(171.018)	(75.711)	(113.152)	(553.245)	424.287	(757.298)	(66.619)
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	(658.591)	-	-	-	(658.591)	-
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.338.396	1.414.121	1.196.708	1.256.967	-	727.048	13.910.400	14.682.125	16.445.504	18.080.261

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.090.644	1.052.729	1.300.234	1.377.248	525.547	583.979	8.015.617	7.878.743	10.932.042	10.892.699
Rendimento esperado dos ativos do plano	101.999	73.346	118.313	97.630	47.166	38.956	730.587	541.392	998.065	751.324
Contribuições dos empregados	20	145	489	1.318	-	-	-	-	509	1.463
Contribuições do empregador	88.705	150.099	10.183	10.852	4.918	4.956	958.673	744.100	1.062.479	910.007
Contribuições do empregador por migração do plano	-	-	-	-	-	-	-	30.046	-	30.046
Benefícios pagos	(141.061)	(135.522)	(109.902)	(86.595)	(60.045)	(57.209)	(1.548.925)	(1.335.271)	(1.859.933)	(1.614.597)
Redução de ativos por Migração do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(Perdas) ganhos atuariais sobre os ativos do plano	2.513	(50.153)	20.834	(100.219)	21.346	(45.135)	(649.262)	156.607	(604.569)	(38.900)
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	(538.932)	-	-	-	(538.932)	-
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.142.820	1.090.644	1.340.151	1.300.234	-	525.547	7.506.690	8.015.617	9.989.661	10.932.042

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do passivo atuarial registrado

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do início do período	348.582	590.246	89.315	111.927	201.501	271.939	6.666.507	6.697.152	7.305.905	7.671.264
Custo dos serviços correntes	2.432	991	644	1.879	1.388	1.561	5.928	7.091	10.392	11.522
Custo do Juros líquidos	25.046	38.922	7.549	6.770	18.745	21.431	593.931	468.730	645.271	535.853
Contribuições do empregador	(88.705)	(150.099)	(10.183)	(10.852)	(4.918)	(4.956)	(958.673)	(744.100)	(1.062.479)	(910.007)
Contribuições do empregador por migração do plano	-	-	-	-	-	-	-	(30.046)	-	(30.046)
Efeito acordo participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.457)
Ajustes de avaliação atuarial	(5.837)	(131.478)	3.065	(20.409)	(83.074)	(68.017)	96.017	267.680	10.171	47.776
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	(133.642)	-	-	-	(133.642)	-
Saldo do final do período	281.518	348.582	90.390	89.315	-	201.501	6.403.710	6.666.507	6.775.618	7.305.905
Circulante									9.279	11.834
Não Circulante									6.766.339	7.294.070

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços correntes	2.432	991	644	1.879	1.388	1.561	5.928	7.091	10.392	11.522
Outras contribuições - Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	7.190	6.636	7.190	6.636
Custo do serviço líquido	2.432	991	644	1.879	1.388	1.561	13.118	13.727	17.582	18.158
Juros sobre a obrigação atuarial	126.455	112.268	113.281	98.834	65.911	60.387	1.324.518	1.010.123	1.630.165	1.281.612
Rendimento esperado dos ativos no ano	(101.999)	(73.346)	(118.313)	(97.630)	(47.166)	(38.956)	(730.587)	(541.392)	(998.065)	(751.324)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	590	-	12.581	5.566	-	-	-	-	13.171	5.566
Juros líquidos sobre o passivo	25.046	38.922	7.549	6.770	18.745	21.431	593.931	468.731	645.271	535.854
Total de despesas	27.478	39.913	8.193	8.649	20.133	22.992	607.049	482.458	662.853	554.012

Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Renda fixa	779.129	730.409	1.133.040	1.102.713	455.361	435.257	6.005.389	5.760.055	8.372.919	8.028.434
Renda variável	137.129	158.721	79.711	86.988	75.938	66.678	1.018.372	897.741	1.311.150	1.210.128
Investimentos imobiliários	104.988	106.180	97.716	87.345	2.043	8.707	133.116	174.356	337.863	376.587
Outros	121.574	95.334	29.684	23.188	5.590	14.905	349.813	1.183.466	506.661	1.316.893
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	(538.932)	-	-	-	(538.932)	-
Total do valor justo dos ativos do plano	1.142.820	1.090.644	1.340.151	1.300.234	-	525.547	7.506.690	8.015.617	9.989.661	10.932.042

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	25.105	-	132.583	76.626	-	-	-	-	157.688	76.626
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	590	-	12.581	5.566	-	-	-	-	13.171	5.566
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	60.247	25.105	88.669	50.390	13.983	-	-	-	162.899	75.495
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	(13.983)	-	-	-	(13.983)	-
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	85.942	25.105	233.833	132.582	-	-	-	-	319.775	157.687

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Perdas (ganhos) atuarias decorrentes:										
Mudanças nas premissas financeiras	(85.093)	(229.557)	(89.006)	(257.708)	(59.018)	(191.448)	(1.007.722)	(3.086.740)	(1.240.839)	(3.765.453)
Mudanças nas premissas demograficas	21.522	-	-	(40)	-	-	71	1.283.074	21.593	1.283.034
Ajustes com base na experiência	-	22.821	24.235	86.730	(16.693)	78.296	454.406	2.227.953	461.948	2.415.800
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	75.711	-	-	-	75.711	-
	(63.571)	(206.736)	(64.771)	(171.018)	-	(113.152)	(553.245)	424.287	(681.587)	(66.619)
Perdas (ganhos) sobre o ativo atuarial	(2.513)	50.153	(20.834)	100.219	(21.346)	45.135	649.262	(156.607)	604.569	38.900
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	60.247	-	88.669	50.389	13.983	-	-	-	162.899	50.389
Efeito da desconsolidação da Enel GO	-	-	-	-	7.363	-	-	-	7.363	-
Total de outros resultados abrangentes no exercício	(5.837)	(131.478)	3.064	(20.410)	-	(68.017)	96.017	267.680	93.244	47.775

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Controlada Enel Distribuição Rio

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	N/A

Controlada Enel Distribuição Ceará

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Goiás

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (suavisada em 10%)	AT-2000 (suavisada em 10%)	AT-2000 (suavisada em 10%)	AT-2000 (suavisada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	N/A	TASA 1927 (suavisada em 50%)	TASA 1927 (suavisada em 50%)	TASA 1927 (suavisada em 50%)
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85	MI-85	MI-85	N/A

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Principais premissas atuariais	BD	FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	N/A
Taxa do crescimento salarial	N/A	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10%	N/A

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculados pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(1.188.823)	2.105.186	126.714	3.317.500
Alíquota nominal dos tributos (*)	34%	34%	34%	34%
	404.224	(715.739)	(43.059)	(1.127.537)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(165.397)	(8.040)	(220.197)	(64.304)
Outros Incentivos fiscais	-	259	6.763	2.977
Sudene	-	-	92.145	32.022
Juros sobre capital próprio	(99.093)	(126.698)	12.087	10.322
Ativo fiscal não constituído (i)	-	195.475	(1.201)	195.467
Diferença de tributação entre Lucro Presumido e Lucro Real	-	-	285.269	19.248
Equivalência Patrimonial	1.143.916	833.062	-	-
Efeito das controladas no exterior (ii)	-	-	(4.721)	(29)
Resultado com alienações de investimentos	(1.332.273)	-	(1.332.273)	-
Outros	24	(3.090)	10.924	21.748
Reversão de tributos diferidos passivos	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(48.599)	175.229	(1.194.263)	(910.086)
Imposto de renda e contribuição social correntes	56	(67.211)	(1.230.508)	(899.937)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.655)	242.440	36.245	(10.149)
Total	(48.599)	175.229	(1.194.263)	(910.086)
Alíquota Efetiva	4,1%	8,3%	-942,5%	-27,4%

(*) O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela excedente ao lucro de R\$ 240, e a contribuição social a 9%.

(i) Efeito oriundo da incorporação da Enel Green Power Brasil Participações.

(ii) Refere-se às diferenças de tributos das jurisdições onde a Companhia opera em relação à alíquota fiscal doméstica de 34%.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Controladora			
	Balanços patrimoniais		Demonstração do Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributos diferidos ativos	810.284	788.378	21.906	260.458
Provisão para ações judiciais e regulatórias	1.153	832	321	(5.273)
Provisão Serviços Compartilhados - Management Fee	355.553	343.325	12.228	255.035
Provisão para materiais e serviços	11.757	11.757	-	3.931
Instrumentos financeiros derivativos	260.343	-	260.343	-
Variação cambial não realizada	-	278.227	(278.227)	20.011
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	134.383	134.383	-	(28.926)
Outras provisões	47.095	19.854	27.241	15.680
Tributos diferidos passivos	(67.598)	-	(70.561)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(63.483)	(18.018)	(45.465)	(18.018)
Outras provisões	(4.115)	-	(25.096)	-
Total	742.686	770.360	(48.655)	242.440

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Balanços patrimoniais		Demonstração do Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributos diferidos ativos	6.963.844	7.954.330	673.871	1.203.913	82.079	14.086
Provisão para ações judiciais e regulatórias	677.570	784.260	86.040	23.093	-	-
Remuneração das imobilizações em curso	5.560	4.186	1.374	(798)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.417.796	1.319.471	275.393	842.212	-	-
Perda para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	195.502	39.070	21.614	-	-
Provisão Serviços Compartilhados - Management Fee	355.553	343.325	12.228	255.035	-	-
Provisão para materiais e serviços	201.074	76.686	124.351	31.409	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	469.235	38.192	413.843	31.200	17.200	(2.159)
Obrigações por arrendamento	10.506	7.708	2.995	656	-	-
Variação cambial não realizada	134.376	409.000	(268.169)	116.430	-	-
Depreciação Acelerada	-	15.546	(34)	(103)	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	-	-	-	(82.773)	-	-
Provisão de perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	1.064.583	2.081.365	68.448	33.434	-	-
Benefícios pós-emprego	2.290.955	2.412.197	(111.470)	(114.701)	31.702	16.245
Diferença na taxa de depreciação/amortização	38.637	45.662	(7.025)	(22.674)	-	-
Provisão para o fundo de transição	8.077	-	8.077	-	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	33.323	47.515	(14.192)	10.002	-	-
Outras provisões	254.794	171.910	42.942	59.877	33.177	-
Tributos diferidos passivos	(3.084.656)	(2.962.798)	(547.656)	(1.053.723)	(6.457)	20.535
Atualização RBO	(126.953)	(105.616)	(21.337)	(46.725)	-	-
Variação cambial não realizada	(70.194)	(37.981)	(32.213)	(37.981)	-	-
Repactuação do GSF	(85.692)	(97.829)	12.137	8.412	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(888.875)	(705.913)	(182.962)	(589.194)	-	-
Custo atribuído (deemed cost)	-	-	-	8.209	-	-
Atualização do ativo financeiro (IFRIC 12)	(1.673.993)	(1.434.309)	(268.563)	(478.363)	-	-
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.392)	(26.792)	(10.006)	7.168	-	-
PPA (Purchase price Allocation) Enel Distribuição Goiás	-	(375.696)	15.764	15.764	-	-
PPA (Purchase price Allocation) Enel Distribuição São Paulo	341.381	353.368	-	-	(7.623)	(7.623)
Instrumentos financeiros derivativos	(156.602)	(107.523)	(53.820)	27.523	1.296	28.288
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(315.740)	(349.103)	33.363	34.929	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(69.417)	(48.409)	(21.008)	(4.779)	-	-
Outras provisões	(37.179)	(26.995)	(19.011)	1.314	(130)	(130)
Total	3.879.188	4.991.532	126.215	150.190	75.622	34.621
Juros mora (a)			(18.310)	(88.680)		
Realização do benefício fiscal das incorporações (b)			(71.660)	(71.659)		
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			36.245	(10.149)		

- a) O imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2022, nos montantes de R\$ 18.310 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios e por ajustes de exercícios anteriores, pelo fato de a controlada Enel Distribuição São Paulo ter apurado lucro fiscal no referido exercício. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros moratórios em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros que mantêm vínculo contratual de qualquer espécie. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de diferido. Os detalhes da ação judicial estão apresentados na nota explicativa nº 28.1.3, Enel Distribuição São Paulo, 2.
- b) Efeito da amortização do Benefício fiscal das incorporações AES Aelpa, Brasileira Participações e Enel Sudeste de R\$ 71.660 (vide nota 13 – Benefício fiscal das incorporações).

Com base no estudo técnico e geração de lucros tributários futuros e estimativas de Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, incluindo a previsão de renovação por mais um período da Enel São Paulo, Enel Rio e Enel Ceará, a realização dos tributos diferidos ativos será distribuída nos seguintes exercícios:

	Controlada	Consolidado
2022	81.955	1.696.419
2023	71.015	2.261.520
2024	89.127	395.265
2025	72.986	309.883
2026 a 2028	183.927	954.222
2029 a 2031	311.274	1.346.535
	810.284	6.963.844

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37. Receita líquida

A composição da receita líquida consolidada é como se segue:

	Nº de consumidores (*)		Mwh (*)		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	16.295.326	15.692.001	32.144.690	31.246.499	25.397.831	26.297.272
Industrial	42.222	42.614	3.180.397	3.375.914	3.284.435	3.171.344
Comercial	934.940	913.618	13.140.426	12.462.585	11.647.417	11.012.449
Rural	835.335	845.634	3.028.356	3.188.359	2.115.540	2.081.262
Poder público	79.755	78.932	2.588.827	2.194.367	2.292.061	1.889.970
Iluminação pública	16.908	16.257	2.227.117	2.517.212	1.226.057	1.480.986
Serviço público	16.325	15.968	1.335.651	1.300.324	1.179.359	1.088.968
Suprimento e revenda	20	32	416.841	362.099	148.527	106.964
Transferência para atividades de distribuição	-	-	-	-	(18.314.062)	(9.691.847)
(a) Fornecimento faturado	18.220.831	17.605.056	58.062.305	56.647.359	28.977.165	37.437.368
Outras receitas						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	2.309.050	1.631.883
(b) Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativos e livres)	5.515	4.733	22.380.959	19.982.514	23.227.369	13.571.002
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	-	-	(291.671)	(231.798)
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.252.632	1.715.588
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	-	-	-	-	341.423	303.366
Receitas com partes relacionadas	-	-	-	-	4.632	2.623
Receita anual de geração - RAG	-	-	-	-	113.010	213.119
Atualização do bônus de concessão	-	-	-	-	95.523	161.909
Amortização do bônus de concessão	-	-	-	-	(69.083)	(57.338)
(c) Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	-	-	3.103.864	8.639.523
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	832.850	1.359.300
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	489.052	835.038
(d) Subvenção de recursos da CDE	-	-	-	-	1.541.948	842.005
(e) Receita de construção	-	-	-	-	7.454.584	6.133.303
(f) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	-	-	-	4.755.304	3.579.863
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	537.949	1.501.883
(g) Outras receitas	-	-	-	-	982.892	1.132.097
Total outras receitas	5.515	4.733	22.380.959	19.982.514	46.681.328	41.333.366
Receita operacional bruta	18.226.346	17.609.789	80.443.264	76.629.873	75.658.493	78.770.734
Deduções da receita operacional bruta						
(h) ICMS	-	-	-	-	(11.011.829)	(12.388.839)
(h) PIS - corrente	-	-	-	-	(1.035.615)	(1.116.770)
(h) COFINS - corrente	-	-	-	-	(4.414.446)	(4.751.957)
(h) ISS	-	-	-	-	(22.480)	(18.806)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	(375.217)	(418.579)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(25.053)	(16.418)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(9.155.837)	(8.864.381)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(83.046)	(55.938)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(12.913)	(14.837)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	-	-	-	-	(1.506)	(467)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	-	-	(26.137.942)	(27.646.992)
Receita Líquida	18.226.346	17.609.789	80.443.264	76.629.873	49.520.551	51.123.742

](*) Não auditado pelos auditores independentes

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica: Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida quando as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.
- (b) Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD): A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD. A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.
- (c) Ativo e passivo financeiro setorial: Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização.
- (d) Subvenção de recursos da CDE: Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.
- (e) Receita de construção: A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. O grupo Enel contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.
- (f) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).
- (g) Outras receitas: A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.
- (h) Impostos sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. Até junho de 2022, as principais classes eram tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv. Com a edição da Lei 194/2022, a partir de julho de 2022 as referidas classes passaram a ser tributadas pela alíquota de 18%
 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.
- Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021/2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

38. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(154.134)	-	(154.134)	(97.459)	-	(97.459)
Material	(4.163)	-	(4.163)	2.313	-	2.313
Serviços de terceiros	(491.352)	-	(491.352)	(299.269)	-	(299.269)
Depreciação e amortização	(28.112)	-	(28.112)	(8.979)	-	(8.979)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	(18.895)	-	(18.895)	(15.591)	-	(15.591)
Provisão para processos judiciais e outros	(1.331)	-	(1.331)	(822)	-	(822)
Arrendamentos e aluguéis	19.588	-	19.588	2.942	-	2.942
Outras (despesas)/receitas operacionais	108.258	161.870	270.128	130.296	6.878	137.174
Total	(570.141)	161.870	(408.271)	(286.569)	6.878	(279.691)

	Consolidado											
	31/12/2022					31/12/2021						
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(852.493)	235	-	(447.669)	-	(1.299.927)	(920.046)	-	-	(381.126)	-	(1.301.172)
Material	(63.394)	-	-	(16.316)	-	(79.710)	(117.009)	-	-	(32.810)	-	(149.819)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(198.646)	-	-	(25.007)	-	(223.653)	(183.632)	-	-	(87.643)	-	(271.275)
Serviços de terceiros	(2.864.586)	(39.445)	-	(939.580)	-	(3.843.611)	(2.420.826)	(36.625)	-	(552.302)	-	(3.009.753)
Energia elétrica comprada para revenda	(18.866.045)	-	-	-	-	(18.866.045)	(24.082.476)	-	-	-	-	(24.082.476)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(5.318.306)	-	-	(2.659)	-	(5.320.965)	(5.475.376)	-	-	(4.045)	-	(5.479.421)
Encargos dos serviços de sistema	(292.336)	-	-	-	-	(292.336)	(1.314.801)	-	-	-	-	(1.314.801)
(-) Ajustes referentes ao alívio retroativo (a)	-	-	-	-	-	-	20.150	-	-	-	-	20.150
Transporte de potência	(6.559)	-	-	-	-	(6.559)	(45.155)	-	-	-	-	(45.155)
Custos na desativação de bens	(4.126)	-	-	(5.832)	-	(9.958)	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(2.575.231)	-	-	(322.907)	-	(2.898.138)	(1.966.306)	-	-	(168.396)	-	(2.134.702)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(519.039)	-	(2.359)	(521.398)	(3.771)	-	(1.085.855)	-	-	(1.089.626)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	(419.373)	-	-	(419.373)	-	-	(472.168)	-	-	(472.168)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	(58.171)	-	(58.171)	-	-	-	-	-	-
Custo de construção	(7.454.584)	-	-	-	-	(7.454.584)	(6.133.303)	-	-	-	-	(6.133.303)
Provisão para processos judiciais e outros	(7.243)	-	-	(260.058)	-	(267.301)	(8.213)	-	-	(274.836)	-	(283.049)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	(55.582)	(114.912)	-	(170.494)	-	-	(14.883)	-	-	(78.455)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	(103.811)	-	(103.811)	-	-	-	(96.682)	-	(96.682)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	(2.882)	-	-	-	404.827	401.945	-	-	-	-	311.196	311.196
Arrendamentos e aluguéis	(5.077)	-	-	21.893	(230)	16.586	(26.265)	-	-	2.921	-	(23.344)
Seguros	(50.546)	-	-	(296)	-	(50.842)	(5.752)	-	-	(4.270)	(5.085)	(15.107)
Outras receitas (despesas) operacionais	92.543	-	-	(210.668)	211.276	93.151	299.146	-	-	(143.710)	117.223	272.659
Total	(38.469.511)	(39.210)	(993.994)	(2.485.993)	613.514	(41.375.194)	(42.383.635)	(36.625)	(1.572.906)	(1.806.471)	423.334	(45.376.303)

(a) O alívio retroativo de encargos dos serviços de sistema ocorre quando há sobra do excedente financeiro e das exposições positivas, após o alívio das exposições negativas residuais do período de apuração e das despesas com encargos do período atual e anterior de apuração. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

39. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira				
Renda de aplicações financeiras	105.283	6.321	439.721	95.696
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	-	-	266.837	393.010
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	-	229.279	-	-
Variação monetária Parcela A e outros itens Financeiros	-	-	884.801	216.876
Atualização de depósitos judiciais	200	112	82.695	31.013
Juros de arrendamentos	-	-	15.665	3.668
Instrumentos financeiros derivativos	3.211.672	32.596	3.397.414	1.246.153
Variação cambial ativa - Outros	710.185	73.673	808.638	194.182
Variação cambial ativa - Dívida	1.017.410	-	1.831.449	686.738
Ajuste a valor de mercado - Dívida	-	-	130.768	161.636
Variações monetárias diversas	-	4.526	185.121	8.859
Atualização de créditos tributários	772	5	21.851	24.877
Fiança bancária	-	14.366	-	77
Benefícios pós emprego e outros benefícios	-	-	1.826	-
Subvenções governamentais	-	-	1.756	2.555
Outras receitas financeiras	741.719	15.032	209.498	96.281
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(70.482)	(46.325)	(137.991)	(82.426)
Total da receita financeira	5.716.759	329.585	8.140.049	3.079.195
Despesa financeira				
Variações monetárias - Dívidas	(15.498)	-	(311.811)	(433.377)
Variações monetárias - Outras despesas	-	-	(123.846)	(147.819)
Variações monetárias - Parcela A e outros itens Financeiros	(16.596)	-	(339.046)	(123.740)
Encargos de dívidas	(134.074)	(117.688)	(1.531.950)	(468.110)
Ajuste a valor de mercado - Dívida	-	-	(108.796)	(2.158)
Amortização do custo de transação	(4.057)	676	(28.638)	(21.583)
Atualização de impostos e multas	(4.205)	(21)	(45.294)	(20.863)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(272)	(456)	(360.840)	(310.632)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	-	-	(647.097)	(535.853)
Juros debêntures	-	-	(151.713)	(355.422)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.791.302)	(48.084)	(6.188.681)	(1.085.885)
Encargos - P&D/PEE	-	-	(27.906)	(16.875)
Atualização acordo Eletrobrás	-	-	(68.587)	(43.394)
Atualização financeira GSF	-	-	-	(96.627)
Cartas de fiança e seguros garantia	(10.367)	(24.453)	(75.496)	(71.048)
IOF e IOC	(133.021)	(27)	(209.514)	(15.963)
Juros de arrendamentos	(9.451)	(739)	(87.648)	(35.039)
Variação cambial passiva - Dívida	(25.912)	(162.365)	(1.031.636)	(1.250.881)
Variação cambial passiva - Outros	(1.189.955)	(18.818)	(210.815)	(300.165)
Subvenções governamentais	-	-	(1.756)	(2.555)
Outras despesas financeiras	(4.281)	(22.914)	(192.716)	(168.577)
Total da despesa financeira	(5.338.991)	(394.889)	(11.743.786)	(5.506.566)
Total do resultado financeiro	377.768	(65.304)	(3.603.737)	(2.427.371)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

40. Informações por segmento

O Grupo possui quatro divisões estratégicas que são seus segmentos reportáveis: Infraestrutura e redes, geração, comercialização, Enel X e outros, conforme descrição na nota explicativa nº 2.1.5. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias. As divulgações dos segmentos operacionais são consistentes com a informação avaliada pela Administração para o desempenho do Grupo. A determinação de preços para as transações entre os segmentos é determinada com base em preços de mercado.

A natureza das operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo são:

- Infraestrutura e Redes – atividades oriundas das concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica;
- Geração – atividades oriundas das concessões dos serviços geração de energia elétrica como usinas eólicas, solares, hidrelétricas e térmica.
- Comercialização – atividades oriundas das comercializações de energia;
- Enel X – atividades oriundas de prestações de serviços de soluções inteligentes e em linhas com as tendências do mercado, como geração distribuída, automação, armazenamento de energia, resposta à demanda e mobilidade elétrica.
- Outros – incluem ativos que não são relacionados a nenhum dos segmentos acima informados.

O Grupo não analisa o desempenho de suas operações por localização geográfica.

As informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo.

	2022					
	Infraestrutura e redes	Geração	Comercialização	Enel X	Outros	Total
Receita	44.433.981	7.456.876	4.925.428	193.060	1.994.460	59.003.805
Receita proveniente de clientes externos	44.383.784	4.291.666	4.516.812	192.182	877.734	54.262.178
Receita proveniente de clientes internos	50.197	3.165.210	408.616	878	1.116.726	4.741.627
Receita financeira	2.527.811	511.224	22.925	41.354	5.036.735	8.140.049
Despesa financeira	5.553.791	808.433	1.623	17.616	5.362.323	11.743.786
Lucro ou prejuízo antes do imposto de renda e contribuição soc	800.222	297.039	70.566	3.036	(1.044.149)	126.714
Imposto de renda e contribuição social correntes	805.883	302.295	63.258	7.732	143.476	1.322.644
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.555	(110)	(7.308)	4.696	(53.588)	36.245
Incentivo Fiscal	78.982	13.154	-	-	-	92.136
Total dos ativos	49.083.440	10.558.822	464.326	202.087	45.504.678	105.813.353
Total dos passivos	45.760.746	9.462.621	316.001	176.269	5.954.880	61.670.517

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021					
	Infraestrutura e redes	Geração	Comercialização	Enel X	Outros	Total
Receita	47.392.395	2.905.135	6.096.102	135.296	3.315.688	59.844.616
Receita proveniente de clientes externos	47.270.977	1.882.141	4.461.564	135.296	1.734.201	55.484.179
Receita proveniente de clientes internos	121.418	1.022.994	1.634.538	-	1.581.487	4.360.437
Receita financeira	2.737.684	212.468	7.406	5.841	115.796	3.079.195
Despesa financeira	4.508.729	577.779	4.120	1.922	414.016	5.506.566
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(806.819)	(108.338)	(142.378)	18.213	(2.278.178)	(3.317.500)
Imposto de renda e contribuição social correntes	453.637	82.622	148.700	3.019	244.364	932.342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	259.838	24.468	(6.322)	(21.232)	(246.603)	10.149
Incentivo Fiscal	(33.615)	1.210	-	-	-	(32.405)
Total dos ativos	63.741.706	8.797.615	407.249	170.377	41.481.011	114.597.958
Total dos passivos	61.711.822	8.336.672	350.474	176.838	2.767.119	73.342.925

41. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo Enel estão segurados por uma apólice de Risco Operacional válida com um limite máximo de indenização combinado de Danos Materiais e Lucros Cessantes no montante de R\$ 5.186.149 para todas as subsidiárias da Companhia no Brasil.

O Grupo também contrata um seguro de Responsabilidade Civil que faz parte do programa de seguros corporativos, cujo limite máximo de garantia por sinistro é de R\$ 104.946

Ambos os programas têm validade no período compreendido entre 31 de outubro de 2022 a 31 de outubro de 2023.

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada(DM+LC)	máximo de garantia por sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	R\$ 75.152.317	R\$ 5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	N/A	R\$ 104.946
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2022	10/11/2023	N/A	R\$ 77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	R\$ 103.723
-	Frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

42. Eventos subsequentes

Prospecção de venda Enel Ceará

Em 9 de fevereiro de 2023, foi deliberado fato relevante em complemento ao fato relevante já divulgado em 22 de novembro de 2022, para informar que a sua controladora direta Enel Brasil S.A de início aos procedimentos de análise e prospecção para possível alienação do controle acionário da Enel Ceará e que, oportunamente, avaliará manifestações de interesse. Menciona-se que a conveniência e oportunidade de alienação das ações de sua emissão é decisão que cabe exclusivamente aos seus acionistas e que qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

Contratação de empréstimo pela ENEL BRASIL S.A. com partes relacionadas

Em 31 de janeiro de 2023 o Conselho de Administração aprovou a contratação de empréstimo com a Enel Finance International – EFI (parte relacionada), no montante de até R\$ 450 milhões (equivalente a EUR 80 milhões), pelo prazo de até 12 meses, sendo que o empréstimo será contratado em euros ao custo aproximado de CDI+1,4% a.a. (podendo oscilar na data da operação) apresentados pela Diretoria de Administração, Finanças e de Planejamento e Controle. Esta operação de empréstimo ainda não foi contratada.

Mútuo Enel Finance International N.V. x Enel Ceará

Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da disponibilidade de crédito com a Enel Finance, a ENEL Ceará contratou, em 3 de janeiro de 2023, uma operação de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 88 milhões, equivalente a R\$ 508 milhões. O mútuo possui uma taxa fixa de 4% a.a. em euros, com desembolso em 06 de janeiro de 2023 e vencimento em 06 de fevereiro de 2023.

Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial, foi contratado em 2 de janeiro de 2023 uma operação de swap junto ao Banco Itaú, trocando o valor e taxa pactuada em euros por valor em reais com um custo de CDI + 1,44% a.a.

9ª emissão de Debêntures

Com o objetivo de refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios, em 4 de janeiro de 2023 a Companhia fechou proposta para a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, no montante de R\$ 950 milhões, com desembolso em 11 de janeiro de 2023, a uma taxa de CDI + 1,48% a.a. e vencimento em 10 de janeiro de 2026.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021/2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Direitos contratuais oriundos do Contrato de compra e venda CELG-D

Considerando que o contrato de compra e venda previa o pagamento dos empréstimos no montante de 7,043 bilhões, na data-base de 27 de dezembro de 2022, com a CELG-D até 30 de dezembro de 2023, devendo 1/3 do valor devido ser pago em 90 dias da data de fechamento, em 26 de janeiro de 2023 a Enel Brasil recebeu da CELG-D o montante de R\$ 5 bilhões, sendo que do valor total o montante de 2,34 bilhões se deve ao pagamento pactuado dentro do prazo de 90 dias. O saldo remanescente de 2,65 bilhões foi pago pela CELG-D a título de antecipação, sendo aplicado um desconto financeiro de 2,2% e que foi reduzido do saldo devedor.

Com este recebimento, a CELG-D cumpriu, de forma antecipada, a data-marco para pagamento da primeira parcela. Como o contrato de compra e venda não especifica a data para realização da segunda e última parcela do valor dos empréstimos com a CELG-D, mas apenas que ele deverá ocorrer até 30 de dezembro de 2023, conforme apresentado na nota 23, o montante a receber correspondente a esta operação, em 31 de dezembro de 2022, está classificado no ativo circulante.

Superior Tribunal Federal - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas à decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021/2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aumento de capital nas empresas ENEL GREEN POWER

Nas datas apresentadas abaixo, foi aprovado pelo Conselho de Administração aumento de capital nos valores e empresas demonstrados na tabela abaixo:

Valores expresso em milhares de reais

Empresa	Data de aprovação em AGE	Capital			Nº de ações emitidas
		Anterior ao aumento	Aumento	Posterior ao aumento	
ENEL GREEN POWER Aroeira 04 S.A.	25/01/2023	R\$ 134.638,50	R\$ 200.000,00	R\$ 334.638,50	200.000.000
ENEL GREEN POWER AROEIRA 06 S.A.	25/01/2023	R\$ 134.511,00	R\$ 150.000,00	R\$ 284.511,00	150.000.000
ENEL GREEN POWER AROEIRA 05 S.A.	25/01/2023	R\$ 134.501,00	R\$ 150.000,00	R\$ 284.501,00	150.000.000
ENEL GREEN POWER AROEIRA 03 S.A.	25/01/2023	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 284.501,00	150.000.000
ENEL GREEN POWER AROEIRA 02 S.A.	25/01/2023	R\$ 134.501,00	R\$ 150.000,00	R\$ 284.501,00	150.000.000
ENEL GREEN POWER AROEIRA 01 S.A.	25/01/2023	R\$ 134.518,40	R\$ 200.000,00	R\$ 334.518,40	200.000.000
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 22 S.A.	16/01/2023	R\$ 112.501,00	R\$ 150.000,00	R\$ 262.501,00	150.000.000
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 19 S.A.	16/01/2023	R\$ 112.501,00	R\$ 150.000,00	R\$ 262.501,00	150.000.000
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 13 S.A.	16/01/2023	R\$ 112.501,00	R\$ 150.000,00	R\$ 262.501,00	150.000.000
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 03 S.A.	16/01/2023	R\$ 112.576,70	R\$ 150.000,00	R\$ 262.576,70	150.000.000
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 07S.A.	16/01/2023	R\$ 112.501,00	R\$ 150.000,00	R\$ 262.501,00	150.000.000
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 06 S.A.	16/01/2023	R\$ 112.501,00	R\$ 150.000,00	R\$ 262.501,00	150.000.000

(*) no ato da aprovação do aumento de capital foram emitidas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 1,00, sendo Integralmente subscritas pela acionista Enel Brasil S.A., com a renúncia da outra acionista presente à Assembleia, a serem integralizados até 31 de dezembro de 2023 nos termos do correspondente boletim de subscrição